



ANA MARGARIDA CARVALHO PINHEIRO LEITE

A EQUIDADE NA INDEMNIZAÇÃO DOS DANOS NÃO PATRIMONIAIS

Dissertação com vista à obtenção do grau de
Mestre em Direito

Orientadora:

Doutora Ana Prata, Professora da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Outubro 2015

Declaro, por minha honra, que o trabalho que apresento é original e que todas as citações estão devidamente referenciadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética e disciplinar.

Agradeço, reconhecidamente, à Senhora Professora Doutora Ana Prata, a honra que me concedeu ao aceitar orientar esta dissertação e a generosidade com que partilhou comigo o seu enorme saber, sempre incentivando a reflexão e apontando caminhos novos, mesmo em domínios antigos, criando um estímulo intelectual que me acompanhou ao longo de todo o trabalho.

Ao Supremo Tribunal de Justiça, o meu agradecimento pelos enriquecedores anos em que tive o privilégio de exercer funções no gabinete de juízes assessores, marcantes no meu percurso profissional e que muito contribuíram para a decisão de desenvolver este estudo.

Resumo

O presente trabalho incide sobre a quantificação da indemnização por danos não patrimoniais, operada em decisão judicial proferida com recurso à equidade, e tem o propósito de verificar se tal cálculo salvaguarda a certeza e a segurança na aplicação do direito, bem como se respeita os princípios da proporcionalidade e da igualdade.

Procedeu-se à determinação dos limites da margem de discricionariedade conferida ao julgador, mediante a apreciação dos critérios estatuídos no direito positivo. De seguida, através da análise da fundamentação de decisões judiciais, proferidas num âmbito previamente definido de casos, procurou-se detetar modos de funcionamento do concreto juízo de equidade utilizados pelo julgador.

A apreciação da fundamentação dessas decisões permitiu conhecer o método de cálculo em cada caso utilizado e constatar que os critérios de natureza compensatória, como sejam a extensão do dano e respetivas consequências, assumiram clara primazia. Apesar de existirem entendimentos divergentes quanto a determinadas questões de direito, a jurisprudência analisada revela uma preocupação constante com a consideração das soluções dadas a casos análogos, numa procura de uniformização da relevância a atribuir aos diversos critérios de cálculo da indemnização. O cotejo entre decisões, reportadas a casos com contornos jurídicos similares, não evidenciou divergências relevantes nos critérios de cálculo utilizados, nem desproporção nos valores indemnizatórios obtidos, o que permitiu considerar que o recurso à equidade, na determinação da indemnização por danos não patrimoniais, não contende com a certeza e a segurança na aplicação do direito e respeita o princípio da proporcionalidade que integra o princípio constitucional da igualdade.

O estudo realizado permitiu concluir que a fundamentação das decisões judiciais, ao discriminar os elementos atendidos e os critérios seguidos pelo julgador, permite a respetiva consideração em casos análogos e, assim, contribui para a uniformização na interpretação e na aplicação do direito e confere certeza e segurança ao recurso à equidade na quantificação indemnizatória.

Palavras-chave:

Equidade – Decisão judicial – Danos não patrimoniais – Indemnização – Cálculo – Discrecionabilidade – Certeza – Segurança – Proporcionalidade – Fundamentação

Abstract

This study examines the quantification of compensation for non-pecuniary damage, awarded by means of judicial decisions based on equity, and seeks to verify whether such calculation safeguards legal certainty and predictability when applying the law, as well as whether it observes the principles of proportionality and equality.

Firstly, the limits for discretionary judgment permitted to the judge were determined, by evaluating the criteria established under the law. Then, by examining the grounds of the judicial decisions in cases that had been selected beforehand, this study sought to detect operation modes in concrete considerations of equity used by judges.

The examination of the grounds on which these judicial decisions are based permitted the comprehension of the calculation method used in each case and the observation that the criteria of compensatory nature, such as the extent of the damage and the respective consequences, assumed a primary role. Despite discrepancies in viewpoints with regard to certain issues of law, the jurisprudence examined reveals that great care is taken to consider the solutions reached in similar cases, in an attempt to ensure that the different criteria applied in the quantification of compensation are given uniform relevance. The comparison of decisions, reported to cases with similar legal contours, did not reveal relevant discrepancies in the calculation criteria used, nor are they disproportionate regarding the amount of compensation awarded, which means that resorting to equity, in determining the compensation to be awarded due to non-pecuniary damage, does not jeopardize legal certainty or predictability when applying the law, and observes the principle of proportionality, which is anchored in the constitutional principle of equality.

The study performed, led to the conclusion that the grounds on which judicial decisions are based, by itemising the elements which are taken into account and the criteria adopted by the judge, allow these to be taken into consideration in similar cases, contributing towards uniform interpretation and application of the law, ensuring legal certainty and predictability when resorting to equity while quantifying compensation.

Keywords:

Equity – Judicial decision – Non-pecuniary damage – Compensation – Quantification – Discretion – Legal certainty – Predictability – Proportionality – Grounds

1. Introdução

1.1. A equidade e seu valor jurídico-legal

A decisão judicial proferida com recurso à equidade envolve uma margem de discricionariedade que pode contender com a certeza e a segurança na aplicação do direito, risco que confere pertinência a uma aferição da existência de critérios normativos que estabeleçam pressupostos, limites ou, mesmo, regras de densificação do respetivo conteúdo, conjugada com uma análise de jurisprudência que permita detetar modos de funcionamento do concreto juízo de equidade utilizados pelo julgador.

A equidade traduz-se num conceito não definido pela lei e que surge com significados aparentemente divergentes nas referências legais de que é objeto, as quais apresentam um núcleo comum centrado numa ideia de justiça, na sua aplicação ao caso concreto, baseada no princípio da igualdade, como fim último da decisão judicial.

Regulando o valor da equidade, o artigo 4.º do Código Civil¹ dispõe que o tribunal só pode decidir com base na equidade nos casos indicados nas três alíneas do preceito, a saber: *a)* quando haja disposição legal que o permita; *b)* quando haja acordo das partes e a relação jurídica não seja indisponível; *c)* quando as partes tenham previamente convencionado o recurso à equidade, nos termos aplicáveis à cláusula compromissória. Resulta, desta limitação, a natureza excecional da decisão com recurso à equidade, que só é admissível nas hipóteses previstas na lei ou, tratando-se de direitos disponíveis, quando as partes o tenham acordado.

O valor que o Código Civil atribui à equidade, ao elencar os casos em que o tribunal pode recorrer a tal juízo na prolação da decisão, constitui uma restrição ao

¹ Pertencem ao Código Civil todas as normas legais que venham a ser indicadas sem outra menção.

sentido que o pensamento jurídico lhe tem atribuído, como princípio de justiça na resolução do caso concreto, sem recurso às normas legais aplicáveis²³.

Esta dicotomia, entre a equidade como princípio de justiça e o seu valor jurídico-legal, encontra eco na identificação de dois sentidos da equidade, no seu relacionamento com o direito, que a doutrina tem denominado noções «forte» e «fraca» de equidade: enquanto nesta noção «fraca» a equidade surge como um critério de correção na aplicação da lei, visando adequar a norma abstrata às particularidades do caso concreto, naquela noção «forte» surge como um critério de justiça, procurando a solução mais justa para o problema em causa sem recorrer à lei⁴. A equidade significa, em ambos os casos, “um justo equilíbrio”⁵ entre as partes, o qual, num conjunto de situações, é procurado com respeito pelo direito positivo e, no outro, com recurso a princípios e valores de justiça, à margem do sistema jurídico-legal⁶.

É certo que a aplicação do direito positivo pressupõe sempre uma “intervenção complementar da equidade”⁷, tanto ao nível da adaptação da norma geral às particularidades do caso concreto, como da determinação da concreta consequência jurídica a impor. No entanto, esta intervenção complementar situa-se ainda no âmbito da aplicação da norma ao caso concreto, distinguindo-se das mencionadas situações em que a lei prevê que a equidade seja o critério da solução do caso.

No conjunto das situações em que prevê o recurso à equidade na prolação da decisão, a lei atribui-lhe funções diversas, surgindo frequentemente como critério de quantificação⁸, seja do montante indemnizatório ou de outra prestação pecuniária, e como meio de obter o equilíbrio das prestações ou interesses em litígio⁹. Estas situações têm em comum a circunstância de apresentarem dificuldades na estatuição abstrata da

² V. PINTO, Carlos Alberto da Mota, *Teoria Geral do Direito Civil*, 4.^a ed. por António Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto, Coimbra, Coimbra Editora, 2005, p. 66.

³ Sobre o conflito entre o valor da equidade como padrão da justiça para a Escola de Filosofia do Direito de Coimbra e o princípio do *numerus clausus* da decisão segundo a equidade previsto no Código Civil, v. PEREIRA, Alexandre Dias, “Da equidade (fragmentos)”, *Boletim da Faculdade de Direito*, Coimbra, vol. 80, 2004, pp. 347-402.

⁴ V. CORDEIRO, António Menezes, “A decisão segundo a equidade”, *O Direito*, vol. II, ano 122.^o (1990), pp. 266-267, *Da Boa Fé no Direito Civil*, reimpressão da 1.^a ed., Coimbra, Almedina, 1997, pp. 1198-1199, e “A equidade como fonte de Direito”, *O Direito*, vol. I, ano 144.^o (2012), I, pp. 16-17.

⁵ LARENZ, Karl, *Metodologia da Ciência do Direito*, tradução da 6.^a ed. (1991) por José Lamego, 3.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 410-411.

⁶ Sobre o significado do juízo de equidade e seu valor na ordem jurídica portuguesa, v. PRATA, Ana, colaboração de Jorge Carvalho, *Dicionário Jurídico*, I, 4.^a ed. atualizada e aumentada, Coimbra, Almedina, 2005, p. 499.

⁷ V. ASCENSÃO, José de Oliveira, *O Direito. Introdução e Teoria Geral*, 3.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 496-500.

⁸ Por exemplo, nos artigos 339.^o, n.º 2, 489.^o, n.º 2, 494.^o, 496.^o, n.º 4, 566.^o, n.º 3, 883.^o, n.º 1, 1158.^o, n.º 2, e 1215.^o, n.º 2.

⁹ Por exemplo, nos artigos 72.^o, n.º 2, 283.^o, 400.^o, 437.^o, 462.^o, 489.^o, n.º 1, 812.^o, 992.^o, n.º 3, 993.^o, 1407.^o, n.º 2, 1675.^o, n.º 3, e 2016.^o, n.º 3.

solução a aplicar, mostrando-se necessária uma ponderação em concreto das características do litígio a decidir, de forma a alcançar uma decisão justa¹⁰.

Além de estatuir os casos em que admite o recurso à equidade na decisão, a lei igualmente estabelece as circunstâncias a atender em cada um deles, definindo regras que limitam a margem de atuação do juízo de equidade, assim lhe atribuindo um valor de individualização da norma na sua aplicação ao caso concreto. Ilustra esta definição de circunstâncias a atender pelo julgador, ao decidir com recurso à equidade, no âmbito da quantificação de quantias pecuniárias, v.g., o artigo 494.º, ao permitir, no caso de responsabilidade fundada em mera culpa, que a indemnização seja fixada, equitativamente, em montante inferior ao que corresponderia aos danos causados, se o grau de culpabilidade do agente, a situação económica deste e do lesado e as demais circunstâncias do caso o justificarem; em sede de obtenção do equilíbrio das prestações ou interesses em litígio, v.g., o artigo 462.º, ao determinar que a divisão da prestação devida a várias pessoas que tenham cooperado, conjunta ou separadamente, na produção do resultado previsto em promessa pública, seja feita equitativamente, atendendo-se à parte que cada uma delas teve nesse resultado.

Esta justiça do caso concreto, assim orientada e delimitada, submete a decisão segundo a equidade a critérios estatuídos no direito positivo, visando reduzir a margem de apreciação subjetiva do julgador com vista a aumentar a certeza e a segurança jurídica. Como tal, o processo decisório do juiz deve respeitar as regras definidas pelo sistema e ater-se aos seus limites, salvo nos casos em que as partes hajam, validamente, acordado no recurso à equidade¹¹. Ao elencar as circunstâncias a atender na procura de uma solução baseada na equidade, a lei estabelece critérios de apreciação das características do caso concreto, apontando o paradigma de justiça a atingir e, simultaneamente, criando um mecanismo de controlo da decisão judicial, em situações marcadas por dificuldades na determinação abstrata da forma de resolução dos litígios.

A definição legal das situações em é admitido o recurso à equidade e de critérios a atender na decisão, demonstra que não é permitida ao julgador a resolução de litígios à margem do ordenamento jurídico aplicável¹², sendo dada prevalência ao dever de obediência à lei estabelecido no artigo 8.º, n.º 2.

O mencionado preceito impõe ao julgador, além do dever de obediência à lei (n.º 2), que tenha em consideração, nas decisões a proferir, todos os casos que mereçam

¹⁰ V. CORDEIRO, Menezes, “A decisão...”, cit., p. 270.

¹¹ V. FRADA, Manuel Carneiro da, “A equidade (ou a “justiça com coração”): a propósito da decisão arbitral segundo a equidade”, *Revista da Ordem dos Advogados*, vol. 1 (janeiro/março), ano 72.º (2012), p. 132.

¹² CORDEIRO, Menezes, *Da Boa Fé...*, cit., p. 1202.

tratamento análogo, a fim de obter uma interpretação e aplicação uniformes do direito (n.º 3).

Este valor, atribuído pela lei à atividade decisória dos tribunais, confere uma efetiva importância à jurisprudência, na sua função reveladora do direito, não obstante ser o ordenamento jurídico português um sistema de direito romano-germânico¹³, o que assume especial relevo no âmbito da decisão com recurso à equidade. Apesar de as decisões judiciais não terem, em princípio, força vinculativa no âmbito de casos relativos a outros sujeitos, atentos os limites do caso julgado¹⁴, e de a própria formação de correntes de jurisprudência não evitar a proliferação de decisões em desconformidade com a uniforme aplicação do direito que delas possa resultar¹⁵, verifica-se que a obrigatoriedade de atender aos casos que mereçam tratamento análogo, visando o respeito do princípio da igualdade na decisão judicial, pressupõe o carácter constitutivo da aplicação do direito ao caso concreto¹⁶, em consequência do que o critério a adotar em cada situação não deve afastar-se dos habitualmente seguidos em casos de contornos jurídicos semelhantes.

Considerando o valor atribuído pela lei aos casos análogos, mostra-se imprescindível a explicitação dos critérios de concretização do juízo de equidade, por via da fundamentação da decisão judicial, de forma a permitir que sejam tidos em conta em situações de contornos semelhantes, o que contribui para limitar a discricionariedade do julgador e confere maior previsibilidade à decisão judicial¹⁷.

A comparação entre casos, de forma a verificar se justificam tratamento análogo, pressupõe a apreciação dos elementos juridicamente relevantes integradores das situações em análise¹⁸. Há que atender às premissas que justificam a solução de direito

¹³ O valor atribuído à jurisprudência configura a diferença fundamental entre os sistemas de direito de *common law*, em que o precedente é vinculativo, e os sistemas de direito romano-germânicos, em que é meramente persuasivo.

¹⁴ Transitada em julgado, a decisão sobre a relação material controvertida tem força obrigatória, dentro do processo e fora dele, nos limites fixados pelos artigos 580.º e 581.º do Código de Processo Civil (CPC), sem prejuízo da possibilidade de vir a ser objeto de recurso de revisão, conforme estatuído no seu artigo 619, n.º 1 (sobre o caso julgado e seus limites, v. MENDES, João de Castro, *Direito Processual Civil*, vol. II (revisto e atualizado), apontamentos das lições redigidas com a colaboração de um grupo de Assistentes, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1987, pp. 768-792, e SOUSA, Miguel Teixeira de, *Estudos Sobre o Novo Processo Civil*, 2.ª ed., Lisboa, Lex, 1997, pp. 567-597).

¹⁵ V. PINTO, Carlos Alberto da Mota, ob. cit., p. 69.

¹⁶ Sobre o carácter constitutivo e valorativo da intervenção judicial, embora dentro dos limites da objetividade decorrente da obediência à lei, v. PINTO, Carlos Alberto da Mota, ob. cit., pp. 67-68 e 88.

¹⁷ V. LIMA, Pires de/VARELA, Antunes, *Código Civil Anotado*, vol. I, 4.ª ed. revista e atualizada, com a colaboração de Henrique Mesquita, Coimbra, Coimbra Editora, 1987, p. 57.

¹⁸ LARENZ, Karl, ob. cit., pp. 411-412, explicando métodos de comparação de casos e de tipificação, afirma: “Embora nenhum caso singular seja igual a outro em todos os aspectos, muitos casos assemelham-se a outros no que toca a certas características e em determinada medida. Uma vez que é um

encontrada, isto é, aos fundamentos de facto e de direito da decisão judicial, podendo a semelhança entre tais premissas e as encontradas no caso a decidir constituir motivo justificativo de um tratamento análogo.

Em síntese, os pressupostos e os limites do funcionamento do juízo de equidade encontram-se estabelecidos em critérios normativos e a margem de discricionariedade daqui resultante sofre uma redução através da imposição ao julgador da consideração dos casos que mereçam tratamento análogo, o que confere um relevo acrescido à fundamentação das decisões judiciais e atribui valor jurídico a uma análise sistemática dos critérios nelas utilizados.

1.2. Apresentação do estudo e seus objetivos

O presente trabalho tem como objeto o estudo do juízo de equidade em sede de determinação da indemnização por danos não patrimoniais no âmbito da responsabilidade extracontratual, visando detetar os critérios que vêm sendo utilizados pela jurisprudência recente na quantificação de danos emergentes de lesão corporal.

Um dos casos em que a lei prevê o recurso à equidade na decisão consiste na determinação da indemnização por danos não patrimoniais, a fixar, nos termos do artigo 496.º, n.º 4, equitativamente pelo tribunal, tendo em atenção as circunstâncias referidas no artigo 494.º.

Reportando-se a danos de natureza não patrimonial, a indemnização não visa reconstituir a situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obriga à reparação – princípio geral estatuído no artigo 562.º e que preside à obrigação de indemnizar danos patrimoniais –, dado que o dano sofrido, além de não ser suscetível de reconstituição natural, não tem correspondência direta numa determinada quantia monetária, uma vez que a lesão não alterou o património do lesado. A indemnização por danos não patrimoniais visa compensar a vítima pela lesão sofrida, através do recebimento de uma quantia pecuniária que possa proporcionar-lhe bem-estar ou, de alguma forma, mitigar as consequências do ato lesivo, ainda que não tenha a virtualidade de reparar os danos sofridos.

O facto de a quantia pecuniária se destinar a compensar uma lesão de natureza imaterial, cria dificuldades na respetiva quantificação abstrata, isto é, na definição prévia dos elementos a atender no cálculo ou, eventualmente, dos montantes a arbitrar,

postulado fundamental da justiça que «casos iguais» devem ser tratados de modo igual, importa, em primeiro lugar, saber que circunstâncias são importantes, e em que medida, para a valoração aqui exigida (em conformidade com o critério geral), pois que só aqueles, e todos aqueles, casos que são iguais em relação a todas essas circunstâncias deverão ser julgados de modo idêntico (...)”.

exigindo que a respetiva fixação seja efetuada em concreto pelo julgador, tomando em consideração todas as circunstâncias relevantes caracterizadoras da situação em causa.

Ao prever o recurso à equidade na determinação desta indemnização, a lei define regras a atender, estatuidando que a fixação da quantia seja efetuada tendo em atenção as circunstâncias referidas no mencionado artigo 494.º, as quais constituem linhas que orientam e, simultaneamente, delimitam o funcionamento do concreto juízo de equidade. Dentro dos limites constituídos por estas regras, a jurisprudência aplica critérios de concretização do juízo de equidade na determinação da indemnização por danos não patrimoniais, que expõe na fundamentação das decisões judiciais.

A análise sistemática da explicitação destes critérios de concretização do juízo de equidade, acompanhada por um enquadramento doutrinal das questões teóricas suscitadas, poderá constituir um instrumento que facilite a respetiva consideração em situações de contornos semelhantes, conforme determina o artigo 8.º, n.º 3, contribuindo para limitar a discricionariedade do julgador na determinação da indemnização em causa. Tal análise permitirá, bem assim, aferir se os processos de quantificação detetados na jurisprudência analisada respeitam o princípio da igualdade, fim último da decisão judicial, e se permitem obter a certeza e a segurança que resultam de uma interpretação e aplicação uniformes do direito.

Com estes objetivos, proceder-se-á à análise da jurisprudência das secções cíveis do Supremo Tribunal de Justiça (STJ)¹⁹ dos últimos cinco anos (2010 a 2014), que incida sobre a indemnização de danos não patrimoniais emergentes de lesão corporal grave, abrangendo os casos de lesão de que proveio a morte e aqueles em que a vítima, tendo sobrevivido, ficou a padecer de relevantes sequelas físicas e psíquicas, de natureza permanente, e a depender dos cuidados de terceiros, efetuando uma pesquisa do processo de determinação dos montantes pecuniários arbitrados, tendo presentes os diferentes interesses em litígio. Por via de uma análise desses elementos, procurar-se-á colocar em evidência os aspetos em que existe uma generalização dos critérios adotados e aqueles em que se encontram entendimentos divergentes.

Pretende-se, com tal análise, obter informação que permita tirar conclusões sobre o conjunto da jurisprudência nacional proferida no período em causa, que incida sobre a quantificação da indemnização por danos não patrimoniais, relativa ao mesmo tipo de lesões.

¹⁹ Encontram-se acessíveis para consulta, em www.stj.pt, os sumários de todos os acórdãos mencionados e, em www.dgsi.pt, o texto integral de parte deles.

O trabalho dividir-se-á em dois títulos, sendo o primeiro de natureza essencialmente teórica e o segundo de cariz predominantemente prático, aos quais se seguirá uma síntese conclusiva.

O primeiro título (2.) subdivide-se em três capítulos. No primeiro (2.1.), proceder-se-á a um enquadramento teórico sobre o dano, como pressuposto da responsabilidade civil, abordando-se questões como a distinção entre danos patrimoniais e não patrimoniais, o critério legal de indemnizabilidade destes últimos e a tutela de danos que ultrapassam a dimensão interna do lesado e se refletem externamente na sua vida. No segundo capítulo (2.2.), analisar-se-ão questões respeitantes à titularidade do direito à indemnização por danos não patrimoniais, como o conceito de lesado com direito a reparação, as pessoas com direito a indemnização em caso de morte da vítima e a ressarcibilidade de danos sofridos por pessoas atingidas de forma mediata pela conduta ofensiva. No terceiro capítulo (2.3.), será apreciado o critério legal de cálculo do montante indemnizatório por danos não patrimoniais, analisando-se a função de tal indemnização e os elementos a atender pelo julgador no processo de quantificação, bem como o âmbito da intervenção dos tribunais de recurso em sede de reapreciação da decisão judicial proferida com recurso à equidade.

O segundo título (3.), por seu turno, subdivide-se em três capítulos. O primeiro (3.1.) consistirá numa introdução, na qual serão expostos os objetivos da pesquisa e o método adotado. Nos capítulos segundo (3.2.) e terceiro (3.3.) serão, então, analisados os resultados da pesquisa efetuada na jurisprudência selecionada (apresentados nos Anexos I e II), destacando-se os critérios utilizados na quantificação da indemnização por determinados danos não patrimoniais e os resultados obtidos.

Por último (4.), elaborar-se-á uma síntese dos resultados obtidos e apresentar-se-á uma conclusão quanto aos efeitos da margem de discricionariedade conferida ao julgador, na quantificação da indemnização por danos não patrimoniais, verificando se salvaguarda a certeza e a segurança na aplicação do direito e se respeita o princípio da proporcionalidade, que integra o princípio constitucional da igualdade.

2. Determinação da indemnização por danos não patrimoniais

2.1. O dano não patrimonial e respetiva indemnizabilidade

2.1.1. A indemnizabilidade do dano não patrimonial

A lei faz depender a responsabilidade civil da existência de um dano, não definindo, porém, em que consiste esta condição da obrigação de indemnizar.

Ao estatuir, no artigo 483.º, n.º 1, o princípio geral em matéria de responsabilidade extracontratual, a lei define os requisitos da obrigação de indemnizar, entre os quais inclui a existência de um dano como pressuposto da responsabilidade civil²⁰.

Tradicionalmente, o dano tem sido considerado pela doutrina como uma lesão de bens ou interesses juridicamente tutelados²¹, o que implica necessariamente uma

²⁰ No âmbito dos Princípios de Direito Europeu da Responsabilidade Civil (disponível, na versão traduzida para português por Jorge Ferreira Sinde Monteiro e André Gonçalo Dias Pereira, em: <http://civil.udg.edu/php//index.php?id=295>), o dano constitui igualmente pressuposto da responsabilidade e é definido, no artigo 2:101, sob a epígrafe “Dano ressarcível”, nos termos seguintes: “O dano consiste numa lesão material ou imaterial a um interesse juridicamente protegido”.

²¹ SERRA, Adriano Vaz, “Obrigação de indemnização (Colocação. Fontes. Conceito e espécies de dano. Nexos causais. Extensão do dever de indemnizar. Espécies de indemnização). Direito de abstenção e de remoção”, *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 84 (1959), pp. 8-9; ALARCÃO, Rui de, *Direito das Obrigações*, texto elaborado por J. Sousa Ribeiro, J. Sinde Monteiro, Almeno de Sá e J. C. Proença, com base nas lições ao 3.º ano jurídico, Coimbra, policopiado, 1983, p. 270; VARELA, João de Matos Antunes, *Das Obrigações em Geral*, vol. I, 6.ª ed. revista e atualizada, Coimbra, Almedina, 1989, p. 568; TELLES, Inocêncio Galvão, *Direito das Obrigações*, 6.ª ed. revista e atualizada, Coimbra, Coimbra Editora, 1989, p. 370; COSTA, Mário Júlio de Almeida, *Direito das Obrigações*, 12.ª ed. revista e atualizada, 2.ª reimpressão, Coimbra, Almedina, 2013, p. 591; CORDEIRO, António Menezes, *Tratado de Direito Civil Português*, I, *Parte Geral*, tomo I, 2.ª reimpressão da 3.ª ed. de março/2005, aumentada e

alteração na situação que se verificaria sem o evento lesivo, evidenciada por comparação entre tal hipotética situação e a efetivamente existente²².

A natureza, material ou imaterial, da lesão sofrida constitui o critério de distinção entre danos patrimoniais e não patrimoniais²³, referindo-se a patrimonialidade ao próprio dano²⁴. Assim, a distinção entre estas duas categorias de dano importa a análise das consequências emergentes do ato lesivo, ocorrendo dano patrimonial ou não patrimonial consoante a alteração ocorrida afete ou não o património do lesado. Apesar de não afetarem o património do lesado, os danos não patrimoniais são suscetíveis de avaliação pecuniária, dado que a lesão de natureza imaterial pode ser compensada através do recebimento pelo lesado de uma quantia em dinheiro que lhe proporcione bem-estar ou possa mitigar as consequências do ato lesivo²⁵.

O mesmo evento lesivo pode provocar simultaneamente danos patrimoniais e não patrimoniais, como acontecerá, por exemplo, num caso de destruição por incêndio de uma habitação, causadora do prejuízo resultante da perda do imóvel e seu recheio e das despesas necessárias à respetiva substituição (danos patrimoniais), bem como do desgosto e das alterações ao modo de vida que tal perda causa aos seus proprietários ou moradores (danos não patrimoniais). Por outro lado, casos há em que a ofensa atinge bens ou interesses de natureza imaterial, diretamente geradores de danos não patrimoniais, mas que vêm a ter reflexos no património do ofendido, dando causa aos denominados danos patrimoniais indiretos. Constituem exemplos desta situação: uma difamação, de que diretamente resulta sofrimento moral e que igualmente dá causa a uma diminuição de clientela geradora de perda de receitas, ou uma lesão corporal causadora de desfiguramento ou outro grave dano estético, da qual diretamente resulta

revista, Coimbra, Almedina, 2009, p. 419; LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito das Obrigações*, vol. I, 4.^a ed., Coimbra, Almedina, 2005, p. 314.

²² Sobre o conceito de dano, v. PINTO, Paulo Mota, *Interesse contratual negativo e interesse contratual positivo*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, pp. 536-552.

²³ Sobre o critério de distinção entre danos patrimoniais e não patrimoniais, v. SERRA, Adriano Vaz, “Reparação do dano não patrimonial”, *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 83 (1959), pp. 69-70; PINTO, Carlos Alberto da Mota, ob. cit., p. 129; TELLES, Galvão, ob. cit., p. 370; ALARCÃO, Rui de, ob. cit., pp. 270-271, CORDEIRO, Menezes, *Tratado...*, I, *Parte Geral*, tomo I, cit., p. 419.

²⁴ V. MONTEIRO, António Pinto, “Sobre a reparação dos danos morais”, *Revista Portuguesa do Dano Corporal*, n.º 1, 1.º ano (1992), p. 18.

²⁵ Sobre o critério da suscetibilidade de avaliação pecuniária, v. FRADA, Manuel Carneiro da, “Nos 40 anos do Código Civil Português. Tutela da personalidade e dano existencial”, *Themis*, Edição Especial (Código Civil Português – Evolução e Perspectivas Actuais), 2008, p. 62, e ANTUNES, Henrique Sousa, *Da Inclusão do Lucro Ilícito e de Efeitos Punitivos entre as Consequências da Responsabilidade Civil Extracontratual: a sua Legitimação pelo Dano*, Coimbra, Coimbra Editora, 2011, p. 318.

um estado de tristeza e desânimo causador de depressão que vem a afetar a capacidade de trabalho do lesado²⁶.

A natureza patrimonial dos danos sofridos permite a efetiva indemnização do lesado, com a remoção da alteração causada no seu património, seja por via da reconstituição natural, seja através do pagamento de uma quantia monetária, visando em qualquer dos casos torná-lo indemne. Podendo os danos patrimoniais consistir numa direta diminuição do património, através da redução do ativo ou do aumento do passivo, ou numa privação do seu potencial aumento²⁷, a obrigação de indemnizar abrange o prejuízo causado, bem como os benefícios que o lesado deixou de obter em consequência da lesão, devendo o obrigado reconstituir a situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obriga à reparação (artigo 562.º).

Quanto aos danos não patrimoniais, impõe o artigo 496.º, n.º 1, que, na fixação da indemnização no âmbito da responsabilidade por factos ilícitos, extensiva aos casos de responsabilidade pelo risco por força do disposto no artigo 499.º²⁸, se atenda àqueles

²⁶ V. COSTA, Almeida, ob. cit., pp. 592-594; VARELA, Antunes, *Das Obrigações...*, vol. I, cit., p. 571 (nota 1).

²⁷ V. ALARCÃO, Rui de, ob. cit., p. 271.

²⁸ O Código Civil de 1966 consagrou expressamente a indemnizabilidade dos danos não patrimoniais no âmbito da responsabilidade extracontratual, como resulta da inserção sistemática do artigo 496.º na subsecção relativa à responsabilidade por factos ilícitos, extensivo à responsabilidade pelo risco por força do disposto no artigo 499.º. Não prevendo o Código a indemnizabilidade desses danos no âmbito da responsabilidade contratual, aquela inserção sistemática originou controvérsia quanto à respetiva ressarcibilidade (no sentido da não indemnizabilidade, v. LIMA, Pires de/VARELA, Antunes, ob. cit., pp. 501-502, e VARELA, Antunes, *Das Obrigações...*, vol. I, cit., p. 575, nota). Presentemente, a doutrina dominante entende que os danos de natureza não patrimonial são ressarcíveis também no domínio da responsabilidade contratual (no sentido da indemnizabilidade, v. COSTA, Almeida, ob. cit., pp. 603-604; MONTEIRO, António Pinto, *Cláusula Penal e Indemnização*, Coimbra, Almedina, 1990, pp. 31-34 (nota); TELLES, Galvão, ob. cit., pp. 383-385). Analisando a jurisprudência do STJ dos últimos anos, constata-se que é aceite, como princípio, a ressarcibilidade dos danos não patrimoniais no domínio da responsabilidade contratual (v. os acórdãos de 05-02-2009 (Armando Luís), revista n.º 3656/08 – 7.ª Secção, de 17-02-2009 (Moreira Alves), revista n.º 3582/08 – 1.ª Secção, de 03-03-2009 (Paulo Sá), revista n.º 191/09 – 1.ª Secção, de 12-03-2009 (Moreira Alves), revista n.º 4071/08 – 1.ª Secção, de 28-04-2009 (Paulo Sá), revista n.º 526/09 – 1.ª Secção, de 28-04-2009 (Pires da Rosa), revista n.º 2436/08 – 7.ª Secção, de 21-05-2009 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 1356/08 – 7.ª Secção, de 26-05-2009 (Moreira Camilo), revista n.º 7059/04.0TBBERG.S1 – 1.ª Secção, de 07-07-2009 (João Bernardo), revista n.º 871/06.7TBSTR.S1 – 2.ª Secção, de 24-09-2009 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 368/09 – 7.ª Secção, de 26-11-2009 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 6727/03.8TVLSB.S1 – 7.ª Secção, de 07-01-2010 (Santos Bernardino), revista n.º 542/09.2YFLSB – 2.ª Secção, de 29-04-2010 (Sebastião Póvoas), revista n.º 2622/07.0TBPNF.P1.S1 – 1.ª Secção, de 04-05-2010 (Sousa Leite), revista n.º 1194/07.0TBBNV.L1.S1 – 6.ª Secção, de 01-07-2010 (Oliveira Rocha), revista n.º 6359/05.6TVLSB.L1.S1 – 2.ª Secção, de 13-07-2010 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 60/2010.6YFLSB – 7.ª Secção, de 16-09-2010 (Oliveira Rocha), revista n.º 2714/05.0TBPVZ.P1.S1 – 2.ª Secção, de 02-11-2010 (Fonseca Ramos), revista n.º 7366/03.9TBSTB.E1.S1 – 6.ª Secção, de 10-03-2011 (Távora Victor), revista n.º 9195/03.0TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção, de 13-04-2011 (Moreira Alves), revista n.º 248/09.2YRLSB.L1.S1 – 1.ª Secção, de 16-06-2011 (Pires da Rosa), revista n.º 314/2002.E1.S1 – 7.ª Secção, de 24-01-2012 (Martins de Sousa), revista n.º 540/2001.P1.S1 – 1.ª Secção, de 22-11-2012 (Bettencourt de Faria), revista n.º 1272/04.7TJLSB.L2.S1 – 2.ª Secção, de 27-11-2012 (Alves Velho), revista n.º 479/10.2TBCHV.P1.S1 – 1.ª Secção, de 10-01-2013 (Abrantes Gerales), revista n.º

que, pela sua gravidade, mereçam a tutela do direito, assim consagrando a indemnizabilidade desta modalidade de danos²⁹.

É certo que a natureza imaterial da lesão, sem correspondência direta numa determinada quantia em dinheiro, impede a efetiva reparação dos danos, mas não a respetiva compensação. A indemnização a fixar visa compensar o lesado pela dor ou sofrimento, de ordem física ou psicológica, ou outras consequências de natureza não patrimonial, através do recebimento de uma quantia pecuniária que possa proporcionar-lhe bem-estar ou mitigar tais efeitos do ato lesivo³⁰³¹.

O n.º 1 do artigo 496.º confinou a ressarcibilidade aos danos não patrimoniais que, pela sua gravidade, mereçam a tutela do direito. Este critério legal configura uma restrição ao âmbito de aplicação do estatuído, quanto ao conteúdo da prestação, no artigo 398.º, n.º 2, do qual resulta que a prestação deve corresponder a um interesse do credor, digno de proteção legal³².

A gravidade, como critério de indemnizabilidade dos danos não patrimoniais, traduz-se num conceito indeterminado de valoração, a densificar pelo julgador tendo em atenção as particulares circunstâncias do caso, analisadas juridicamente à luz de um

5060/09.6TVLSB.L1.S1 – 2.ª Secção, de 04-06-2013 (Garcia Calejo), revista n.º 1916/08.1TVLSB.L1.S1 – 1.ª Secção, de 20-06-2013 (Serra Baptista), revista n.º 178/07.2TVPR.T.P1.S1 – 2.ª Secção, de 11-07-2013 (João Bernardo), revista n.º 5030/04.0TBCSC.L1.S1 – 2.ª Secção, e de 26-09-2013 (Távora Victor), revista n.º 7798/09.9T2SNT.L1.S1 – 7.ª Secção).

²⁹ Com esta consagração legal, o Código Civil tomou posição na controvérsia sobre a indemnizabilidade dos danos não patrimoniais no âmbito da responsabilidade extracontratual, questão amplamente discutida na doutrina anterior (v. SERRA, Vaz, “Reparação...”, cit.; VARELA, Antunes, *Das Obrigações...*, vol. I, cit., pp. 572-575, ALARCÃO, Rui de, ob. cit., pp. 274-277, e TELLES, Galvão, ob. cit., pp. 376-379), dado que o Código Civil de 1867 não continha base legal para a ressarcibilidade dos danos não patrimoniais, a qual apenas era admitida nalgumas leis especiais, como o artigo 34.º do Código de Processo Penal de 1929.

³⁰ V. ANDRADE, Manuel A. Domingues de, *Teoria Geral da Relação Jurídica*, II, lições publicadas por A. Ferrer Correia e Rui de Alarcão, 7.ª reimpressão, Coimbra, Almedina, vol. 1987, p. 4, e PINTO, Carlos Alberto da Mota, ob. cit., p. 129.

³¹ Lembra VARELA, Antunes, *Das Obrigações...*, vol. I, cit., p. 571, nota 2, que, ao lado da satisfação pecuniária, haverá outras formas de reparação do dano não patrimonial (como a publicação da sentença de condenação do autor da calúnia, a retratação deste, a restituição de uma coisa, o restabelecimento ou a supressão de determinada situação), acrescentando que estas formas de reposição (em regra imperfeita) pouco interesse prático revestem.

³² Em anotação ao n.º 2 do artigo 398.º, afirmam LIMA, Pires de/VARELA, Antunes (ob. cit., p. 349) que se diz que “a prestação deve corresponder a um interesse *digno* de protecção legal para significar, por um lado, que não são admissíveis prestações que visem satisfazer um mero *capricho* do credor e para excluir, por outro, as prestações que, podendo ser dignas embora da consideração de outros complexos normativos, como por exemplo a religião, a moral, a cortesia, ou usos sociais, todavia não merecem a tutela específica do direito”. Perante a exigência constante do artigo 398.º, n.º 2, de que a prestação a que o devedor está adstrito corresponda a um interesse do credor digno de protecção legal, considera LUCENA, Delfim Maya de (*Danos Não Patrimoniais – O Dano da Morte*, reimpressão da ed. de 1985, Coimbra, Almedina, 2006, pp. 19-20) “não ser absolutamente necessária a parte final do art. 496.º, n.º 1, a qual, porém, mostra ter o legislador querido reforçar num campo tão fluido, como o das lesões não patrimoniais, a imperiosidade de se não aceitarem de ânimo leve, como compensáveis, prejuízos de pequeno relevo ou de anómala motivação”.

critério objetivo, que exclua a influência da subjetividade inerente a uma eventual particular sensibilidade do lesado, e tendo em conta as conceções de justiça vigentes³³³⁴.

Se os transtornos que fazem parte da vida em sociedade poderão não apresentar gravidade objetiva que justifique a tutela do direito, também não é exigível que o dano assuma uma excecional intensidade, sendo de considerar indemnizável um dano cuja seriedade ultrapasse a dos comuns incómodos ou contrariedades. Para o efeito, cumpre verificar se as consequências não patrimoniais emergentes do ato lesivo assumem intensidade que torne inaceitável, à luz dos valores subjacentes à ordem jurídica, exigir ao lesado que com elas se conforme.

A apreciação da importância do dano, com vista a determinar se se revela merecedor de tutela jurídica, não depende da sua origem, mas da intensidade que assume. Assim, ainda que se considere que, na generalidade dos casos, os danos não patrimoniais emergentes de determinado tipo de lesão são habitualmente graves, tal valoração terá de ser feita caso a caso, podendo algumas situações não assumir a seriedade exigida para serem tuteladas pelo direito³⁵.

³³ V. VARELA, Antunes, *Das Obrigações...*, vol. I, cit., p. 576; LIMA, Pires de/VARELA, Antunes, ob. cit., p. 499; COSTA, Almeida, ob. cit., p. 601.

³⁴ Este padrão objetivo de apreciação da gravidade do dano não patrimonial tem, unanimemente, sido seguido pela jurisprudência do STJ, como decorre, por exemplo, dos acórdãos de 26-02-2013 (Alves Velho), revista n.º 6064/05.3TVLSB.L1.S1 – 1.ª Secção, de 24-10-2013 (Orlando Afonso), revista n.º 1059/09.0TBVIS.C1.S1 – 7.ª Secção, de 18-12-2013 (Serra Baptista), revista n.º 220/06.4TBSJP.P1.S1 – 2.ª Secção, de 14-02-2012 (Helder Roque), revista n.º 5817/07.2TBOER.L1.S1 – 1.ª Secção, de 04-12-2012 (Gregório Silva Jesus), revista n.º 714/09.0TVLSB.L1.S1 – 1.ª Secção, de 31-03-2011 (Pereira da Silva), revista n.º 508/06.4TBPTL.L1.S1 – 2.ª Secção, e de 13-09-2011 (João Camilo), revista n.º 218/07.5TBAVZ.C1.S1 – 6.ª Secção.

³⁵ A título de exemplo de casos em que foi considerada não verificada a gravidade necessária para a ressarcibilidade dos danos não patrimoniais apurados, v. as decisões do STJ seguintes: acórdão de 07-07-2009 (João Bernardo), revista n.º 871/06.7TBSTR.S1 – 2.ª Secção, em que se considerou que os concretos aborrecimentos e arrelias sofridos pelo dono de uma obra, com o incumprimento do contrato de empreitada celebrado, não eram merecedores da tutela jurídica; acórdão de 01-10-2009 (Oliveira Vasconcelos), revista n.º 1001/06.0TBABT.S1 – 2.ª Secção, no qual, tendo-se provado que, em virtude dos factos praticados pelos réus, os autores ficaram preocupados, não foi considerada verificada a gravidade necessária à ressarcibilidade dos danos não patrimoniais; acórdão de 09-03-2010 (Helder Roque), revista n.º 134/2001.P1.S1 – 1.ª Secção, em que se decidiu que a construção de um bloco habitacional de seis pisos, viabilizada pelo município, num terreno vendido pelo autor ao réu, e a privação de exposição solar e visual, daí resultante, para uma moradia residencial construída pelo autor num prédio contíguo, não justificam o ressarcimento por danos não patrimoniais; acórdão de 04-05-2010 (Sousa Leite), revista n.º 1194/07.0TBBNV.L1.S1 – 6.ª Secção, no qual, tendo-se provado que a ré cedeu ao autor um terreno para cultura, por cinco anos, e que rescindiu o contrato após as colheitas do segundo ano, o que causou transtorno e insegurança ao autor, se considerou que estas circunstâncias configuram meras contrariedades com que o cidadão comum se vê quotidianamente confrontado, não cabendo no âmbito de aplicação do artigo 496.º, n.º 1; igualmente se considerou que, o facto de o autor ter sido privado, imprevistamente, dos rendimentos produzidos pela exploração, não conduz à ressarcibilidade do dano psicológico daí resultante, dado não se mostrar provada uma situação suscetível de provocar diminuição gravemente acentuada dos seus rendimentos económicos, eventualmente traumatizante para o autor, pela repercussão da sua ocorrência na sua economia familiar; acórdão de 22-09-2011 (Sérgio Poças), revista n.º 577/1998.L1.S1 – 7.ª Secção, em que se entendeu que a ansiedade e os incómodos

Este critério legal, da gravidade e do merecimento da tutela do direito, como condição de indemnizabilidade do dano não patrimonial, permite evitar uma excessiva ampliação da juridificação das relações sociais e consequente incremento das pretensões ressarcitórias³⁶. Tal objetivo tem em vista um equilíbrio na regulação da vida em sociedade por parte do sistema jurídico, considerando que a regulação em demasia poderá dar causa a um aumento de litigiosidade, com efeitos negativos em certos domínios da vida social, designadamente naqueles onde a frequente colisão de direitos e interesses exige uma especial tolerância, como é o caso das relações de vizinhança ou laborais.

A convivência comunitária, especialmente quando exige a partilha de espaços reduzidos, implica um acréscimo de contrariedades e impõe a compatibilização entre os direitos e interesses dos vários membros da comunidade, mediante a limitação dos direitos e interesses de cada um, o que pressupõe uma certa tolerância relativamente a condutas que, em função da proximidade entre as pessoas, podem causar incómodo.

2.1.2. Novos danos não patrimoniais indemnizáveis

A apreciação da gravidade do dano não patrimonial, e do consequente merecimento da tutela do direito, deve ter em consideração o respeito pela preservação da pessoa humana e dos seus direitos, com o objetivo de alcançar uma efetiva tutela da respetiva dignidade.

O Código Civil consagra, no artigo 70.º, n.º 1, uma tutela geral da personalidade, que corresponde a um direito geral de personalidade, entendido como um direito subjetivo que integra as diversas dimensões que constituem a individualidade da concreta pessoa humana a tutelar³⁷. Esta tutela geral da personalidade não se limita aos concretos direitos de personalidade legalmente tipificados, como o direito à vida, o direito à integridade física e psíquica, o direito à inviolabilidade moral, o direito à

inerentes à pendência de um litígio judicial prolongado, não assumem um grau de intensidade que mereça a tutela do direito; acórdão de 10-01-2013 (Abrantes Geraldês), revista n.º 5060/09.6TVLSB.L1.S1 – 2.ª Secção, no qual, tendo-se provado que o incumprimento dos deveres de informação, relativamente a ação intentada com vista à demolição de uma lareira, causou *stress* à autora, que passou a detestar a fração autónoma em causa, constituindo um sacrifício nela permanecer ou pernoitar, imóvel que porém já vendeu, se considerou que tais danos, tais incomodidades, não são irrelevantes, mas não atingem o patamar de gravidade que mereça a tutela do direito; acórdão de 18-12-2013 (Serra Baptista), revista n.º 220/06.4TBSJP.P1.S1 – 2.ª Secção, em que se considerou que a circunstância de o autor ter sentido revolta e indignação com o facto de os réus terem colhido e feito suas as uvas de determinados prédios, pertencentes ao autor, não é suficientemente grave para determinar a indemnização de tais danos.

³⁶ V. PINTO, Paulo Mota, ob. cit., p. 581 (nota); MONTEIRO, Pinto, “Sobre a reparação...”, cit., pp. 24-25.

³⁷ Segue-se, aqui, VASCONCELOS, Pedro Pais de, *Direito de Personalidade*, reimpressão da ed. de novembro de 2006, Coimbra, Almedina, 2014.

identidade pessoal e ao nome, o direito ao livre desenvolvimento da personalidade, o direito à honra, o direito à privacidade e o direito à imagem, mas tutela a pessoa e a sua dignidade como um todo. Aqueles direitos especiais de personalidade traduzem-se em concretizações da tutela geral da personalidade, não constituindo direitos subjetivos autónomos, nem esgotando o âmbito da tutela da personalidade, que abrange qualquer ofensa ilícita ou ameaça de ofensa à personalidade, ainda que respeitante a algum aspeto não legalmente tipificado³⁸.

Esta tutela da pessoa humana, mediante a consagração de um princípio geral da personalidade, permite uma abordagem mais abrangente das consequências não patrimoniais do ato lesivo, tutelando danos que ultrapassam a dimensão interna do lesado e se refletem externamente na sua vida, determinando alterações ao seu quotidiano e condicionando o seu projeto de vida. Como tal, ao lado dos danos não patrimoniais puros ou *stricto sensu*, caracterizados por sofrimento psicológico, como dor, desgosto, vergonha, mágoa ou outras consequências do foro interno, que não acarretam reflexos externos na vida do lesado, têm sido considerados indemnizáveis novos tipos de danos não patrimoniais, com consequências externas na vida da vítima³⁹.

O incremento da tutela da personalidade impõe se atenda à concreta realidade que caracteriza a existência do lesado, como pessoa com um projeto de vida, baseado em escolhas pessoais, e com uma vida de relação, tanto a nível familiar e afetivo, como social e laboral, devendo ser tidos em conta os efeitos do evento lesivo no âmbito das diversas dimensões que integram a existência do lesado. Estas consequências externas do ato lesivo, implicando alterações ao projeto de vida do lesado e à sua vida de relação, assim perturbando o quotidiano e comprometendo a realização pessoal, integram o denominado dano existencial⁴⁰.

Trata-se de um dano de natureza não patrimonial⁴¹, que compreende um conjunto de alterações na vida do lesado, emergentes do ato lesivo, que contendem com a sua realização pessoal, independentemente da respetiva causa⁴². Visa a proteção das concretas circunstâncias de vida da pessoa e da possibilidade de as manter⁴³, o que importa uma apreciação da situação atual do lesado e das alterações sofridas em consequência do ato lesivo.

³⁸ V. VASCONCELOS, Pais de (ob. cit., p. 65).

³⁹ V. NETO, Eugénio Facchini, “A tutela aquiliana da pessoa humana: os interesses protegidos. Análise de direito comparado”, *Themis*, n.ºs 22/23, ano XII (2012), pp. 68-69.

⁴⁰ V. FRADA, Carneiro da, “Nos 40 anos do Código Civil...”, cit., p. 50.

⁴¹ V. COSTA, Almeida, ob. cit., pp. 594-595.

⁴² V. NETO, Facchini, “A tutela aquiliana...”, cit., p. 80, e ANTUNES, Sousa, ob. cit., p. 315.

⁴³ FRADA, Carneiro da (“Nos 40 anos do Código Civil...”, cit., p. 56) afirma que o que integra o dano existencial é a ablação da liberdade de “continuar o passado feliz e tranquilo”.

Uma lesão corporal, por exemplo, é suscetível de dar causa a uma pluralidade de consequências de natureza não patrimonial, podendo, neste âmbito, distinguir-se diversos parâmetros, como dano estético, dano psíquico, dano sexual, dano de afirmação pessoal, dano à vida de relação, entre muitos outros. Ainda que determinada lesão corporal cause, presumivelmente, sempre determinadas consequências, que se supõe serem semelhantes para todos os lesados, variando unicamente em função de um conjunto limitado de fatores, como a idade e a intensidade da lesão, a singularidade de cada pessoa determinará uma diferenciação dos danos não patrimoniais em concreto sofridos.

Esta tutela da personalidade, tendo em atenção a dimensão existencial da pessoa humana, tem sido considerada pela jurisprudência portuguesa em diversas situações caracterizadas por alterações que configuram perda de qualidade de vida do lesado, emergentes de variadas causas, designadamente de lesão corporal.

No acórdão do STJ de 27-05-2010 (Custódio Montes), revista n.º 8629/05.4TBBRG.G1.S1 – 7.ª Secção, num caso em que o autor, com 16 anos, em consequência de acidente de viação, sofreu graves lesões, em resultado das quais ficou incapacitado de correr, ajoelhar e agachar, passou a sentir dificuldade marcada na permanência de pé, sofreu alterações sexuais devido às dificuldades de posicionamento, deixou de poder praticar desportos que impliquem esforço físico, sente tristeza, vergonha e revolta, bem como frustração e medo no contacto com o sexo oposto, necessita de um automóvel adaptado, deixou de frequentar praias, piscinas e de jogar futebol, não pode carregar pesos, era alegre e extrovertido e passou a ser mal-humorado e agressivo, com pesadelos frequentes e insónias, tem tendências para o isolamento e lê e escreve com dificuldade, a perda de qualidade de vida do lesado foi considerada um dano não patrimonial indemnizável.

No acórdão do STJ de 07-10-2010 (João Bernardo), revista n.º 370/04.1TBVGS.C1.S1 – 2.ª Secção, num caso em que uma pessoa com 29 anos ficou, em consequência de lesões sofridas em acidente de viação, com cicatrizes numa perna, claudicação da marcha, dificuldade em permanecer de pé e em subir ou descer escadas, impossibilitado de correr e praticar desporto que antes praticava, tendo passado de alegre e comunicativo, a triste, desconcertado e ansioso, tal perda de qualidade de vida do lesado foi considerada um dano não patrimonial indemnizável.

Em ambos os casos, os lesados viram-se obrigados a alterar as respetivas rotinas em função das limitações físicas de que ficaram a padecer, em consequência das sequelas das lesões sofridas, tendo deixado de praticar atividades a que habitualmente se dedicavam e, assim, ficando impedidos de desfrutar do prazer que lhes era

proporcionado por tal prática, o que foi valorado como dano não patrimonial indemnizável.

Noutras situações, o *stress* pós-traumático emergente da conduta lesiva pode dar causa a consequências valorizadas como dano não patrimonial indemnizável, em virtude da respetiva gravidade. O quadro de *stress* pós-traumático pode causar sofrimento psicológico ou acarretar reflexos externos na vida do lesado, como limitações na prática de atividades.

Constitui exemplo da primeira das indicadas situações, em que o *stress* pós-traumático causou sofrimento psicológico, o acórdão do STJ de 11-04-2013 (António Joaquim Piçarra), revista n.º 201/07.0TBBGC.P1.S1 – 1.ª Secção, num caso em que ocorreu a morte de um peão na sequência do embate de um veículo automóvel, causado por culpa exclusiva da vítima, em resultado do qual sofreu o condutor estado de confusão, ansiedade, humor depressivo, angústia, marcada excitabilidade, pesadelos, insónia com pensamentos intrusivos em que o surge o embate, devido ao contacto visual que teve com o peão, ensanguentado e disforme, tendo recorrido a terapêutica psiquiátrica, o sofrimento psicológico do condutor do veículo em consequência do embate, atenta a sua gravidade, foi valorado como dano não patrimonial indemnizável.

Exemplifica a segunda das indicadas situações, em que o *stress* pós-traumático acarretou reflexos externos na vida do lesado, o acórdão do STJ de 20-11-2014 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 5572/05.0TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção, em que a lesada foi considerada curada do ponto de vista ortopédico, sem desvalorizações, das lesões sofridas em consequência de atropelamento de que foi vítima, tendo ficado a padecer de *stress* pós-traumático que lhe origina ansiedade e medo, o que se entendeu constituir uma limitação relevante para a sua vida habitual, considerada um dano não patrimonial indemnizável.

Em situações de graves lesões sofridas pela vítima, geradoras de sequelas físicas e psíquicas incapacitantes, com duração prolongada ou de natureza permanente, tornando-a dependente de terceiros para os cuidados básicos, os seus familiares mais próximos são frequentemente afetados, não apenas por intenso sofrimento psicológico, mas também por alterações ao seu quotidiano e ao seu projeto de vida, emergentes da necessidade de prestar auxílio ao lesado⁴⁴. A tutela da dimensão existencial da pessoa humana tem levado a jurisprudência a valorar, como danos não patrimoniais indemnizáveis, estas alterações ao quotidiano, bem como os danos causados à saúde

⁴⁴ O cônjuge, nos casos em que as lesões sofridas pelo outro cônjuge o impossibilitam de manter relações sexuais, é também afetado pelo impedimento do relacionamento sexual inerente a uma saudável vida conjugal.

mental de uma pessoa, em resultado de graves lesões sofridas por familiares próximos, como filhos, progenitores ou cônjuges⁴⁵.

A título de exemplo, pode indicar-se o acórdão do STJ de 02-03-2011 (Nuno Cameira), revista n.º 1639/03.8TBBNV.L1.S1 – 6.ª Secção, que se reporta às consequências que as sequelas de graves lesões sofridas por uma jovem de 19 anos, designadamente tetraplegia, por força de queda e embate de uma árvore na viatura onde seguia, causaram a seus pais que, desde a data da alta, lhe têm prestado assistência, passando ambos a carecer de apoio médico regular, designadamente psiquiátrico, tendo os danos não patrimoniais sofridos pelos pais da jovem sido considerados indemnizáveis.

No acórdão do STJ de 17-01-2013 (Ana Paula Boularot), revista n.º 9434/06.6TBMTS.P1.S1 – 7.ª Secção, foram considerados indemnizáveis os danos não patrimoniais sofridos pela mãe em virtude do nascimento indevido ou indesejado (*wrongful birth*) de uma criança com graves malformações, as quais não foram atempadamente detetadas por falha médica, assim impedindo a progenitora de optar pela interrupção voluntária da gravidez, legalmente admissível no caso, passando a prestar cuidados permanentes ao filho e a dedicar todo o seu tempo a tal assistência, em consequência do que deixou de exercer atividade profissional, de conviver com familiares ou amigos e de frequentar locais públicos, passando a sofrer de distúrbios do foro psiquiátrico.

A morte de um familiar poderá, em determinadas circunstâncias, causar, além de sofrimento interior, outros danos não patrimoniais. Tratando-se, por exemplo, de menor sujeito às responsabilidades parentais, a morte de um ou de ambos os progenitores poderá contender com o desenvolvimento da personalidade do filho, que previsivelmente sofrerá, além do desgosto, diversas alterações na sua vida, dado ficar privado do exercício pelo(s) falecido(s) das obrigações que integram o conteúdo de tais responsabilidades.

Por exemplo, no acórdão do STJ de 03-06-2004 (Lucas Coelho), proferido na revista n.º 3527/03 – 2.ª Secção, foi reconhecido e valorizado, como dano não patrimonial indemnizável, o efeito da morte do progenitor no desenvolvimento da personalidade de uma criança. Assim, tendo sido arbitrada uma indemnização pelo desgosto sofrido com a morte do pai pelos seus filhos com 20, 15 e 12 anos, foi fixada uma indemnização de montante superior à filha mais nova, recém-nascida à data do falecimento do progenitor, por se ter entendido que, apesar de não ter padecido os

⁴⁵ A indemnizabilidade destes danos levanta a questão da titularidade do direito a indemnização por danos não patrimoniais, *infra* abordada em 2.2..

sofrimentos que os irmãos experimentaram, atenta a sua idade, ficou privada da assistência moral e afetiva paterna na formação e desenvolvimento da primeira infância, o que se considerou constituir um dano existencial relevante na formação da sua personalidade moral.

2.2. Titularidade do direito à indemnização por danos não patrimoniais

Em sede de responsabilidade extracontratual, a possibilidade de inúmeras pessoas sofrerem danos em consequência do mesmo evento exige a delimitação do âmbito de titulares do direito à indemnização.

O critério de determinação da titularidade do direito à indemnização, por danos patrimoniais ou não patrimoniais emergentes de um facto lesivo, não encontra consagração legal expressa, mediante a definição de uma regra geral delimitadora do conceito de lesado com direito a reparação. No entanto, do princípio geral em matéria de responsabilidade extracontratual, constante do artigo 483.º, n.º 1, extrai-se que o direito à indemnização cabe ao titular do direito violado ou do interesse imediatamente lesado com a violação da disposição legal⁴⁶.

A determinação do titular do direito à indemnização impõe uma valoração jurídica identificadora do sujeito ofendido pela ocorrência do dano, dado que a lei não consagra a obrigação de indemnizar todo e qualquer dano, mas apenas o dano tutelado pelo direito⁴⁷. Se não sofre contestação a afirmação de que cabe ao lesado diretamente atingido pela conduta ofensiva o direito à indemnização, já a questão da ressarcibilidade dos danos sofridos por outras pessoas, mediamente atingidas por tal conduta, suscita dúvidas e dificuldades várias, sendo certo que a regra básica é a da suportação dos danos pela esfera onde ocorrem, caso inexistam normas que obriguem à sua imputação a outras esferas⁴⁸.

Esta ressarcibilidade encontra previsão legal expressa, nos artigos 495.º e 496.º, n.ºs 2, 3 e 4, quanto a determinados danos reflexos, patrimoniais e não patrimoniais, isto é, danos sofridos por pessoas que, não constituindo o principal ofendido pelo facto lesivo, são pelo mesmo atingidas de forma mediata⁴⁹.

⁴⁶ Sobre a titularidade do direito à indemnização, v. VARELA, Antunes, *Das Obrigações...*, vol. I, cit., p. 591; COSTA, Almeida, ob. cit., p. 607; PINTO, Paulo Mota, ob. cit., p. 809 (nota).

⁴⁷ V. CORDEIRO, António Menezes, *Direito das Obrigações*, 2.º vol., 2.ª reimpressão da 1.ª ed. de 1980, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1990, p. 285.

⁴⁸ V. MONTEIRO, Jorge Sinde, *Estudos sobre a responsabilidade civil*, Coimbra, Livraria Petrony, 1983, p. 12, e CORDEIRO, Menezes, *Tratado...*, I, *Parte Geral*, tomo I, cit., pp. 419-420.

⁴⁹ SERRA, Adriano Vaz, "Algumas questões em matéria de responsabilidade civil", *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 93 (1960), p. 11, admite que, em caso de abuso do direito, possa reclamar indemnização aquele que o lesante quis prejudicar, mesmo que não seja o imediatamente prejudicado.

No caso de morte da vítima em consequência da conduta do lesante, consagra o artigo 496.º (na redação dada pela Lei n.º 23/2010, de 30 de agosto)⁵⁰, nos n.ºs 2 e 3, as categorias de pessoas a quem cabe o direito à indemnização por danos não patrimoniais⁵¹ e, no n.º 4, além do mais, a indemnizabilidade dos danos não patrimoniais sofridos pela vítima antes de morrer e dos danos não patrimoniais sofridos pelas pessoas com direito a indemnização nos termos dos n.º 2 e 3.

A interpretação do artigo 496.º⁵² tem levantado diversas dúvidas, no que respeita aos danos abrangidos por cada um dos seus números. Em caso de morte, tem sido questionada a titularidade do direito à indemnização pela perda da vida, a obrigatoriedade de respeito da ordem estabelecida nos n.ºs 2 e 3 na determinação das pessoas com direito àquela indemnização e na determinação das pessoas com direito a indemnização por danos não patrimoniais próprios emergentes da morte da vítima. Por outro lado, encontrando-se limitada aos casos de morte a indemnizabilidade dos danos não patrimoniais sofridos pelas pessoas indicadas nos n.ºs 2 e 3, tem-se levantado a questão da ressarcibilidade desses danos em casos de sobrevivência da vítima de graves lesões corporais.

A consagração legal da indemnizabilidade da morte como um dano autónomo⁵³, independentemente da ocorrência de outros danos, é hoje aceite pela generalidade da

⁵⁰ No Código Civil, a Lei n.º 23/2010, de 30 de agosto, alterou os artigos 496.º, 2019.º e 2020.º. Quanto ao artigo 496.º, introduziu pequenas alterações na redação dos anteriores n.ºs 2 e 3 e acrescentou o atual n.º 3, consagrando o direito a indemnização da pessoa que vivia em união de facto com a vítima, com a subsequente alteração na numeração do anterior n.º 3, que passou a ter o n.º 4.

⁵¹ Tal direito cabe, em conjunto, ao cônjuge não separado de pessoas e bens e aos filhos ou outros descendentes; na falta destes, aos pais ou outros ascendentes; e, por último, aos irmãos ou sobrinhos que os representem; se a vítima vivia em união de facto, o direito de indemnização cabe, em primeiro lugar, em conjunto, à pessoa que vivia com ela e aos filhos ou outros descendentes.

⁵² Nessa interpretação, seguir-se-á LUCENA, Maya de, ob. cit..

⁵³ A morte de um feto não constitui um dano autonomamente indemnizável, dado que o nascituro não tem personalidade jurídica. Considerando que a personalidade se adquire com o nascimento completo e com vida e que os direitos que a lei reconhece ao nascituro dependem do seu nascimento (artigo 66.º, n.ºs 1 e 2), daqui resulta que o feto não é titular de direitos, designadamente do direito à vida. Como tal, em caso de falecimento do feto, o dano da morte não é indemnizável, sendo indemnizáveis os danos não patrimoniais sofridos pelos pais ou outros familiares com direito a indemnização. Em sentido contrário, CORDEIRO, Menezes (*Tratado...*, I, *Parte Geral*, tomo III, cit., pp. 278-279), considera que existe um direito à vida do nascituro, afirmando que “as razões últimas que justificam o direito à vida do nascituro são precisamente as que depõem a favor do direito à vida das pessoas, em geral” e esclarecendo que “a base jurídico-positiva residirá no artigo 24.º da Constituição”. Em anotação ao n.º 1 deste preceito, que dispõe “A vida humana é inviolável”, CANOTILHO, J. J. Gomes/MOREIRA, Vital (*Constituição da República Portuguesa Anotada*, 1.º vol., 2.ª ed. revista e ampliada, Coimbra, Coimbra Editora, 1984, p. 191) afirmam: “Enquanto bem ou valor constitucionalmente protegido, o conceito constitucional de vida humana parece abranger, não apenas a vida das pessoas, mas também a vida pré-natal, ainda não investida numa pessoa, a vida intra-uterina (independentemente do momento em que se entenda que esta tem início)”. Daqui resulta que, ao considerar a vida humana inviolável, o artigo 24.º, n.º 1, da Constituição está a impor a proteção genérica da gestação humana, sem considerar o nascituro como um centro autónomo de direitos. Neste sentido, v. os acórdãos do STJ de 23-05-1985 (Gois Pinheiro), revista n.º 072623, e de 09-10-2008 (Bettencourt de Faria), revista n.º 4692/07 – 7.ª Secção, que consideraram

doutrina⁵⁴ e da jurisprudência⁵⁵, sendo, porém, controvertida a questão da titularidade do direito a tal indemnização, no sentido de saber se se trata de um direito que se integra no património do falecido e que, por morte deste, se transmite, por via sucessória especial, às pessoas indicadas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 496.º ou se tal direito é atribuído diretamente a tais pessoas, assim constituindo um direito próprio das mesmas⁵⁶.

Analisando os n.ºs 2 e 3 do artigo 496.º, verifica-se que a lei define um grupo de pessoas e fixa uma ordem de precedências entre elas, estatutando que, por morte da vítima, lhes cabe o direito à indemnização por danos não patrimoniais. Por outro lado, no n.º 4 do preceito acrescenta que, em caso de morte, são indemnizáveis os danos não patrimoniais sofridos pelas pessoas com direito a indemnização nos termos dos n.ºs 2 e 3. Da conjugação destas normas resulta que se reportam a realidades diversas, respeitando os n.ºs 2 e 3 à indemnização da morte e o n.º 4 à indemnização dos danos não patrimoniais que aquela possa ter causado às pessoas indicadas. A expressão “por morte da vítima” aponta no sentido de se reportar o direito a indemnização, previsto nos n.ºs 2 e 3, à compensação pela própria morte; o n.º 4, por seu turno, na parte em que se refere aos danos não patrimoniais sofridos “no caso de morte” pelas pessoas que indica,

não haver lugar à reparação por perda do direito à vida de um feto, tendo arbitrado uma indemnização por danos não patrimoniais próprios sofridos pelos pais, em resultado da perda do filho ainda não nascido.

⁵⁴ Em sentido contrário: ASCENSÃO, José de Oliveira, *Direito Civil – Sucessões*, 4.ª ed. revista, Coimbra, Coimbra Editora, 1989, pp. 49-55; CORTE-REAL, Carlos Pamplona, *Curso de Direito das Sucessões*, vol. I, Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal (136), Centro de Estudos Fiscais, Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, Ministério das Finanças, Lisboa, 1985, pp. 100-104.

⁵⁵ A partir do acórdão do STJ de 17-03-1971 (*Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 205 (1971), p. 150), tirado em reunião conjunta de secções, com o objetivo de uniformizar jurisprudência, nos termos do artigo 728.º, n.º 3, do CPC (na redação à data vigente), a indemnizabilidade do dano da morte, como um dano autónomo, tem sido unanimemente aceite. Porém, alguma jurisprudência recente, de que constituem exemplo os acórdãos do STJ de 11-01-2007 (João Bernardo), revista n.º 4433/06 – 2.ª Secção, e de 22-04-2008 (João Bernardo), revista n.º 742/08 – 2.ª Secção, tem questionado a ressarcibilidade do dano da morte, considerando que a indemnização pela perda do direito à vida é desconhecida na Resolução (75)7 adotada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa em 14-03-1975 (que estabelece princípios relativos à reparação de danos por lesões corporais ou morte, com vista à harmonização das legislações dos Estados-Membros), vem sendo ignorada em decisões do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e é ignorada, ou repudiada, nos principais países da União Europeia, sustentando mostrar-se necessária, em Portugal, nova ponderação jurisprudencial sobre a sua concessão, atentas as perspectivas de harmonização indemnizatória no espaço da União; no entanto, tendo em vista a orientação maciça da jurisprudência nacional e o disposto no artigo 8.º, n.º 3, do Código Civil, foi entendido conceder a indemnização pela perda do direito à vida nos casos *supra* indicados.

⁵⁶ Os argumentos apresentados pela doutrina a favor da cada uma das teses mostram-se sobejamente conhecidos, pelo que não serão aqui expostos. No sentido de se tratar de um direito que se integra no património do falecido e que, por morte deste, se transmite, por via sucessória, v. CAMPOS, Diogo Leite de, “A indemnização do dano da morte”, *Boletim da Faculdade de Direito*, Coimbra, separata do vol. L, 1974, publ. 1980; id. *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, Coimbra, Almedina, 1990, pp. 560-561 e 563-565; LEITÃO, Menezes, ob. cit., pp. 321-322; CORDEIRO, Menezes, *Tratado...*, I, *Parte Geral*, tomo III, cit., p. 139. No sentido de se tratar de um direito atribuído *ex novo* a tais pessoas, v., entre outros, VARELA, Antunes, *Das Obrigações...*, vol. I, cit., pp. 585-587; COELHO, Francisco Manuel Pereira, *Direito das Sucessões*, lições ao curso de 1973-1974, Coimbra, policopiado, 1974, pp. 58-61; LUCENA, Maya de, ob. cit., pp. 66-69.

reporta-se aos danos não patrimoniais pelas mesmas sofridos em resultado da morte da vítima.

Quanto à titularidade do direito à indemnização pelo dano da morte, considerando que a personalidade jurídica cessa com a morte (artigo 68.º, n.º 1) e que o direito a tal reparação só surge com a extinção da vida, é de concluir que a vítima não tem personalidade jurídica, nem capacidade de gozo, para adquirir o direito à indemnização pela sua própria morte, que não pode nascer na respetiva esfera jurídica e, como tal, não se transmite às pessoas indicadas na lei. A consagração, na nova redação dada ao n.º 3 do artigo 496.º pela Lei n.º 23/2010, de 30 de agosto, do direito da pessoa que vivia em união de facto com a vítima ser indemnizada, em caso de morte, por danos não patrimoniais, vem pôr em causa a teoria da transmissão por via hereditária do direito à indemnização pela violação do direito à vida, dado que o membro sobrevivente da união de facto não tem a qualidade de herdeiro.

O n.º 2 do artigo 496.º, ao dispor que o direito à indemnização por morte da vítima cabe, em conjunto, às categorias de pessoas indicadas, parece estar a atribuir-lhes tal direito *ex novo*, desta interpretação que se adota resultando que o direito nasce na esfera jurídica dessas pessoas⁵⁷⁵⁸.

A determinação da titularidade do direito à indemnização pelo dano da morte constitui uma questão com importantes consequências práticas. Traduzindo-se num direito próprio das pessoas indicadas na lei, o direito à indemnização não faz parte da herança, pelo que não responde pelos respetivos encargos, como sucederia se se tratasse de um direito transmitido por via sucessória⁵⁹. Por outro lado, tratando-se de um direito próprio dessas pessoas, o montante indemnizatório arbitrado será dividido em partes iguais pelas pessoas que integram a categoria em causa, não sendo partilhado nos

⁵⁷ A história do preceito parece apontar neste sentido, considerando que, no âmbito dos trabalhos preparatórios do Código Civil de 1966, Vaz Serra incluíra, no anteprojeto que elaborou, uma norma – § 4 do artigo 759.º – que previa expressamente a transmissão por via sucessória do direito em causa, a qual não veio a ser consagrada na lei (tal opção sucessória deixou vestígios no regime legal: a ordem de exclusão e a referência ao direito de representação). A interpretação literal do preceito aponta, igualmente, no indicado sentido, considerando que a frase “o direito à indemnização (...) cabe (...)” sugere reportar-se à aquisição originária de tal direito pelas pessoas que indica. V. LUCENA, Maya de, ob. cit., pp. 68-69.

⁵⁸ Neste sentido, na jurisprudência recente do STJ, entre muitos outros, v. os acórdãos de 18-09-2012 (Azevedo Ramos), revista n.º 973/09.8TBVIS.C1.S1 – 6.ª Secção, de 07-04-2011 (Lázaro Faria), revista n.º 1902/06.6TBAMT.P1.S1 – 7.ª Secção, de 31-05-2011 (Helder Roque), revista n.º 257/2001.G1.S1 – 1.ª Secção, de 06-09-2011 (Sebastião Póvoas), revista n.º 12280/07.6TBVNG.P1.S2 – 1.ª Secção, de 27-09-2011 (Fonseca Ramos), revista n.º 425/04.2TBCTB.C1.S1 – 6.ª Secção, de 22-06-2010 (Alves Velho), revista n.º 3013/05.2TBFAF.G1.S1 – 1.ª Secção, de 17-12-2009 (Garcia Calejo), revista n.º 77/06.5TBAND.C1.S1 – 1.ª Secção, e de 16-06-2005 (Neves Ribeiro), revista n.º 1612/05 – 7.ª Secção.

⁵⁹ V. COELHO, Pereira, *Direito das Sucessões*, cit., pp. 58-61.

termos determinados pelo regime sucessório aplicável, como sucederia se houvesse sido recebido *iure hereditario*⁶⁰.

A limitação do direito a indemnização àquelas pessoas e o respeito da ordem estabelecida nos n.ºs 2 e 3, podem mostrar-se desconformes à realidade em determinados casos, o que leva a questionar a sua obrigatoriedade.

A letra do preceito, ao determinar que o direito cabe, em conjunto, à primeira categoria de pessoas que indica e, na falta destas, à categoria seguinte, demonstra que cada classe é excluída pela existência da anterior. Como tal, a titularidade do direito a indemnização pelo dano da morte encontra-se excluída quanto a pessoas não incluídas nas categorias previstas nos n.ºs 2 e 3 do preceito, bem como relativamente àquelas que pertençam a categorias afastadas pela ordem de precedências fixada⁶¹.

O n.º 4 do artigo 496.º consagra, além do mais, a indemnizabilidade dos danos não patrimoniais próprios sofridos, em caso de morte, pelas pessoas indicadas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 496.º⁶². Também esta indemnização só será devida nas situações em que a morte da vítima tenha, efetivamente, causado sofrimento a tais pessoas, o que poderá não ocorrer, designadamente em casos de ausência de ligações afetivas entre estas e a vítima. Por outro lado, pode a morte causar sofrimento a pessoas não incluídas na primeira categoria preenchida, mas numa das seguintes, ou, simultaneamente, a pessoas incluídas em várias categorias, o que levanta a questão da obrigatoriedade de respeito da ordem estabelecida nos n.ºs 2 e 3 na determinação das pessoas com direito a indemnização por danos não patrimoniais próprios emergentes da morte da vítima⁶³.

⁶⁰ V. LUCENA, Maya de, ob. cit., pp. 54-55.

⁶¹ Neste sentido, indicam-se, a título exemplificativo, os acórdãos do STJ de 16-06-2005 (Neves Ribeiro), revista n.º 1612/05 – 7.ª Secção, e de 22-06-2010 (Alves Velho), revista n.º 3013/05.2TBFAF.G1.S1 – 1.ª Secção, cada um dos quais confirmou a atribuição exclusivamente ao cônjuge da vítima da indemnização pelo dano da morte e negou a indemnização a este título peticionada pelos pais do falecido.

⁶² Relativamente aos danos não patrimoniais sofridos pelos familiares do condutor que veio a falecer em consequência de acidente, que lhe seja imputável a título de culpa, o Plenário das Secções Cíveis do STJ proferiu o Acórdão n.º 12/2014, datado de 06-05-2014 (publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 129 (2014-07-08), uniformizando a jurisprudência nos termos seguintes: “No caso de morte do condutor de veículo em acidente de viação causado por culpa exclusiva do mesmo, as pessoas referidas no n.º 2 do art. 496.º do CC não têm direito, no âmbito do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, a qualquer compensação por danos não patrimoniais decorrentes daquela morte”.

⁶³ Sustenta LUCENA, Maya de (ob. cit., pp. 35-36), que nada obriga a que, quanto a estes danos, a ordem estabelecida pelo n.º 2 [atualmente n.ºs 2 e 3] do artigo 496.º seja acatada, dado que o n.º 3 [atualmente n.º 4] se limita a determinar que as pessoas mencionadas no n.º 2 [agora nos n.ºs 2 e 3] da mesma disposição têm um direito próprio a serem indemnizadas dos danos morais que hajam pessoalmente sofrido. Considera CORDEIRO, António Menezes (*Tratado de Direito Civil Português*, II, *Direito das Obrigações*, tomo III, Coimbra, Almedina, 2010) que o artigo 496.º, n.º 2 [atualmente, n.ºs 2 e 3], admite uma prudente interpretação extensiva, exemplificando nos termos seguintes: “uma criança é abandonada pelos pais, sendo recolhida e criada pelos avós; pessoas imputáveis matam-na; o desgosto é,

O critério legal da titularidade do direito à indemnização por danos não patrimoniais próprios, sofridos por terceiros em consequência da morte do lesado, reportando-se às “pessoas com direito a indemnização nos termos dos números anteriores”, não impõe necessariamente o respeito pela ordem sucessivamente excludente estabelecida nos n.ºs 2 e 3 do artigo 496.º para a indemnização pelo dano da morte, *supra* analisada, permitindo se considere que limita o direito a indemnização àquelas pessoas, independentemente da categoria a que pertençam ou da existência de pessoas pertencentes a categoria anterior, com ou sem direito a indemnização⁶⁴.

Sendo beneficiários deste direito, entre outros, os filhos da vítima, devem ser incluídos igualmente os nascituros, atenta a tutela jurídica de que goza o feto⁶⁵, apesar da personalidade jurídica apenas se adquirir no momento do nascimento (artigo 66.º). Após o nascimento, completo e com vida, do nascituro, a sua qualidade de filho da vítima não permite distingui-lo dos demais filhos, já nascidos à data da morte do progenitor, inexistindo justificação para o discriminar, não lhe atribuindo direito à indemnização por danos não patrimoniais. Assim, é de afastar uma interpretação restritiva do preceito em análise, que exclua o filho que nasceu após a morte do progenitor⁶⁶⁶⁷.

todo, dos avós: vai-se atribuir a indemnização aos pais? Porque não aos avós, se é esse (e é) o espírito da lei?”. Em sentido diverso, considera FARIA, Jorge Leite Areias Ribeiro de (*Direito das Obrigações*, vol. I, reimpressão da edição de 1990, Coimbra, Almedina, 2003, p. 528) que a titularidade do direito à indemnização não é definida “em função da dor efectivamente sofrida”, mas sim “a partir de um princípio de objectividade e de presunção (que não pode ser afastada) de que a proximidade de vínculo (conjugal ou de parentesco) traz contida em si a indicição de uma dor ou de um sofrimento maiores”.

⁶⁴ A consideração como sucessivamente excludente da ordem estabelecida nos n.ºs 2 e 3 do artigo 496.º, na determinação da titularidade do direito à indemnização por danos não patrimoniais próprios, sofridos por terceiros em consequência da morte do lesado, tem levado a julgar não indemnizáveis situações de intenso sofrimento causado pela morte da vítima a familiares próximos, que com a mesma mantinham fortes laços afetivos, mas pertencentes a categoria preterida pela ordem de precedências constante do critério legal. A título de exemplo, indicam-se os acórdãos do STJ de 16-06-2005 (Neves Ribeiro), revista n.º 1612/05 – 7.ª Secção, e de 22-06-2010 (Alves Velho), revista n.º 3013/05.2TBFAF.G1.S1 – 1.ª Secção, que consideraram não indemnizáveis os danos não patrimoniais sofridos pelos pais do falecido em consequência da sua morte, por se ter entendido indemnizáveis apenas os danos não patrimoniais sofridos pelo cônjuge da vítima, pertencente à categoria anterior.

⁶⁵ Reconhece a lei, de forma explícita, diversos direitos ao nascituro, como resulta do disposto nos artigos 952.º (doação a nascituro), 1854.º (perfilhação antes do nascimento do filho), 1878.º, n.º 1 (representação do nascituro pelos pais), 2033.º (capacidade sucessória) e 2240.º (administração de herança ou legado a favor de nascituro).

⁶⁶ Neste sentido, v. CORDEIRO, Menezes, *Tratado...*, I, *Parte Geral*, tomo III, cit., pp. 304-305, e GERALDES, António Santos Abrantes, *Temas da Responsabilidade Civil*, vol. II, *Indemnização dos Danos Reflexos*, 2.ª ed. revista e atualizada, Coimbra, Almedina, 2007, pp. 26-27; BRAGA, Armando, *A Reparação do Dano Corporal na Responsabilidade Civil Extracontratual*, Coimbra, Almedina, 2005, pp. 187-188.

⁶⁷ Nos acórdãos do STJ de 28-06-2007 (Pires da Rosa), revista n.º 2348/06 – 7.ª Secção, de 08-05-2008 (Serra Baptista), revista n.º 726/08 – 2.ª Secção, e de 03-04-2014 (Álvaro Rodrigues), revista n.º 436/07.6TBVRL.P1.S1 – 2.ª Secção, considerou-se que o nascituro tem um direito próprio à indemnização por danos não patrimoniais emergentes da morte do seu progenitor, falecido antes do seu nascimento. Em sentido contrário, o acórdão do STJ de 17-02-2009 (Helder Roque), revista n.º 2124/08 –

Quanto aos danos não patrimoniais sofridos pelo lesado direto antes de falecer, referidos no n.º 4 do artigo 496.º, a respetiva indemnização é devida nos termos gerais, derivando da tutela legal dos direitos de personalidade, conjugada com os princípios constantes dos artigos 483.º e 496.º, n.º 1⁶⁸.

Não resultando demonstrado o sofrimento da vítima entre o evento danoso e a morte, o que sucederá, designadamente, nos casos em que a morte ocorre logo após tal evento, não há lugar a indemnização. Porém, nas situações em que a vítima tenha permanecido inconsciente entre o facto lesivo e a morte, tal situação objetiva mostra-se violadora de bens jurídicos ligados à integridade da pessoa humana, pelo que a falta de percepção pelo lesado da concreta situação em que se encontra não afasta, por si só, a existência de dano não patrimonial⁶⁹.

Considerando que a obrigação de indemnizar os danos não patrimoniais sofridos pela vítima tem por objeto uma prestação pecuniária, o direito à indemnização, que nasce na esfera jurídica do lesado direto, transmite-se por via hereditária, aos seus herdeiros legais ou testamentários, tal como sucede com as demais relações jurídicas patrimoniais da pessoa falecida, nos termos do artigo 2024.º⁷⁰.

Tal como os n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 496.º, também o artigo 495.º consagra situações em que outras pessoas, além dos ofendidos diretamente atingidos, têm direito a indemnização.

Em sede de danos patrimoniais, o artigo 495.º abrange situações em que outras pessoas, que não o principal lesado, sofreram, em resultado da conduta lesiva, danos emergentes (designadamente as despesas feitas para salvar o lesado, bem como as relativas a tratamentos, assistência⁷¹ e funeral) ou lucros cessantes (prestação de

1.ª Secção, considerou que o nascituro não é titular originário de um direito de indemnização, por danos não patrimoniais próprios, provenientes da morte de seu pai, em consequência de facto ilícito ocorrido antes do seu nascimento.

⁶⁸ Relativamente aos danos, patrimoniais ou não patrimoniais, sofridos pela vítima em caso de morte, v. CORDEIRO, Menezes, *Direito das Obrigações*, 2.º vol., cit., pp. 202-203.

⁶⁹ Neste sentido, v. o acórdão do STJ de 28-02-2013 (Lopes do Rego), revista n.º 4072/04.0TVLSB.C1.S1 – 7.ª Secção.

⁷⁰ V. ASCENSÃO, Oliveira, *Direito Civil – Sucessões*, cit., pp. 47-48; COELHO, Pereira, *Direito das Sucessões*, cit., pp. 54-58; CAMPOS, Leite de, *Lições...*, cit., pp. 549-550 e 560; CORDEIRO, Menezes, *Direito das Obrigações*, 2.º vol., cit., pp. 202-203; LUCENA, Maya de, ob. cit., pp. 27-28.

⁷¹ A jurisprudência tem divergido quanto ao tipo de despesas resultantes de assistência à vítima abrangidas pelo n.º 2 do artigo 495.º: as despesas resultantes da assistência imediata à vítima, prestada na sequência do facto lesivo e destinada a salvá-la ou a curar as lesões sofridas, ou também as despesas emergentes da prestação de assistência ao lesado que, em casos de lesões geradoras de elevadas incapacidades, passou a necessitar do auxílio de terceira pessoa. A prestação de assistência ao lesado direto por outras pessoas, designadamente vinculadas pelo dever de auxílio, como cônjuges (artigos 1672.º e 1674.º), pais e filhos (artigo 1874.º, n.º 1), pode dar causa a danos emergentes e a lucros cessantes, resultantes da não realização de atividade profissional ou outra, produtora de rendimentos, que exerciam e abandonaram para apoiar a vítima. Em resultado da diversa interpretação dada ao preceito,

alimentos⁷³⁷⁴). Reporta-se este preceito a danos próprios sofridos por pessoas atingidas, pelo evento lesivo, de forma reflexa, em consequência da lesão do principal ofendido, concedendo-lhes o direito de peticionarem, por si, a indemnização emergente dos indicados danos patrimoniais⁷⁵.

Os artigos 495.º e 496.º, n.ºs 2, 3 e 4, ampliam o círculo de titulares do direito a indemnização, abarcando certos danos sofridos por determinados lesados atingidos de

isto é, da inclusão ou exclusão desses danos patrimoniais no âmbito da norma, a jurisprudência apresenta divergências quanto à titularidade do direito à indemnização pelos danos patrimoniais emergentes da prestação de assistência ao lesado. Assim, nuns casos considerou-se que apenas o ofendido direto tem legitimidade para pedir tal indemnização (v. os acórdãos do STJ de 14-10-2010 (Barreto Nunes), revista n.º 674/06.9TBPVL.G1.S1 – 7.ª Secção, e de 11-12-2012 (Moreira Alves), revista n.º 2664/04.7TBAVR.C1.S1 – 1.ª Secção) e, noutros casos, entendeu-se ter legitimidade para peticionar tal indemnização também o familiar que prestou assistência ao sinistrado (v. os acórdãos do STJ de 02-03-2011 (Nuno Cameira), revista n.º 1639/03.8TBBNV.L1.S1 – 6.ª Secção, e de 06-12-2012 (Abrantes Galdes), revista n.º 8698/07.2TBBRG.G1.S1 – 2.ª Secção).

⁷² GERALDES, Abrantes, *Temas ...*, vol. II, cit., p. 18, considera que, no caso dos “danos causados às pessoas que, por razões de ordem familiar, têm de prestar assistência ao lesado, prejudicando os rendimentos que auferiam (lucros cessantes), designadamente perante uma situação de incapacidade ou de dependência funcional ou psíquica (...), o direito de indemnização encontra a sua razão de ser não apenas no cumprimento de deveres legais que, por exemplo, recaem mutuamente entre os cônjuges ou, quanto aos filhos menores, sobre os respectivos pais, mais ainda na constatação de que essa intervenção de auxílio vem suprir, na prática, aquela que deveria ser realizada por terceira pessoa e cujos custos seriam de imputar ao responsável”.

⁷³ Permitindo o artigo 564.º, n.º 2, que, na fixação da indemnização, o tribunal atenda aos danos futuros, desde que sejam previsíveis, daqui resulta que têm direito a indemnização, não apenas aqueles que, à data da morte, podiam exigir alimentos ao lesado, mas igualmente aqueles que previsivelmente os poderiam vir a exigir, bem como aqueles a quem o lesado os prestava no cumprimento de uma obrigação natural. Quanto ao direito do nascituro, afirma SERRA, Adriano Vaz (“O dever de indemnizar e o interesse de terceiros”, *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 86 (1959), p. 123) que “a obrigação de indemnização tem lugar mesmo que, ao tempo da lesão, não tivesse ainda nascido o titular do direito a alimentos, desde que esteja concebido”.

⁷⁴ A questão da exigibilidade da prova da necessidade de alimentos, para efeitos do reconhecimento do direito de indemnização às pessoas referidas no artigo 495.º, n.º 3, tem-se mostrado controvertida na jurisprudência. Considerou-se que tal direito pressupõe a prova da necessidade de alimentos, por exemplo, nos acórdãos do STJ de 14-07-2009 (Sebastião Póvoas), revista n.º 1541/06.1TBSTS.S1 – 1.ª Secção, e de 21-05-2009 (Salvador da Costa), revista n.º 213/09.0YFLSB – 7.ª Secção. Em sentido contrário, entendeu-se que o direito a tal indemnização não pressupõe a prova da necessidade de alimentos, por exemplo, nos acórdãos do STJ de 04-05-2010 (Salazar Casanova), revista n.º 111/04.3TBMUR.P1.S1 – 6.ª Secção, de 20-10-2009 (Nuno Cameira), revista n.º 85/07.9TCGMR.G1.S1 – 6.ª Secção, de 17-12-2009 (Garcia Calejo), revista n.º 77/06.5TBAND.C1.S1 – 1.ª Secção, de 13-04-2011 (Garcia Calejo), revista n.º 418/06.5TBMNC.G1.S1 – 1.ª Secção, e de 10-01-2012 (Azevedo Ramos), revista n.º 4524/06.8TBBCL.L1.S1 – 6.ª Secção. O método de cálculo do dano patrimonial futuro constante da Portaria n.º 377/2008, de 26 de maio, alterada pela Portaria n.º 679/2009, de 23 de agosto, pressupõe o direito à indemnização em causa, se bem que apenas em caso de morte (artigo 2.º, al. b)), independentemente da prova da necessidade de alimentos, limitando-se a definir as variáveis a atender para efeitos da determinação do montante indemnizatório, conforme resulta do respetivo Anexo III.

⁷⁵ V. PINTO, Paulo Mota, ob. cit., p. 809 (nota).

forma reflexa. Tal ampliação encontra-se, porém, limitada às situações previstas nos indicados preceitos⁷⁶⁷⁷.

Quanto a danos não patrimoniais, considerando que o n.º 4 do artigo 496.º limita aos casos de morte da vítima a indemnizabilidade dos danos não patrimoniais sofridos pelas pessoas indicadas nos n.ºs 2 e 3, tem-se levantado a questão da ressarcibilidade desses danos em casos de lesão corporal de que não proveio a morte, considerando que as graves lesões corporais sofridas pela vítima que sobreviveu, e respetivas sequelas, podem afetar profundamente essas pessoas, causando-lhes desgosto e sofrimento tão intensos como aqueles que resultariam da sua morte, bem como alterações relevantes à respetiva rotina e ao projeto de vida que idealizaram⁷⁸.

É inegável que situações de graves lesões sofridas pela vítima, geradoras de relevantes sequelas físicas e psíquicas, com duração prolongada ou de natureza permanente, são suscetíveis de causar um profundo sofrimento aos seus familiares próximos, ou companheiro de facto, e alterações da respetiva forma de vida, atenta a necessidade de prestar auxílio ao lesado⁷⁹. Nestas situações, dúvidas não há de que estas pessoas sofrem uma alteração na situação em que se encontrariam sem a conduta do lesante. A respetiva esfera jurídica, da qual faz parte, entre outros direitos subjetivos e interesses juridicamente relevantes, a tutela geral da personalidade prevista no artigo 70.º, n.º 1, é igualmente lesada, por vezes com um grau de intensidade de tal modo elevado que torna inaceitável, à luz dos valores subjacentes à ordem jurídica, exigir a estes familiares lesados que se conformem, assim se mostrando o seu interesse digno de proteção legal. Estes danos sofridos pelos familiares mais próximos, ou companheiro de facto, do lesado direto, assumem, assim, frequentemente, a gravidade exigida pelo critério de indemnizabilidade dos danos não patrimoniais estatuído no n.º 1 do artigo 496.º⁸⁰.

⁷⁶ No âmbito dos trabalhos preparatórios do Código Civil de 1966, Vaz Serra incluiu no anteprojeto que elaborou uma norma – § 5 do artigo 759.º – que previa a ressarcibilidade deste tipo de danos morais reflexos em casos de sobrevivência do lesado direto, a qual não foi consagrada na lei.

⁷⁷ V., neste sentido, LIMA, Pires de/VARELA, Antunes, ob. cit., p. 498; VARELA, Antunes, *Das Obrigações...*, vol. I, cit., pp. 591-592; COSTA, Almeida, ob. cit., p. 608; LEITÃO, Menezes, ob. cit., p. 380; GEMAS, Laurinda Guerreiro, “A indemnização dos danos causados por acidente de viação – Algumas questões controversas”, *Julgar*, n.º 8 (maio/agosto 2009), pp. 58-59.

⁷⁸ A indemnizabilidade dos danos não patrimoniais sofridos, em caso de lesão corporal muito grave, pelas pessoas que tenham uma relação de grande proximidade com o lesado, encontra-se prevista no artigo 10.301 (1) dos Princípios de Direito Europeu da Responsabilidade Civil (disponível em: <http://civil.udg.edu/php/index.php?id=295>).

⁷⁹ V. GERALDES, Abrantes, *Temas...*, vol. II, cit., p. 36.

⁸⁰ Uma análise aprofundada da natureza dos danos não patrimoniais sofridos pelos familiares da vítima de graves lesões corporais está na base de um entendimento, que, nalgumas situações, tem levado a considerar tais danos indemnizáveis. Neste sentido, v. MARCELINO, Américo, *Acidentes de Viação e Responsabilidade Civil*, 3.ª ed. revista e ampliada, Lisboa, Livraria Petrony, 1995, pp. 220-222; FARIA, Jorge Ribeiro de, ob. cit., p. 491 (nota); BRAGA, Armando, ob. cit., pp. 188-189; GERALDES, António

A controvérsia jurisprudencial⁸¹ que se gerou em torno da compensabilidade dos danos não patrimoniais sofridos por outrem, nos casos em que a vítima sobrevive, conduziu à prolação, pelo Plenário das Secções Cíveis do STJ, do Acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.º 6/2014, datado de 09-01-2014 – publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 98 (2014-05-22) –, a fixar a seguinte jurisprudência: “Os artigos 483.º, n.º 1 e 496.º, n.º 1 do Código Civil devem ser interpretados no sentido de abrangerem os danos não patrimoniais, particularmente graves, sofridos por cônjuge de vítima sobrevivente, atingida de modo particularmente grave”.

O acórdão debruça-se sobre um caso em que o cônjuge da autora sofreu, em resultado de acidente de viação, graves lesões, passando a precisar da ajuda permanente de terceira pessoa, tendo a autora, após a alta hospitalar, passado a cuidar dele e a viver exclusivamente em função do mesmo, sentindo-se triste, confrangida e amargurada. Extrai-se da fundamentação da decisão que a interpretação assumida tem como pressuposto que os danos do lesado sejam particularmente graves e que tenham determinado no outro sofrimento muito relevante. Esclarece-se, ainda, que, para além do cônjuge, outros podem e devem beneficiar da tutela deste tipo de danos, não podendo a referência ao cônjuge ser interpretada no sentido de excluir outros, considerando que, face ao objeto do processo, não compete determinar quais, dos chegados ao lesado, podem pedir compensação pelo sofrimento próprio. A limitação constante da regra interpretativa formulada, ao reportar-se apenas ao direito do cônjuge,

Santos Abrantes, “Ressarcibilidade dos danos não patrimoniais de terceiros em caso de lesão corporal”, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles*, vol. IV, *Novos Estudos de Direito Privado*, Coimbra, Almedina, 2003, pp. 263-289, e *Temas...*, vol. II, cit., pp. 9-94.

⁸¹ No sentido de que só o titular do direito violado ou do interesse imediatamente lesado com a violação da disposição legal terá direito a indemnização, v. os acórdãos do STJ de 21-03-2000 (Ribeiro Coelho), revista n.º 1027/00 – 1.ª Secção, de 26-02-2004 (Duarte Soares), revista n.º 4298/03 – 2.ª Secção, de 31-10-2006 (Fernandes Magalhães), revista n.º 3244/06 – 6.ª Secção, de 01-03-2007 (Mota Miranda), revista n.º 4025/06 – 7.ª Secção, e de 17-09-2009 (João Camilo), revista n.º 292/1999-S1 – 6.ª Secção. Em sentido diverso, tais danos não patrimoniais têm sido considerados indemnizáveis em determinadas situações, nuns casos com base em interpretação extensiva do artigo 496.º, n.ºs 2, 3 e 4, por se entender que o dano sofrido pelo lesado imediato é equiparável à morte, e, noutros, no entendimento de que o evento lesivo violou, simultaneamente, direitos de personalidade daqueles familiares próximos da vítima; relativamente a danos sofridos pelos pais do lesado, em casos em que este fica incapacitado de forma permanente e dependente da ajuda de terceiros para a satisfação das necessidades básicas, v. os acórdãos do STJ de 25-11-1998 (Quirino Soares), revista n.º 865/98 – 2.ª Secção, em que o lesado é menor, e de 02-03-2011 (Nuno Cameira), revista n.º 1639/03.8TBBNV.L1.S1 – 6.ª Secção, em que o lesado é maior; quanto ao cônjuge, não apenas nos casos em que o outro cônjuge fica incapacitado e dependente de terceiros, mas igualmente nas situações em que fica impotente, impedindo o relacionamento sexual, v. os acórdãos do STJ de 08-03-2005 (Sousa Leite), revista n.º 4486/04 – 6.ª Secção, de 26-05-2009 (Paulo Sá), revista n.º 3413/03.2TBVCT.S1 – 1.ª Secção, de 08-09-2009 (Nuno Cameira), revista n.º 2733/06.9TBBC.L.S1 – 6.ª Secção, de 08-02-2011 (Salazar Casanova), revista n.º 1469/07.8TBAMT.P1.S1 – 6.ª Secção, e de 23-04-2013 (Paulo Sá), revista n.º 291/04.8TBRMR-A.L1.S1 – 1.ª Secção; no que respeita a filhos do lesado que fica incapacitado e dependente de terceiros, v. o acórdão do STJ de 14-09-2010 (Sousa Leite), revista n.º 267/06.0TBVCD.P1.S1 – 6.ª Secção, relativo a uma filha menor da lesada.

resulta do âmbito da questão controvertida, que consistia na compensabilidade dos danos não patrimoniais sofridos apenas pelo cônjuge da vítima sobrevivente.

A necessidade de efetiva proteção da dignidade da pessoa humana e a extensão das consequências não patrimoniais do ato lesivo consideradas violadoras de direitos alheios, designadamente da tutela geral da personalidade decorrente da cláusula constante do artigo 70.º, n.º 1, demandam um conceito amplo de lesado com direito a indemnização, o que exige um esforço contínuo de interpretação da lei, na procura do seu sentido e na determinação dos seus limites.

2.3. O juízo de equidade na quantificação indemnizatória por danos não patrimoniais

2.3.1. Função da indemnização por danos não patrimoniais

A equidade constitui critério de quantificação do montante a arbitrar a título de indemnização por danos não patrimoniais.

Da parte inicial do n.º 4 do artigo 496.º, conjugada com o artigo 494.º, resulta que o montante indemnizatório devido por danos não patrimoniais é fixado com base na equidade e que o julgador deverá atender, ao decidir tal quantificação com recurso à equidade, não apenas ao dano em causa, mas também ao grau de culpabilidade do agente, à situação económica deste e do lesado e às demais circunstâncias do caso⁸². Além destes elementos, deverá o julgador ter ainda em consideração todos os casos que mereçam tratamento análogo (artigo 8.º, n.º 3)⁸³.

Ao preceituar que o julgador deverá atender, não apenas ao dano, de forma a compensar o lesado através da atribuição de um montante que se mostre proporcionado à respetiva gravidade e extensão, mas igualmente aos demais fatores referidos, designadamente à culpa do lesante e à respetiva situação económica, a lei atribui à indemnização por danos não patrimoniais uma natureza não meramente compensatória.

Tal indemnização reveste, além daquela natureza compensatória, um carácter sancionatório, visando reprová-lo ou castigar a conduta do lesante. Ao ser calculada tendo em atenção a atuação do agente e a sua situação económica, de modo a ter em conta, por um lado, o grau de culpabilidade da respetiva conduta e, por outro, o reflexo do cumprimento da obrigação pecuniária na situação pessoal do obrigado, o processo de

⁸² V. COSTA, Almeida, ob. cit., p. 604, e VELOSO, Maria Manuel, “Danos não patrimoniais”, *Comemorações dos 35 anos do Código Civil e dos 25 anos da Reforma de 1977*, vol. III, *Direito das Obrigações*, Coimbra, Coimbra Editora, 2007, p. 538.

⁸³ V. VARELA, Antunes, *Das Obrigações...*, vol. I, cit., p. 577.

determinação da indemnização não se baseia apenas na análise do dano, com um objetivo compensatório, visando igualmente que o montante pecuniário se mostre adequado como punição da conduta do lesante⁸⁴.

Porém, constituindo o dano um pressuposto e o limite da obrigação de indemnizar, a função compensatória consiste na finalidade principal da responsabilidade civil. Com efeito, o princípio geral em matéria de responsabilidade por atos ilícitos, constante do artigo 483.º, n.º 1, faz depender a obrigação de indemnizar da existência de um dano e o princípio geral relativo à obrigação de indemnização, previsto no artigo 562.º, erige a reparação do dano como objetivo, não fazendo qualquer menção a outras finalidades, designadamente sancionatória, repressiva ou preventiva⁸⁵.

É certo que a natureza não patrimonial dos danos não permite a efetiva indemnização do lesado, com a remoção da alteração causada, dado que não é possível a reconstituição natural e que o pagamento de uma quantia monetária não torna o lesado indemne. No entanto, considerando que a atribuição de uma quantia pecuniária visa proporcionar, ao lesado, satisfação que atenua ou neutraliza o sofrimento físico ou espiritual, a indemnização tem, a título principal, uma função compensatória. Tal finalidade principal não impede, porém, a assunção pela responsabilidade civil de outras finalidades acessórias, designadamente de cariz sancionatório, desde que respeitados os pressupostos e limites por aquela definidos, isto é, no âmbito da existência e da extensão do dano a indemnizar⁸⁶.

⁸⁴ V., entre outros autores, TELLES, Galvão, ob. cit., p. 385 (nota 2), VARELA, Antunes, *Das Obrigações...*, vol. I, cit., p. 578, FARIA, Jorge Ribeiro de, ob. cit., pp. 492-493, MONTEIRO, Pinto, “Sobre a reparação...”, cit., p. 21, LEITÃO, Menezes, ob. cit., pp. 318-319, LOURENÇO, Paula Meira, *A Função Punitiva da Responsabilidade Civil*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, pp. 285-286.

⁸⁵ V. PINTO, Paulo Mota, ob. cit., p. 819 (nota 2293).

⁸⁶ Na vigência do Código de Processo Penal de 1929 – cujo artigo 34.º permitia ao juiz, em caso de condenação, arbitrar aos ofendidos uma quantia como reparação por perdas e danos, ainda que não tivesse sido requerida, sendo o quantitativo da indemnização determinado segundo o prudente arbítrio do julgador, que atenderia à gravidade da infração, ao dano material e moral por ela causado, à situação económica e à condição social do ofendido e do infrator –, a doutrina fazia uma distinção entre a responsabilidade civil conexa com a responsabilidade criminal e a responsabilidade meramente civil, atribuindo à primeira uma função essencialmente punitivo-preventiva e à segunda uma função principalmente reparadora (v. JORGE, Fernando Pessoa, *Ensaio sobre os pressupostos da responsabilidade civil*, 1968, 3.ª reimpressão, Coimbra, Almedina, 1999, pp. 50-52, e DIAS, Jorge de Figueiredo, *Direito Penal Português – Parte Geral*, II, *As Consequências Jurídicas do Crime*, Lisboa, Aequitas – Editorial Notícias, 1993, § 64, pp. 77-78). Com a entrada em vigor do Código Penal de 1982, cujo artigo 128.º dispõe que a indemnização de perdas e danos emergentes de um crime é regulada pela lei civil, foi abandonada a natureza especificamente sancionatória da indemnização do dano proveniente de um ilícito criminal, cessando o seu carácter oficioso e os critérios penais do respetivo arbitramento (sobre a utilidade e a conveniência do regresso à sanção reparatória pelo nosso ordenamento jurídico-penal, v. FARIA, Maria Paula Ribeiro de, “A reparação punitiva – Uma “terceira via” na efetivação da responsabilidade penal?”, *Liber Discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, pp. 259-291).

Designadamente nos casos em que a culpa do lesante constitui critério de graduação da medida da indemnização devida ao lesado, como sucede no âmbito da compensação dos danos não patrimoniais, é inegável a assunção pela responsabilidade civil, ainda que a título secundário, de funções sancionatórias⁸⁷.

2.3.2. Critérios de cálculo da indemnização

A análise do juízo de equidade, na quantificação da indemnização por danos não patrimoniais, pressupõe a apreciação da influência que os fatores constantes do artigo 494.º são suscetíveis de assumir na graduação da medida da quantia pecuniária a arbitrar.

2.3.2.1. O dano a indemnizar

O dano constitui um pressuposto e o limite da obrigação de indemnizar, em cuja quantificação se deve atender à respetiva extensão, de forma a obter um montante que se mostre “proporcionado à gravidade do dano”⁸⁸.

Constituem elementos essenciais, caracterizadores do dano, a natureza da lesão sofrida, a respetiva intensidade e suas consequências, bem como os concretos bens jurídicos ou interesses atingidos pela lesão.

Mostra-se essencial, desde logo, atender à natureza da lesão e aos bens jurídicos ou interesses pela mesma atingidos, dado que constituem um indicador da gravidade das consequências a compensar.

Sendo ofendido, por exemplo, o direito à integridade física, as concretas lesões sofridas e respetivas consequências, designadamente no que respeita à afetação do bem-estar do lesado e das suas capacidades físicas e intelectuais, bem como aos efeitos pessoais, familiares, sociais e laborais daí resultantes, constituem elementos essenciais na determinação da intensidade do dano. A duração dos efeitos da lesão releva, igualmente, na determinação da extensão do dano, devendo ter-se em conta a possibilidade de superação das consequências da lesão, e respetivo período temporal, ou a sua irreversibilidade. Também a consciência que o lesado tem da situação em que se encontra constitui um elemento a atender, na delimitação do dano, dado que a situação

⁸⁷ Sobre a presença da função punitiva no regime da responsabilidade civil do Código Civil português, v. observação crítica em: PRATA, Ana, “Responsabilidade delitual nos Códigos Cíveis português de 1966 e brasileiro de 2002”, *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 2013, pp. 114-121, “Responsabilidade civil”, *Themis*, Edição Especial (Código Civil Português – Evolução e Perspectivas Actuais), 2008, pp. 307-312, e *Notas Sobre Responsabilidade Pré-Contratual*, reimpressão, Coimbra, Almedina, 2002, p. 213.

⁸⁸ V. LIMA, Pires de/VARELA, Antunes, ob. cit., p. 501.

objetiva emergente das lesões sofridas, suas sequelas e consequências, pode ser, ou não, acompanhada pela respetiva perceção por parte da vítima, a qual importará, previsivelmente, um acrescido sofrimento psicológico; no entanto, a falta dessa consciência não acarreta a inexistência de dano não patrimonial, o qual decorre da situação objetiva violadora de bens jurídicos ligados à integridade da pessoa humana, ainda que o lesado dela não tenha consciência, atento o seu estado⁸⁹⁹⁰.

A determinação da existência e do grau dos danos não patrimoniais importa, frequentemente, a apreciação de factos que exigem conhecimentos especiais⁹¹, de que o julgador não dispõe, caso em que se impõe a realização de prova pericial. Este meio de prova, além da relevância que assume no âmbito da determinação da matéria de facto provada⁹², ultrapassa a sua função probatória, constituindo um elemento auxiliar em sede de valorização do dano, ao emitir um juízo baseado na perceção dos factos por parte dos peritos, na sua valoração à luz de um conhecimento especializado.

⁸⁹ SANTOS, J. Coelho dos, “A reparação civil do dano corporal: reflexão jurídica sobre a perícia médico-legal e o dano dor”, *Revista Portuguesa do Dano Corporal*, n.º 4, 2.º ano (1994), p. 84, observa que, embora a ciência médica não seja “consensual na afirmação de que o paciente que se encontra inconsciente não sofre, ou seja, não tem dores é, ainda assim, a posição que mais adeptos recolhe e, nesta sequência, entende-se que a vítima que está inconsciente não sofre qualquer padecimento, excluindo-se o pagamento da dor”. Acrescenta, porém, o autor que “a integridade psicofísica do ser humano, independentemente da consciência que a vítima tenha da sua lesão, não pode deixar de ser considerada como direito fundamental da pessoa humana”.

⁹⁰ Neste sentido, v. o acórdão do STJ de 28-02-2013 (Lopes do Rego), revista n.º 4072/04.0TVLSB.C1.S1 – 7.ª Secção, que, reportando-se à compensação dos danos não patrimoniais sofridos por lesado, decorrentes de ter permanecido, durante quase 6 anos, num estado de coma vegetativo, até à sua morte, como decorrência das gravíssimas lesões neurológicas provocadas por um acidente, não ficando demonstrado que tivesse efetiva consciência do estado de total incapacidade em que se encontrava, distinguiu entre o plano objetivo da perda e degradação extrema do padrão de vida do sinistrado, enquanto lesão objetiva de um bem jurídico essencial da personalidade, ligado à própria dignidade da pessoa humana, que ocorre independentemente da perceção cognitiva pelo lesado do estado em que se encontra, envolvendo a drástica carência de autonomia e de eliminação das possibilidades de realização pessoal, e o plano subjetivo, decorrente de – a tal estado objetivo – se ter de adicionar o sofrimento psicológico necessariamente inerente à consciência, ainda que difusa ou mitigada, da total falta de autonomia pessoal e de qualidade de vida e da frustração irremediável de todos os projetos e satisfações alcançáveis no decurso da vida pessoal do lesado.

⁹¹ Por exemplo, a avaliação do dano na pessoa que, como afirma MAGALHÃES, Teresa (“Da avaliação à reparação do dano corporal”, *Maia Jurídica*, n.º 2 (julho/dezembro), ano 5.º (2007), p. 37), “constitui um ato médico”.

⁹² Não obstante consistir o julgamento da matéria de facto em temática não incluída no objeto do presente estudo, afigura-se oportuna uma menção ao valor probatório do relatório pericial, em virtude de apresentar contornos diversos no âmbito do processo civil e do processo penal. Em processo civil, a força probatória da perícia é fixada livremente pelo tribunal (artigos 389.º do Código Civil e 489.º do Código de Processo Civil), devendo o julgador apreciá-la em conjunto com os demais meios de prova. Em sede processual penal, tal meio de prova assume uma força probatória mais vinculativa, dado que o artigo 163.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, presume subtraído à livre apreciação do julgador o juízo técnico, científico ou artístico inerente à prova pericial, impondo o n.º 2 do preceito, ao julgador, a obrigação de fundamentar a divergência, sempre que a sua convicção divergir do juízo contido no parecer dos peritos.

Os indicadores da espécie e do grau da ofensa sofrida pelo lesado, ponderados à luz da dignidade da pessoa humana, ao caracterizarem a alteração da situação do lesado, relativamente àquela em que previsivelmente estaria sem o evento lesivo, constituem critérios de avaliação da gravidade do dano não patrimonial sofrido, a ter em conta no cálculo da indemnização a arbitrar.

A concreta determinação do dano não patrimonial em causa constitui, assim, a base de todo o processo de cálculo do *quantum* indemnizatório e o pressuposto da apreciação da relevância a atribuir às demais circunstâncias a atender pelo julgador.

2.3.2.2. A culpabilidade do agente

Na graduação do montante indemnizatório, além da extensão do dano a ressarcir, cumpre atender às circunstâncias constantes do artigo 494.º, entre as quais ressalta a culpabilidade do agente.

Constituindo a culpabilidade do agente um critério de cálculo do montante indemnizatório, é imposta ao julgador uma apreciação da conduta do lesante na sua relação com o comportamento devido, isto é, na perspetiva da violação de um dever jurídico ou da omissão do dever de diligência que lhe é imposto, bem como da intervenção da vontade do agente nessa atuação⁹³.

Consagra o Código Civil, no n.º 2 do artigo 487.º, um critério de apreciação da culpa em abstrato⁹⁴.

A culpa deve, assim, ser analisada segundo o critério de um *bonus pater familias*, colocado nas concretas circunstâncias em causa, e não segundo o critério do próprio agente. Tal impõe se determine previamente “a conduta exigível dos homens de boa formação e de são procedimento”⁹⁵ colocados naquelas circunstâncias, isto é, tendo

⁹³ V., sobre a culpa, em direito civil, PRATA, Ana, “Responsabilidade delitual...”, cit., pp. 94-97 e, sobre a interdependência entre a culpabilidade e a omissão do comportamento devido, JORGE, Pessoa, ob. cit., pp. 316-317.

⁹⁴ Nos Princípios de Direito Europeu da Responsabilidade Civil (disponível em: <http://civil.udg.edu/php/index.php?id=295>), sob a epígrafe “Culpa”, dispõe o artigo 4:101: “A pessoa que, intencionalmente ou por negligência, violar o padrão de conduta exigível responde por culpa”. Quanto ao “padrão de conduta exigível”, esclarece o artigo 4:102 o seguinte: “(1) O padrão de conduta exigível corresponde ao de uma pessoa razoável colocada nas mesmas circunstâncias e depende, especialmente, da natureza e valor do interesse protegido em questão, da periculosidade da actividade, da perícia que é de esperar da pessoa que a exerce, da previsibilidade do dano, da relação de proximidade ou da particular confiança entre as partes envolvidas, bem como da disponibilidade e custos de métodos preventivos ou alternativos. (2) O padrão de conduta pode ser ajustado em função da idade, de deficiência psíquica ou física, ou quando, devido a circunstâncias extraordinárias, não se possa legitimamente esperar que a pessoa em causa actue em conformidade com o mesmo. (3) As disposições que prescrevem ou proíbem uma determinada conduta devem ser tomadas em consideração a fim de se estabelecer o padrão de conduta exigível”.

⁹⁵ V. LIMA, Pires de/VARELA, Antunes, ob. cit., p. 489.

em conta a concreta situação do agente, designadamente a sua idade e o seu sexo, as suas habilitações literárias e a sua profissão, bem como quaisquer outros elementos pessoais que, no caso, assumam relevo⁹⁶. De seguida, há que analisar a conduta adotada pelo agente, a concreta ação ou omissão em causa, por comparação com a conduta exigível nas concretas circunstâncias em causa, com vista a verificar se omitiu o comportamento devido e, em caso afirmativo, se o fez voluntariamente.

Não obstante erigir a culpabilidade do agente em critério de cálculo do montante indemnizatório, o Código Civil não apresenta uma classificação dos graus de culpa, limitando-se a referências à distinção entre dolo e mera culpa⁹⁷ e a uma menção esporádica a culpa grave⁹⁸, sem indicar qualquer critério de graduação da culpabilidade.

Considerando que a culpa em sentido amplo⁹⁹ pressupõe que a conduta do agente, ao omitir o comportamento devido, seja voluntária, diversos fatores poderão contribuir para uma graduação da culpabilidade, tais como: os valores ou os interesses que se pretendem acautelar com o comportamento devido; a intensidade da intervenção da vontade na ação; a concorrência da conduta de outros agentes, designadamente do lesado¹⁰⁰.

A análise dos valores ou interesses que se pretendem acautelar com o comportamento devido permitirá apreciar a gravidade da conduta do agente, ao omitir voluntariamente tal comportamento. Considerando que determinados deveres de conduta visam tutelar valores ou interesses superiores a outros, essa desigualdade contribuirá para a determinação da gravidade do comportamento do agente. É certo que essa superioridade só em concreto se poderá aferir, apreciando a matéria de facto integradora da situação; no entanto, assume grande relevo a espécie do direito que a obrigação em causa visa acautelar.

A consideração da intervenção da vontade permitirá, igualmente, graduar a culpabilidade do agente. Relevam, nesta sede, as duas modalidades da culpa em sentido amplo a que se refere o artigo 483.º, n.º 1, ao impor que o agente tenha “agido com dolo

⁹⁶ V. PRATA, Ana, *Notas...*, cit. pp. 159-160.

⁹⁷ V. os artigos seguintes: 483.º, n.º 1, que impõe, como pressuposto da responsabilidade civil, que o agente tenha “agido com dolo ou mera culpa”; 494.º, ao admitir a limitação da indemnização no caso de “mera culpa”; 899.º, relativo à obrigação de indemnização por parte do vendedor, “não havendo dolo nem culpa”; 1945.º, relativo à responsabilidade do tutor pelo prejuízo que por “dolo ou culpa” causar ao pupilo.

⁹⁸ O artigo 1323.º, n.º 4, que se refere à “culpa grave” do achador de animais e coisas móveis perdidas, na perda ou deterioração da coisa achada.

⁹⁹ Sobre o conceito de culpa em sentido amplo, v. COSTA, Almeida, ob. cit., p. 555; TELLES, Galvão, ob. cit., pp. 340-341; JORGE, Pessoa, ob. cit., p. 321.

¹⁰⁰ Quanto aos fatores que influem na graduação da culpabilidade, seguir-se-á JORGE, Pessoa, ob. cit., pp. 355-367.

ou mera culpa”. No dolo, a imputação do ato ilícito ao agente assume maior gravidade, por ser mais intensa a intervenção da vontade, dado que o agente prevê sempre e aceita o resultado ilícito, o que não sucede na negligência, em que o agente não prevê ou, caso preveja, não aceita tal resultado¹⁰¹.

Considerando a referência a culpa grave no artigo 1323.º, n.º 4, tem alguma doutrina¹⁰² distinguido entre culpa grave, leve e levíssima, classificação que se reporta a graus de culpabilidade¹⁰³.

Fundando-se a responsabilidade civil em presunção legal de culpa, não poderá proceder-se à graduação da culpabilidade do agente, pois esta pressupõe uma efetiva apreciação da conduta na sua relação com o comportamento devido. Nos casos em que a lei consagra presunções legais de culpa, a inversão do ónus da prova (artigo 350.º, n.º 1) dispensa o lesado de provar a culpa do autor da lesão, a quem incumbirá ilidir a presunção mediante prova em contrário, exceto nos casos em que a lei o proibir (n.º 2 do citado preceito). Assim, tratando-se de culpa presumida¹⁰⁴, não podendo graduar-se a culpabilidade do agente, não há que considerar este elemento na determinação do *quantum* indemnizatório¹⁰⁵.

A consideração do grau de culpa do lesante, como critério de cálculo da indemnização devida por danos não patrimoniais, traduz-se numa manifestação da função punitiva da responsabilidade civil¹⁰⁶. No entanto, assumindo a indemnização, a

¹⁰¹ V. COSTA, Almeida, ob. cit., pp. 582-583; TELLES, Galvão, ob. cit., pp. 341-345.

¹⁰² V. TELLES, Galvão, ob. cit., pp. 349-354; COSTA, Almeida, ob. cit., p. 555; JORGE, Pessoa, ob. cit., pp. 356-359.

¹⁰³ Afirma JORGE, Pessoa (ob. cit., p. 359) o seguinte: “Os termos da classificação não correspondem, a nosso ver, a *modalidades autónomas* de culpa em sentido estrito. Trata-se, no fundo, de *graus da própria culpabilidade*, na apreciação da qual não entra apenas o estado psicológico do agente: pode este actuar com dolo e o juízo de reprovação ser menos severo do que se actuasse com mera culpa. É mais grave a negligência daquele que não apagou a fogueira que acendeu na floresta, do que o dolo de quem causou propositadamente um dano ligeiro em bem alheio; como é mais censurável a atitude do médico que se esqueceu de visitar um doente grave, que estava a seu cuidado, e cujo tratamento exigia essa vigilância, do que aquele que conscientemente faltou à visita prometida, quando sabia que o estado do enfermo não reclamava a sua presença”.

¹⁰⁴ Tal sucede, designadamente, no caso de danos causados por condutor comissário, em que o artigo 503.º, n.º 3, estabelece uma presunção de culpa daquele que conduzir um veículo por conta de outrem. Se ambos os condutores intervenientes num acidente de viação são comissários, conduzindo os veículos por conta dos respetivos proprietários, e nenhum deles ilidiu a presunção legal de culpa, dada a concorrência de culpas, embora presumidas, não pode responsabilizar-se apenas um dos condutores comissários pelos danos decorrentes do acidente, visto que a responsabilidade de cada um se encontra limitada pela responsabilidade do outro. A repartição da medida dessa responsabilidade deverá ser efetuada nos termos do disposto no artigo 506.º, n.º 2, 2.ª parte, considerando-se igual a medida de contribuição da culpa de cada um deles para a verificação do acidente e, consequentemente, dos danos dele emergentes (neste sentido, v. o acórdão do STJ de 09-03-2010 (Moreira Alves), revista n.º 94/2001.P1.S1 – 1.ª Secção).

¹⁰⁵ Neste sentido, v. PROENÇA, José Carlos Brandão, *A conduta do lesado como pressuposto e critério de imputação do dano extracontratual*, Coimbra, Almedina, 1997, p. 165, nota 507.

¹⁰⁶ V. subcapítulo 2.3.1..

título principal, uma função compensatória e tendo esta função punitiva uma natureza meramente acessória, daqui decorre uma restrição dos efeitos da consideração da graduação da culpabilidade no cálculo da indemnização: se a compensação do lesado constitui o objetivo da obrigação de indemnizar, o montante a arbitrar não poderá exceder a medida do dano sofrido.

É certo que, em determinados casos, a extensão do dano não patrimonial pode depender do grau de culpabilidade do agente, mostrando-se as consequências do ato lesivo mais gravosas, isto é, o sofrimento da vítima mais intenso, em função da intenção do lesante. Nestas situações, poderá o montante indemnizatório a arbitrar ser elevado para valores superiores aos habituais para o tipo de lesão em causa; tal acréscimo, porém, não depende de uma autónoma consideração do grau de culpabilidade do lesante na determinação da indemnização, mas sim das consequências do grau de culpa na extensão do dano¹⁰⁷.

Salvo estas situações, em que o grau elevado de culpabilidade contende com a extensão do dano, na generalidade dos casos, a consideração da culpa do lesante só poderá ter como efeito a redução equitativa do montante a arbitrar.

Esta redução, porém, poderá levar a que a indemnização seja fixada em valor insuficiente para compensar a vítima, se a diminuta gravidade da culpa do lesante o justificar, o que é suscetível de gerar insegurança. Acresce que a redução do montante indemnizatório em situações caracterizadas pela existência de culpa, ainda que diminuta, mostra-se desconforme com o regime aplicável a situações de responsabilidade objetiva, que a não prevê, sendo certo que em tais situações não existe sequer culpa¹⁰⁸. Por último, a possibilidade da intenção do lesante contribuir para a extensão do dano, mesmo tratando-se de culpa diminuta, retira justificação a qualquer redução do montante indemnizatório.

A ponderação do grau de culpa do lesante deve, assim, ser efetuada com especial cautela, só sendo de admitir a redução equitativa da indemnização em casos de desproporção relevante entre a culpabilidade e a extensão dos danos, nos quais se mostre irrazoável exigir ao lesante que suporte a compensação da totalidade do dano sofrido pelo lesado, por tal se traduzir num sacrifício manifestamente desproporcionado à sua atuação.

¹⁰⁷ Sobre os danos resultantes do impacto do ânimo ou intenção do agente sobre os sentimentos de dignidade e amor-próprio do lesado, v. GOMES, Júlio, “Uma função punitiva para a responsabilidade civil e uma função reparatória para a responsabilidade penal?”, *Revista de Direito e Economia*, ano XV (1989), p. 108.

¹⁰⁸ Sobre esta incongruência, v. PRATA, Ana, “Responsabilidade civil”, cit., pp. 310-311.

2.3.2.3. A situação económica do agente e do lesado

Da remissão constante do artigo 496.º, n.º 4, para o artigo 494.º resulta que a situação económica do agente e do lesado constitui uma das circunstâncias a atender, pelo julgador, na determinação do montante indemnizatório devido por danos não patrimoniais.

Este critério impõe se tenham em consideração as condições económicas de lesante e lesado, bem como o reflexo que a lesão sofrida e que o pagamento da indemnização têm nos patrimónios da vítima e do lesante¹⁰⁹.

Não esclarece a lei os elementos a atender, com vista à determinação da situação económica dos indicados sujeitos, pelo que deverá o julgador decidir, em cada caso, quais os fatores relevantes. Tratando-se de averiguar a real situação económica, podem ser tidos em conta, designadamente, os rendimentos auferidos pelo sujeito, o seu património, as despesas com o seu sustento e os seus encargos, bem como os seus deveres jurídicos de assistência¹¹⁰, não se mostrando suficiente a consideração dos rendimentos declarados à administração fiscal¹¹¹.

A referência à situação económica do lesante, na sua relação com a do lesado, constante do artigo 494.º, reporta-se ao próprio agente, em termos pessoais, e não à seguradora para a qual tenha, eventualmente, sido transferida a respetiva responsabilidade civil¹¹². Daqui resulta que, existindo contrato de seguro, não há que

¹⁰⁹ V. LIMA, Pires de/VARELA, Antunes, ob. cit., p. 497.

¹¹⁰ No âmbito penal, sobre os critérios a considerar para apreciar a condição económica e financeira do condenado em pena de multa, com vista à determinação do quantitativo diário, v. DIAS, Figueiredo, ob. cit., §§ 147 a 153, pp. 128-132.

¹¹¹ Relativamente à forma de determinação do rendimento mensal, o Tribunal Constitucional, no acórdão n.º 383/2012 (Catarina Sarmento e Castro), de 12-07-2012 (processo n.º 437/10 – 2.ª Secção), julgou “materialmente inconstitucional, por violação do direito à tutela jurisdicional efetiva, na vertente da garantia de um processo equitativo, consagrada no artigo 20.º, n.º 4, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 2, ambos da Constituição, e do direito à justa reparação dos danos, decorrente do artigo 2.º da Constituição, a interpretação normativa extraída do n.º 7 do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 153/2008, de 6 de agosto, correspondente ao entendimento segundo a qual, nas ações destinadas à efetivação da responsabilidade civil decorrente de acidente de viação, para efeitos de apuramento do rendimento mensal do lesado, no âmbito da determinação do montante da indemnização por danos patrimoniais a atribuir ao mesmo, o tribunal apenas pode valorar os rendimentos líquidos auferidos à data do acidente, que se encontrem fiscalmente comprovados, após cumprimento das obrigações declarativas legalmente fixadas para tal período” (acórdão disponível em www.tribunalconstitucional.pt).

¹¹² Sobre a controvérsia em torno da expressão «situação económica... do responsável», referida no artigo 57.º, n.º 2, do Código da Estrada de 1954, e que se traduziu em saber se a referência do preceito era ao dono (ou ao condutor) do veículo ou à seguradora, v. PROENÇA, Brandão, ob. cit., p. 168, nota 518.

atender, na determinação do montante indemnizatório, à situação económica da seguradora¹¹³.

Trata-se essencialmente de um critério corretivo, com vista a evitar resultados injustos em casos de significativa desproporção entre as condições económicas do lesante e do lesado, designadamente pela imposição de indemnizações especialmente gravosas para o lesante que apresente insuficiência económica, face a um lesado com boas condições económicas¹¹⁴.

Assumindo a indemnização uma função essencialmente compensatória, mostram-se limitados os efeitos da consideração das situações económicas de lesante e lesado no cálculo da indemnização devida por danos não patrimoniais. Apenas poderá a consideração do critério em análise determinar uma redução equitativa do montante a arbitrar, caso a condição económica do lesante se mostre especialmente empobrecida e a do lesado abastada. Em suma, só uma relevante desproporção entre as situações económicas de ambos, mostrando-se o lesado detentor de condições económicas muito superiores às do lesante, justificará a aplicação do critério em análise¹¹⁵.

Mas esta possibilidade de ser a indemnização fixada em montante inferior àquele que seria devido, em função de uma relevante desproporção entre a situação económica de lesante e lesado, é suscetível de gerar insegurança, ao ser arbitrado um montante indemnizatório insuficiente para satisfazer o lesado.

Acresce que este critério poderá levar a que danos idênticos sejam indemnizados de forma diversa, em resultado da situação económica do lesante ou do lesado, o que se mostra violador do princípio da igualdade consagrado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), nos termos do qual ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão, designadamente, de situação económica.

O princípio da igualdade impõe que situações análogas não sejam tratadas de modo diferente em função, designadamente, da diversa situação económica das partes. Daqui decorre não ser de aceitar que, a dois lesados em condições semelhantes, seja arbitrada indemnização de montante diverso em função da sua diferente situação económica ou da diversa relação entre tal situação e a situação económica do lesante respetivo. Tal critério poderá, no limite, em situações de extrema riqueza do lesado e de

¹¹³ Este entendimento encontra-se, de forma quase unânime, na jurisprudência recente do STJ, podendo destacar-se os acórdãos de 09-06-2009 (Salazar Casanova), revista n.º 497/03.7TBALB.C1.S1 – 6.ª Secção, de 27-10-2011 (Granja da Fonseca), revista n.º 3301/07.3TBBCL.G1.S1 – 7.ª Secção, e de 31-01-2012 (Nuno Cameira), revista n.º 875/05.7TBILH.C1.S1 – 6.ª Secção.

¹¹⁴ V. SERRA, Vaz, “Reparação...”, cit., pp. 236-237.

¹¹⁵ V. VELOSO, Maria Manuel, ob. cit., p. 541.

pobreza do lesante, levar a uma inaceitável limitação ou mesmo à exclusão da indemnização, prejudicando gravemente o lesado e beneficiando o lesante em razão daquela situação económica. A diferenciação, baseada no indicado critério, carece de fundamentação compatível com o princípio da igualdade¹¹⁶.

Há que questionar se a desconsideração da situação económica do lesante, na determinação da indemnização devida por danos não patrimoniais, se mostra suscetível de violar o princípio da dignidade da pessoa humana consagrado no artigo 1.º da CRP.

A resposta à indicada questão parece ser negativa, considerando que o sistema jurídico acautela o valor em causa em sede executiva, regulando um regime de proteção dos meios necessários ao sustento do devedor e do seu agregado familiar, designadamente por via da definição de bens total ou parcialmente impenhoráveis, os quais não respondem pelo cumprimento da obrigação exequenda.

Em caso de falta de cumprimento voluntário da decisão judicial que condenou no pagamento de quantia indemnizatória, o lesado pode exigir judicialmente o seu cumprimento coercivo, executando o património do devedor; porém, os bens impenhoráveis encontram-se excluídos da execução, não respondendo pelo cumprimento da obrigação, conforme resulta dos artigos 601.º e 817.º¹¹⁷¹¹⁸. Da análise deste regime resulta que se encontram excluídos da execução os bens absolutamente indispensáveis ao sustento do executado e do seu agregado familiar¹¹⁹, “por estarem em causa interesses vitais do executado”¹²⁰, o que constitui um meio de tutela da dignidade da pessoa humana.

¹¹⁶ Neste sentido, v. os acórdãos do STJ de 11-01-2007 (João Bernardo), revista n.º 4433/06 – 2.ª Secção, de 07-02-2008 (João Bernardo), revista n.º 4403/07 – 2.ª Secção, de 22-10-2009 (João Bernardo), revista n.º 3138/06.7TBMTS.P1.S1 – 2.ª Secção, e de 24-04-2013 (Pereira da Silva), revista n.º 2198/06.6TBPMs.C1.S1 – 2.ª Secção.

¹¹⁷ Este princípio geral encontra-se reafirmado no artigo 735.º, n.º 1, do CPC, que devolve à lei substantiva a definição do âmbito dos bens sobre que pode recair a execução (v. FERREIRA, Fernando Amâncio, *Curso de Processo de Execução*, 6.ª ed. revista e atualizada, Coimbra, Almedina, 2004, p. 169).

¹¹⁸ Os artigos 736.º, 737.º e 738.º do CPC indicam, respetivamente, os bens absoluta ou totalmente impenhoráveis, os bens relativamente impenhoráveis e os bens parcialmente penhoráveis.

¹¹⁹ V. VARELA, João de Matos Antunes, *Das Obrigações em Geral*, vol. II, 4.ª ed. revista e atualizada, Coimbra, Almedina, 1990, p. 144.

¹²⁰ FREITAS, José Lebre de, *A Acção Executiva*, Coimbra, Almedina, 1993, explica: “Impenhoráveis por estarem em causa interesses vitais do executado são aqueles bens que asseguram ao seu agregado familiar um mínimo de condições de vida (objectos indispensáveis para a cama e vestuário, utensílios indispensáveis à economia doméstica, géneros e combustível necessários a um mês de sustento...), são indispensáveis ao exercício da profissão do executado, constituem uma parte do rendimento do seu trabalho por conta de outrem ou são indispensáveis ao seu sustento ou à sua personalidade moral. CORDEIRO, António Menezes, *Direito das Obrigações*, 1.º vol., reimpressão da 1.ª ed. de 1980, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1986, p. 165, esclarece que “a lei, preocupada em proteger a subsistência e a dignidade do devedor, subtrai à responsabilidade determinados bens, ditos, por isso, bens impenhoráveis”.

Acresce que respondem pelo cumprimento da obrigação todos os bens penhoráveis do devedor, mesmo que adquiridos depois da constituição da obrigação ou da condenação no respetivo cumprimento¹²¹, pelo que pode a capacidade de pagamento do montante indemnizatório arbitrado ser adquirida ou perdida posteriormente à condenação respetiva. Daqui resulta que a tutela da dignidade da pessoa humana não impõe a consideração da situação económica aquando da determinação do montante indemnizatório, mas sim em sede executiva, aquando da delimitação dos bens que responderão pelo cumprimento da obrigação pecuniária¹²².

Pode, assim, concluir-se que a desconsideração da situação económica do lesado como critério de cálculo do montante indemnizatório, por violação do princípio constitucional da igualdade, não viola o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, o qual se encontra salvaguardado com a exclusão da execução dos recursos necessários ao sustento do lesante e do seu agregado familiar.

No âmbito da determinação do montante indemnizatório, prevalece, assim, o direito do lesado, a que a indemnização não seja arbitrada em montante inferior em função da diversa situação económica das partes.

2.3.2.4. As demais circunstâncias do caso

Na fixação do montante indemnizatório devido por danos não patrimoniais, deve o julgador ter em conta, além do concreto dano e do grau de culpabilidade do agente, as demais circunstâncias do caso, conforme se extrai dos artigos 496.º, n.º 4, e 494.º.

Entre as demais circunstâncias do caso, poderá ponderar-se influência das seguintes: i) a existência de contrato de seguro de responsabilidade civil; ii) o enriquecimento do agente; iii) as flutuações do valor da moeda; iv) a idade da vítima; v) a compensação de vantagens.

i) A existência de contrato de seguro

Encontrando-se a responsabilidade civil do lesante transferida por contrato de seguro, há que apreciar a relevância da existência de seguro válido, no âmbito da operação de determinação, pelo julgador, do montante indemnizatório¹²³.

¹²¹ V. COSTA, Almeida, ob. cit., p. 844, e FERREIRA, Amâncio, ob. cit., pp. 169-170.

¹²² V. MARCELINO, Américo (ob. cit., p. 245).

¹²³ No sentido da influência do contrato de seguro na determinação do montante indemnizatório, v. MONTEIRO, Jorge Sinde, “Reparação dos danos pessoais em Portugal – A lei e o futuro (Considerações de *lege ferenda* a propósito da discussão da «alternativa sueca»)”, *Colectânea de Jurisprudência*, tomo IV, ano XI (1986), p. 12 (nota 27); PROENÇA, Brandão, ob. cit., p. 164. Em sentido contrário, v. LIMA, Pires de/VARELA, Antunes, ob. cit., p. 497.

Assumindo contratualmente a seguradora a responsabilidade do seu segurado ou das demais pessoas cuja responsabilidade esteja garantida pelo contrato de seguro, aquela responde na medida em que estes forem responsáveis. A transferência da responsabilidade operada por força do contrato de seguro não altera a medida daquela responsabilidade.

A existência de contrato de seguro, porém, afasta a eventual consideração da situação económica do lesante no âmbito da determinação do montante indemnizatório. A referência, do artigo 494.º, àquela situação económica, na sua relação com a do lesado, respeita ao próprio agente e não à seguradora para a qual tenha sido transferida a responsabilidade civil, pelo que, existindo contrato de seguro, não há que atender, na determinação do montante indemnizatório, nem à situação económica do lesante, nem à da seguradora. Porém, excluída em princípio, por inconstitucionalidade¹²⁴, a consideração da situação económica relativa de lesante e lesado, como critério integrador do cálculo da indemnização, a existência de seguro acaba por não influir na determinação no *quantum* indemnizatório devido ao lesado por danos não patrimoniais.

Como tal, no cálculo do *quantum* indemnizatório devido por danos não patrimoniais, não há que atender à existência de contrato de seguro.

ii) O enriquecimento do agente

A possibilidade de o evento lesivo ter dado causa a enriquecimento do agente, impõe a apreciação da relevância deste elemento, como circunstância a atender no cálculo da indemnização devida.

A remoção do lucro obtido pelo lesante constitui um importante meio de dissuasão de uma atuação violadora de direitos alheios. A probabilidade de a indemnização a prestar ao lesado vir a ser de montante inferior ao lucro emergente da conduta lesiva, pode levar o lesante a optar por tal atuação, por se mostrar economicamente vantajosa¹²⁵. A remoção do enriquecimento – levando em conta, no respetivo cálculo, as despesas e as perdas do lesante – não constitui, por si só, uma punição, a qual sempre exigiria o pagamento de montante superior às vantagens obtidas¹²⁶, mas retira efeito económico útil à prática do ato ilícito, constituindo importante fator de prevenção, geral e especial.

¹²⁴ Violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da CRP (v. *supra* 2.3.2.3.).

¹²⁵ LOURENÇO, Paula Meira, ob. cit., pp. 375-376, apresenta dois casos norte-americanos em que o agente económico escolhe a violação do direito de outrem, por saber que o lucro resultante da ilicitude é superior à indemnização que terá de pagar.

¹²⁶ Neste sentido, v. ANTUNES, Sousa, ob. cit., pp. 227-228 e 281.

Não obstante a eficácia da remoção do lucro do lesante como fator de prevenção de atos lesivos, mostram-se limitados os efeitos da consideração deste elemento, no âmbito do cálculo da indemnização devida ao lesado, dado que a indemnização assume uma função essencialmente compensatória.

Encontrando-se o montante devido limitado pelo valor correspondente à compensação do dano, ainda que o enriquecimento do agente ultrapasse tal valor, só será removido na medida do dano¹²⁷.

O lucro obtido com o ato lesivo pode, porém, constituir um limite à redução do montante indemnizatório em função do grau de culpabilidade do agente¹²⁸. Ainda que a diminuta gravidade da culpa do lesante o pudesse justificar, a indemnização não deverá ser fixada em montante inferior ao valor do enriquecimento do agente. A redução equitativa da indemnização para montante inferior ao valor da compensação do dano, em resultado do diminuto grau de culpa do agente, visa evitar que a compensação da totalidade do dano se traduza num sacrifício manifestamente desproporcionado à atuação do agente, o que nunca sucederá enquanto a indemnização se contiver na medida das vantagens obtidas em resultado de tal atuação¹²⁹.

Em determinadas situações o lucro ilícito obtido pelo agente com o ato lesivo poderá contender com a extensão do dano não patrimonial, agravando o sofrimento da vítima¹³⁰. Nestes casos, a compensação do lesado impõe que se atenda, na fixação da quantia pecuniária a atribuir, a tal acréscimo de sofrimento causado pelo lucro obtido pelo lesante.

Pode questionar-se se o lucro ilícito permite, por si só, presumir um acréscimo do dano não patrimonial e ser atendido para efeitos de aumento do valor indemnizatório, independentemente de alegação e prova do efetivo sofrimento daí resultante para a vítima¹³¹.

¹²⁷ Neste sentido, v. COSTA, Almeida, ob. cit., p. 524, e VASCONCELOS, Pais de, ob. cit., p. 148.

¹²⁸ Poderia, igualmente, o lucro obtido com o ato lesivo, assumir relevância como limite à redução do montante indemnizatório em função da consideração da situação económica relativa de lesante e lesado. No entanto, a exclusão, por inconstitucionalidade – violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da CRP –, da consideração de tal elemento como critério de cálculo da indemnização (v. *supra* 2.3.2.3.), afasta aquela redução e, em consequência, a relevância do lucro como limite à diminuição da indemnização com tal fundamento.

¹²⁹ Neste sentido, v. COSTA, Almeida, ob. cit., p. 524, nota 1, e COELHO, Francisco Manuel Pereira, *O enriquecimento e o dano*, reimpressão, Coimbra, Almedina, 1999, p. 66-68.

¹³⁰ V. ANTUNES, Sousa, ob. cit., pp. 234-236.

¹³¹ Considera ANTUNES, Sousa (ob. cit., pp. 302-305) o seguinte: “O enriquecimento censurável de terceiro fere o sentimento de justiça do lesado. Na ausência de consentimento deste à intervenção na sua esfera jurídica, o comportamento do agente rompe a justa ordenação das coisas. O juiz deve, em consequência, presumir o dano não patrimonial e indemnizar a vítima de acordo com a gravidade do

Inexistindo qualquer norma que, perante a prova do lucro ilícito do agente em consequência do ato lesivo, presuma o acréscimo do dano não patrimonial sofrido pela vítima, afastada se encontra a prova de tal facto por presunção legal.

A sua prova por presunção judicial¹³², por seu turno, encontra-se sujeita a diversas limitações, dado que tais presunções constituem meios de prova e só são admitidas nos casos e termos em que é admitida a prova testemunhal (artigo 351.º). Como meios de prova, as presunções judiciais não podem servir de motivação para considerar provados factos não alegados pelas partes. Assim, perante a falta de alegação do sofrimento acrescido causado pelo lucro ilícito auferido pelo agente em resultado do ato lesivo, afastada se encontra a possibilidade de tal ser considerado provado. Por outro lado, baseando-se tais presunções em regras de lógica, o seu correto uso nunca conduzirá a considerar provados factos que se mostrem em oposição ou contraditórios com outros igualmente julgados assentes¹³³. Com estas limitações, provado o lucro ilícito auferido pelo agente, é de admitir a prova, por presunção judicial, do sofrimento acrescido da vítima emergente da percepção desse facto, desde que tal matéria tenha sido alegada e que as concretas circunstâncias do caso consideradas assentes permitam essa ilação.

A possibilidade de consideração do lucro, em si próprio, como um critério de quantificação do montante indemnizatório, pressupõe que no conceito de dano não patrimonial se inclua a vantagem patrimonial obtida pelo lesante em resultado do ato lesivo¹³⁴. Tal dependerá, porém, de se poder concluir, face às circunstâncias do caso, que o benefício económico auferido pelo lesante agravou o sofrimento sentido pelo lesado em consequência do ato ilícito e gerou indignação, mostrando-se a supressão desse lucro ilícito necessária à satisfação do lesado¹³⁵.

Em casos de responsabilidade simultaneamente civil e criminal, a possibilidade de ser o lucro ilícito resgatado, total ou parcialmente, por via da consideração dos seus efeitos não patrimoniais em sede de determinação da indemnização devida ao lesado, levanta a questão da aplicabilidade do estatuído no artigo 111.º do Código Penal, no que respeita à perda a favor do Estado das vantagens provenientes do ato ilícito.

facto. Não se requer que o autor prove a ofensa do seu sentimento de justiça, dado esta se apresentar demonstrada, apurada que seja a existência de lucros do lesante”.

¹³² Sobre a prova por presunção judicial, v. LIMA, Pires de/VARELA, Antunes, ob. cit., p. 312.

¹³³ Por exemplo, provada a falta de percepção pelo lesado do lucro ilícito obtido pelo lesante em resultado do evento lesivo, tal elemento de facto afasta a possibilidade de, por presunção judicial, se considerar provado que a percepção pelo lesado do lucro ilícito agravou o seu sofrimento.

¹³⁴ ANTUNES, Sousa (ob. cit., p. 14) considera que “a vantagem patrimonial do lesante é apta a constituir um dano autónomo, pois é o resultado do facto ilícito, um efeito causado pela acção ou omissão imputável ao agente, *alimenta-se* da utilidade alheia” e, em conformidade, propõe “uma revisão do conceito de dano não patrimonial que neste inclua o desequilíbrio patrimonial com expressão económica na esfera do lesante”.

¹³⁵ V. FARIA, Maria Paula Ribeiro de (ob. cit., pp. 273-275).

Encontrando este preceito a sua justificação em finalidades de prevenção, geral e especial, ao determinar a perda a favor do Estado de todas as vantagens resultantes do ato ilícito, pressupõe que tais vantagens não tenham sido entregues ao lesado, caso em que a sua aplicação perderia sentido¹³⁶. Daqui resulta que, no âmbito penal, a designação do Estado, como destinatário do lucro ilícito emergente do ato lesivo, assume uma natureza subsidiária, face ao titular do direito a indemnização por tal evento¹³⁷.

iii) As flutuações do valor da moeda

No cálculo da indemnização por danos não patrimoniais, um elemento atendível consiste na alteração do valor da moeda, no período temporal decorrido entre a data da produção do dano e a data da quantificação da indemnização.

Fazendo uso de critérios atualizadores, baseados, designadamente, nas taxas de inflação ou nos coeficientes de desvalorização da moeda para efeitos de correção monetária, poderá o julgador compensar a inflação ou a desvalorização do valor da moeda ocorridas no aludido período temporal¹³⁸.

No entanto, as flutuações do valor da moeda não influenciam necessariamente o montante indemnizatório devido, isto é, não determinam uma obrigatória atualização do quantitativo a arbitrar. A influência de tais fatores depende de se ter apurado um circunstancialismo que permita concluir pelo desajustamento do valor fixado, tendo em conta o momento em que a quantificação foi efetuada, o decurso do tempo e os critérios subjacentes a tal quantificação; verificado tal desajustamento, poderá proceder-se à atualização da indemnização¹³⁹.

A operação de atualização do montante indemnizatório, em função do tempo decorrido ou de qualquer outro critério, assume relevo para efeitos da determinação do início da contagem dos juros de mora.

Se a obrigação de indemnizar resultar de responsabilidade por facto ilícito ou pelo risco, o devedor constitui-se em mora desde a citação para a ação, ficando obrigado a reparar os danos causados ao credor, indemnização que corresponde aos juros a contar do dia da constituição da mora (artigos 804.º, n.º 1, 805.º, n.º 3, e 806.º, n.º 1).

¹³⁶ V. DIAS, Figueiredo (ob. cit., § 1005, p. 633).

¹³⁷ Neste sentido, v. ANTUNES, Sousa (ob. cit., p. 293).

¹³⁸ A inflação e a desvalorização da moeda são factos do conhecimento geral, pelo que devem ser considerados como factos notórios (artigo 412.º, n.º 1, do CPC), como tal não carecendo de alegação ou de prova.

¹³⁹ Neste sentido, v. o acórdão do STJ de 02-12-2010 (Cunha Barbosa), revista n.º 144/2002.C1.S1 – 7.ª Secção.

Deste regime resulta deverem os juros, sobre os montantes fixados para indemnizar danos não patrimoniais em cujo cálculo não se utilizaram fatores de atualização, ser calculados desde a citação e até integral pagamento. Porém, resultando da decisão quantificadora que foi tido em conta, na determinação do montante indemnizatório, algum critério de atualização da quantia devida (por exemplo, o valor da moeda à datada decisão, o tempo decorrido entre a produção do dano e a quantificação indemnizatória ou outro fator), o cálculo dos juros desde a data da citação poderá dar causa a uma injustificada duplicação de providências que têm o objetivo comum de fazer face às consequências patrimoniais emergentes do decurso do tempo.

Sobre esta questão, o Acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.º 4/2002, de 09-05-2002 – publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 146 (27-06-2002) – proferido pelo Plenário das Secções Cíveis do STJ, fixou a seguinte jurisprudência: “Sempre que a indemnização pecuniária por facto ilícito ou pelo risco tiver sido objecto de cálculo actualizado, nos termos do n.º 2 do artigo 566.º do Código Civil, vence juros de mora, por efeito do disposto nos artigos 805.º, n.º 3 (interpretado restritivamente), e 806.º, n.º 1, também do Código Civil, a partir da decisão actualizadora, e não a partir da citação”¹⁴⁰.

A doutrina deste acórdão uniformizador de jurisprudência pressupõe que tenha sido efetuada uma atualização da indemnização pecuniária, o que não ocorrerá se a determinação do montante for efetuada com base nos valores indicados na petição inicial ou dentro dos parâmetros aí delineados, sem ter em conta o decurso do tempo e seus reflexos patrimoniais. Existindo decisão atualizadora, os juros de mora sobre o montante indemnizatório serão contados desde a data de tal decisão e não desde a data da citação, assim se fazendo uma interpretação restritiva do n.º 3 do artigo 805.º, o qual cederá quando a indemnização for fixada em valor determinado por critérios contemporâneos da decisão.

Em síntese, se não resultar da decisão quantificadora a utilização de critérios de atualização do valor arbitrado, deverão os juros de mora ser calculados desde a citação; caso tal decisão se determine por valores atualizados, os juros de mora serão calculados desde a data da decisão¹⁴¹.

iv) A idade da vítima

¹⁴⁰ A prolação do Acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.º 4/2002, de 09-05-2002, decorreu da controvérsia jurisprudencial então verificada em torno da questão da existência ou não incompatibilidade entre a 2.ª parte do n.º 3 do artigo 805.º, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 262/83, de 16 de junho, e o n.º 2 do artigo 566.º.

¹⁴¹ Se a atualização for efetuada em sede de recurso, na hipótese de o tribunal de recurso aumentar a indemnização atribuída pelo tribunal recorrido, com base em valores atualizados, os juros de mora serão contados desde a data desta última decisão atualizadora.

Na determinação da indemnização por danos não patrimoniais, a idade do lesado poderá, em determinadas situações, assumir relevo, por constituir um elemento indiciador do agravamento das consequências do evento lesivo. Tal sucederá, designadamente, nos casos em que a idade constitua um indicador de uma maior vulnerabilidade emocional da vítima ou de uma situação de desamparo, como sucederá, previsivelmente, quando a vítima for menor ou tiver idade avançada.

Em caso de morte de um ou de ambos os progenitores, por exemplo, a idade do descendente assumirá grande relevância na apreciação das consequências não patrimoniais sofridas pelo filho em resultado da perda em causa.

O desgosto causado pelo falecimento do progenitor poderá variar em função da idade do filho, dado que a falta de maturidade se mostra suscetível de dificultar a capacidade de suportar o sofrimento e ser causa de perturbação e de desequilíbrio emocional; por outro lado, a infância constitui o período da vida em que, por norma, se mostra mais elevada a dependência do filho relativamente aos cuidados e ao carinho dos progenitores, atenta a necessidade de proteção que decorre da sua vulnerabilidade emocional, pelo que o sofrimento é mais intenso pela morte dos mesmos.

Tratando-se de filho menor, sujeito às responsabilidades parentais, em resultado da morte de um ou de ambos os progenitores sofrerá, além do desgosto, diversas alterações na sua vida, dado ficar privado do exercício pelo(s) falecido(s) dos poderes/deveres que lhe(s) são conferidos com vista à realização dos interesses do filho (artigo 1878.º, n.º 1). Tal privação constitui um fator previsivelmente gerador de danos não patrimoniais, cuja verificação dependerá, designadamente, do efetivo exercício das responsabilidades parentais por parte do progenitor que veio a falecer, o que não sucede se estivesse inibido do exercício de tais responsabilidades ou as não exercesse, designadamente por tal competir ao outro progenitor.

Devendo as responsabilidades parentais ser exercidas de forma a reconhecer aos filhos autonomia na organização da própria vida (artigo 1878.º, n.º 2) e dependendo essa autonomização da capacidade de discernimento do menor, a qual será, em princípio, progressiva, aumentando com a idade¹⁴², mostra-se previsível uma diferenciação das consequências não patrimoniais resultantes da morte de um ou de ambos os progenitores em função da idade da vítima.

¹⁴² Sobre a progressiva autonomia da criança e do adolescente, com a consequente redução gradual da extensão dos concretos poderes-deveres que, no seu conjunto, compõem o poder paternal e seus reflexos a nível do consentimento para ato médico, v. MARTINS, Rosa Cândido, “A criança, o adolescente e o acto médico. O problema do consentimento”, *Comemorações dos 35 anos do Código Civil e dos 25 anos da Reforma de 1977*, vol. I, *Direito da Família e das Sucessões*, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, pp. 791-831.

Também as lesões corporais e respetivas consequências, como dores, tratamentos médicos e incapacidade de exercer as atividades normais para a idade, designadamente a frequência da escola ou as ocupações lúdicas, poderão ter efeitos psíquicos devastadores numa criança ou num jovem, com repercussões importantes na sua vida futura.

A idade avançada da vítima, por seu turno, poderá igualmente ser um fator indiciador de particular vulnerabilidade e, como tal, determinar um sofrimento acrescido em resultado do evento lesivo e uma maior dificuldade na superação das consequências da lesão.

A indemnização a arbitrar deverá, assim, ter em conta a idade da vítima, variando em função da sua influência no âmbito das consequências não patrimoniais do evento lesivo.

Na determinação da indemnização pelo dano da morte, a idade da vítima poderá assumir relevância na quantificação do montante a arbitrar¹⁴³. É certo que cumpre atender ao valor da vida para a própria vítima, critério que, além de afastar a valorização da vida humana em função do relevo da pessoa em termos sociais ou familiares, conduz à conclusão de que o dano é igual para todos os indivíduos¹⁴⁴. Porém, a morte de uma criança ou de um jovem importa a perda de uma vida ainda não vivida, o que justifica a atribuição de uma indemnização mais elevada do que a morte de um adulto de avançada idade¹⁴⁵.

¹⁴³ O método de cálculo da indemnização pelo dano da morte previsto no artigo 5.º, conjugado com o anexo II, da Portaria n.º 377/2008, de 26 de maio, alterada pela Portaria n.º 679/09, de 23 de agosto, determina uma diminuição do montante em função do aumento da idade da vítima, entre € 30 780 e € 61 560. Ao estabelecer tal critério, a referida Portaria toma posição na questão que DINIS, Joaquim José de Sousa (“Avaliação e reparação do dano patrimonial e não patrimonial (no domínio do Direito Civil)”, *Revista Portuguesa do Dano Corporal*, n.º 19, ano 18.º (2009), pp. 62-63) enuncia nos termos seguintes: “saber se a indemnização deve ser igual para todos, dado o valor da vida para a vítima enquanto ser, ou se a perda do direito à vida deve ser aferida em função de 3 realidades – vida que se perde com função normal, que desempenha na família e na sociedade; vida que se perde sem função específica na sociedade (criança, doente, inválido) e vida que se perde com função excepcional (sábio, cientista)”. Sobre a mesma questão, v. DINIS, Joaquim José de Sousa, “Dano corporal em acidentes de viação. Cálculo da indemnização. Situações de agravamento”, *Colectânea de Jurisprudência – Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça*, tomo II, ano V (1997), p. 13.

¹⁴⁴ Neste sentido, CAMPOS, Leite de, “A indemnização...”, cit., p. 8.

¹⁴⁵ Na determinação da indemnização pela violação do direito à vida, a jurisprudência recente do STJ tem atendido à idade das vítimas, atribuindo indemnizações mais elevadas nos casos de vítimas jovens. A título exemplificativo de casos de vítimas de idade avançada, v. os acórdãos de 09-09-2014 (Gabriel Catarino), revista n.º 121/10.1TBPTL.G1.S1 – 1.ª Secção, em que a vítima tinha 86 anos, e de 24-10-2013 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 225/09.3TBVZL.S1 – 7.ª Secção, em que a vítima tinha 84 anos, em ambos os casos tendo sido arbitrado o montante de € 50 000. Respeitando a casos de vítimas jovens, v. os acórdãos de 08-09-2011 (Oliveira Vasconcelos), revista n.º 2336/04.2TVLSB.L1.S1 – 2.ª Secção, em que a vítima tinha 14 anos e foi arbitrado o montante de € 100 000, de 31-05-2012 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 14143/07.6TBVNG.P1.S1 – 7.ª Secção, em que a vítima tinha 19 anos e foi fixado o montante de € 80 000, de 31-01-2012 (Nuno Cameira), revista n.º

v) A compensação de vantagens

A possibilidade de ter a vítima obtido vantagens, patrimoniais ou não patrimoniais, em resultado do evento lesivo¹⁴⁶, leva a questionar a relevância deste elemento como circunstância a atender no cálculo da indemnização devida por danos não patrimoniais.

Da função compensatória da indemnização decorre que esta deve, por um lado, compensar o dano sofrido e, por outro, ater-se aos seus limites, não ultrapassando a respetiva extensão, de forma a evitar o enriquecimento do lesado em resultado do evento lesivo¹⁴⁷.

A relevância da compensação de vantagens, instituto também denominado *compensatio lucri cum damno*¹⁴⁸, decorre da imposição de colocar o lesado na situação em que estaria se não tivesse ocorrido a lesão, constante do artigo 562.º, o que pressupõe se atenda, no cálculo da indemnização, aos benefícios por aqueles obtidos em consequência do evento lesivo.

Tratando-se de danos patrimoniais e não sendo de aplicar o princípio da reconstituição natural, o instituto da *compensatio lucri cum damno* resulta, igualmente, do critério de cálculo da indemnização em dinheiro previsto no artigo 566.º, n.º 2, norma da qual se extrai não ser devida ao lesado indemnização de montante superior ao prejuízo patrimonial emergente do ato lesivo, isto é, à diminuição do seu património, o que impõe sejam levadas em conta as vantagens patrimoniais que reduzam tal prejuízo.

No âmbito dos danos não patrimoniais, a compensação de vantagens não assume uma verdadeira autonomia em relação ao dano, não se mostrando possível separar vantagens e dano e, numa segunda operação, atender àquelas em sede de cálculo indemnizatório. Dada a natureza imaterial das lesões sofridas, as vantagens assumem relevância na medida em que impliquem uma redução ou atenuação do dano, consistindo num mero fator de determinação da extensão do próprio dano¹⁴⁹. Caso as

875/05.7TBILH.C1.S1 – 6.ª Secção, em que a vítima tinha 27 anos e foi arbitrado o montante de € 75 000, de 29-11-2012 (Granja da Fonseca), revista n.º 6205/06.3TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção, em que vítima tinha 4 anos e foi arbitrado o montante de € 150 000, e de 07-02-2013 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 3557/07.1TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção, em que a vítima tinha 24 anos e foi arbitrado o montante de € 75 000.

¹⁴⁶ V. SERRA, Vaz, “Obrigação de indemnização...”, cit., p. 184, nota 387.

¹⁴⁷ V. PINTO, Paulo Mota, ob. cit., pp. 711-712.

¹⁴⁸ O princípio da *compensatio lucri cum damno*, nas palavras de PRATA, Ana (*Notas...*, cit., p. 180), “determina que ao montante da indemnização devida seja deduzida a vantagem que o lesado obteve em consequência do facto (...) que para ele gerou o direito indemnizatório”.

¹⁴⁹ Estando em causa danos não patrimoniais, entende PINTO, Paulo Mota (ob. cit., pp. 735-736) que, entre as circunstâncias do caso a atender na fixação equitativa da indemnização, “podem sem dúvida incluir-se também vantagens, patrimoniais ou não (o caso do acidentado que se feriu, mas recuperou a fala no acidente)”.

vantagens, patrimoniais ou não patrimoniais, contribuam para atenuar ou diminuir a extensão das consequências não patrimoniais do evento lesivo, será de atender a tal resultado, no âmbito de aferição do dano a indemnizar.

2.3.2.5. Os casos que mereçam tratamento análogo

O artigo 8.º impõe, no seu n.º 3, ao julgador, que tenha em consideração, nas decisões a proferir, todos os casos que mereçam tratamento análogo, a fim de obter uma interpretação e aplicação uniformes do direito.

Esta obrigatoriedade, de atender aos casos que mereçam tratamento análogo, visa o respeito do princípio da igualdade¹⁵⁰ na decisão judicial, de forma a que o critério a adotar em cada situação se não afaste dos habitualmente adotados em casos de contornos jurídicos semelhantes, assim limitando a discricionariedade do julgador e conferindo maior previsibilidade à decisão judicial¹⁵¹.

Em sede de quantificação de montantes indemnizatórios com recurso à equidade, como sucede na determinação da indemnização por danos não patrimoniais, a procura de uniformização de critérios impõe se atenda, não apenas às circunstâncias do caso, mas aos “padrões de indemnização”¹⁵² adotados em decisões jurisprudenciais recentes.

A consideração de tal elemento opera por via da análise da fundamentação, de facto e de direito, de outras decisões judiciais, com vista a detetar os concretos critérios de adotados e, assim, apreender as valorações nelas contidas¹⁵³.

Em execução da indicada operação, há que aferir da semelhança de contornos jurídicos dos casos apreciados com o caso a decidir, o que impõe a comparação dos elementos juridicamente relevantes integradores das situações em causa, e não de circunstâncias meramente acessórias, face à valoração a efetuar¹⁵⁴. Se o caso a decidir justificar tratamento análogo, cumpre analisar os critérios utilizados nas anteriores

¹⁵⁰ O princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da CRP, constitui um princípio geral do direito comunitário, encontrando-se previsto nos artigos 20.º e 21.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (*in Jornal Oficial das Comunidades Europeias* C 364 de 18.12.2000), adotada enquanto recomendação e texto de referência pelo Conselho Europeu de Nice em dezembro de 2000, a qual consiste num texto complementar à Convenção Europeia dos Direitos do Homem adotada pelo Conselho da Europa, que enuncia tal princípio no respetivo artigo 14.º.

¹⁵¹ LARENZ, Karl, ob. cit., p. 326, observa que a exigência de evitar contradições valorativas decorre do princípio de «igual medida» ou seja, da ideia de justiça. Afirma o autor (p. 327): “A jurisprudência dos tribunais, pela sua própria natureza, prende-se em maior medida ao caso singular do que a dogmática e o seu esforço orienta-se muito mais por uma bitola tão elevada quanto possível de «justiça do caso». (...) Não obstante, o juiz sabe também que as máximas, de acordo com as quais resolve um caso, têm de aspirar a ter validade para *todos* os casos similares”.

¹⁵² V. VARELA, Antunes, *Das Obrigações...*, vol. I, cit., p. 577.

¹⁵³ V. LARENZ, Karl, ob. cit., p. 413.

¹⁵⁴ V. LARENZ, Karl, ob. cit., pp. 411-412.

decisões e os resultados obtidos, tendo sempre presente a data da prolação dessas decisões e os efeitos patrimoniais emergentes do decurso do tempo.

Verificando que outras decisões judiciais se reportam a casos com contornos jurídicos semelhantes ao caso a decidir, o juízo de equidade nelas incluído deverá ser tido em conta na decisão a proferir.

2.3.2.6. A Portaria n.º 377/2008, de 26 de maio

O Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 153/2008, de 6 de agosto, que aprova o regime do sistema do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, prevê, no artigo 39.º, n.º 5, a publicação de portaria que aprove critérios e valores orientadores para efeitos de apresentação de proposta razoável para regularização dos sinistros que envolvam danos corporais.

Na sequência de tal previsão, foi publicada a Portaria n.º 377/2008, de 26 de maio, alterada pela Portaria n.º 679/2009, de 23 de agosto, cujo objetivo consiste, como se extrai do preâmbulo, no “estabelecimento de um conjunto de regras e princípios que permitam agilizar a apresentação de propostas razoáveis”, prevendo, nos artigos 2.º a 4.º, os danos que considera indemnizáveis em caso de morte e em caso de outros danos corporais e, nos artigos 5.º e seguintes, propostas razoáveis para a indemnização de tais danos.

A aplicação desta portaria é obrigatória para o segurador, para efeitos de apresentação, aos lesados por acidente automóvel, de proposta razoável para indemnização do dano corporal¹⁵⁵, mas não vincula os tribunais, designadamente em sede de determinação da indemnização por danos não patrimoniais, a qual deverá continuar a ser realizada nos termos dos artigos 496.º, n.º 4, e 494.^{o156157}.

¹⁵⁵ O incumprimento da portaria constitui contraordenação punível com coima e é sancionado com um agravamento da taxa de juro aplicável (v. artigos 86.º e 38.º, n.ºs 2 e 3, do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto).

¹⁵⁶ Neste sentido, V. CORDEIRO, António Menezes, *Direito dos Seguros*, Coimbra, Almedina, 2013, p. 843.

¹⁵⁷ Assim, por exemplo, os acórdãos do STJ de 19-11-2009 (Ferreira de Sousa), revista n.º 2173/04.4TBPRD.S1 – 7.ª Secção, de 26-11-2009 (Abílio Vasconcelos), revista n.º 2659/04.0TJVNF.P1.S1 – 2.ª Secção, de 11-03-2010 (Santos Bernardino), revista n.º 288/06.3TBVV.S1 – 2.ª Secção, de 24-06-2010 (Cunha Barbosa), revista n.º 3066/04.0TBMAI.P1.S1 – 7.ª Secção, de 27-01-2011 (João Bernardo), revista n.º 2572/07.0TBTVD.L1.S1 – 2.ª Secção, de 13-10-2011 (Álvaro Rodrigues), revista n.º 373/07.4TBAGN.C1.S1 – 2.ª Secção, de 12-01-2012 (Lopes do Rego), revista n.º 4867/07.3TBSTS.P1.S1 – 7.ª Secção, de 31-05-2012 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 1145/07.1TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção, de 15-01-2013 (Salazar Casanova), revista n.º 560/2002.G1.S1 – 6.ª Secção, de 07-02-2013 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 3557/07.1TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção, de 30-05-2013 (Tavares de Paiva), revista n.º 1593/08.0TBFIG.C1.S1 – 2.ª Secção, de 12-09-2013 (Fonseca Ramos), revista n.º 2602/10.8TBVCT.G1.S1 – 6.ª Secção, de 29-10-2013 (Azevedo Ramos), revista n.º 62/10.2TBVZL.C1.S1 – 6.ª Secção, de 16-01-2014 (Pereira da Silva), revista n.º

Apesar de não serem vinculativos para os tribunais, os critérios e valores fixados na portaria poderão ser tidos em consideração pelo julgador, designadamente em se tratando da determinação, com recurso à equidade, da indemnização por danos não patrimoniais¹⁵⁸.

2.3.3. Âmbito da intervenção dos tribunais de recurso

Sendo consentida ao julgador, na decisão a proferir com recurso à equidade, uma margem de discricionariedade destinada à ponderação em concreto das características do litígio a decidir, há que determinar o âmbito da intervenção dos tribunais de recurso, em sede de reapreciação de tal decisão.

Cabendo recurso de apelação da decisão, proferida em primeira instância, que ponha termo à causa (artigo 644.º, n.º 1, do CPC), dúvidas não há de que compete aos tribunais da Relação a reapreciação da decisão proferida com recurso à equidade, dado que têm competência para a apreciação de matéria de facto e de matéria de direito.

A competência do STJ, enquanto tribunal de revista, está circunscrita à matéria de direito, conforme resulta dos poderes de cognição estatuídos no artigo 46.º da Lei da Organização do Sistema Judiciário (Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto) e dos fundamentos da revista previstos no artigo 674.º, n.º 1, do CPC¹⁵⁹¹⁶⁰. Esta limitação, dos poderes do STJ, leva a questionar o âmbito da respetiva intervenção nos casos em que a decisão recorrida se baseie num juízo de equidade.

A revista pode ter por fundamento, além da violação ou errada aplicação da lei de processo e das nulidades previstas nos artigos 615.º e 666.º, n.º 2, do CPC, a violação de lei substantiva, que pode consistir tanto no erro de interpretação ou de aplicação, como no erro de determinação da norma aplicável (artigo 674.º, n.º 1, do CPC). Daqui resulta

1296/06.2TBBC.L.G1.S1 – 2.ª Secção, de 18-02-2014 (Pinto de Almeida), revista n.º 1542/07.2TBAM.T.P1.S1 – 6.ª Secção, e de 03-04-2014 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 2526/06.3TBPBL.C1.S1 – 7.ª Secção.

¹⁵⁸ Neste sentido, v., os acórdãos do STJ de 11-03-2010 (Santos Bernardino), revista n.º 288/06.3TBAV.V.S1 – 2.ª Secção, de 31-05-2012 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 1145/07.1TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção, de 15-01-2013 (Salazar Casanova), revista n.º 560/2002.G1.S1 – 6.ª Secção, de 07-02-2013 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 3557/07.1TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção, de 30-05-2013 (Tavares de Paiva), revista n.º 1593/08.0TBFIG.C1.S1 – 2.ª Secção, e de 06-06-2013 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 303/09.9TBVPA.P1.S1 – 7.ª Secção.

¹⁵⁹ A competência do STJ, enquanto tribunal de revista, está limitada à matéria de direito, sendo da competência exclusiva das instâncias a apreciação das provas e a fixação dos factos materiais da causa, salvo nas situações excecionais previstas nos artigos 674.º, n.º 3, e 682.º, n.º 3, do CPC. A legitimidade do controlo, pelo STJ, da decisão de facto nas situações previstas nestes preceitos, resulta da circunstância de pressuporem questões de direito.

¹⁶⁰ Sobre os limites à interferência do STJ na delimitação da matéria de facto provada ou não provada, v. GERALDES, António Santos Abrantes, *Recursos no Novo Código de Processo Civil*, Coimbra, Almedina, 2013, pp. 320-321.

que, consentindo a lei ao julgador uma margem de discricionariedade na decisão a proferir com recurso à equidade, a intervenção do STJ, em sede de reapreciação de tal decisão, terá de se ater à verificação da eventual violação de lei substantiva, abrangendo o erro de interpretação ou de aplicação, bem como o erro de determinação da norma aplicável¹⁶¹.

Baseando-se a decisão das instâncias num juízo de equidade, cumpre ao STJ, em sede de revista, verificar se o julgador interpretou e aplicou corretamente a norma que prevê a equidade como critério da solução do caso, se respeitou os limites da discricionariedade nela previstos e se fez uso dos critérios habitualmente adotados em casos análogos ou, caso deles se tenha afastado, se apresentou justificação substancial baseada numa ideia de justiça, procedendo a um controle da decisão recorrida, com o objetivo de verificar se a solução alcançada se mostra irrazoável ou ofensiva do princípio da proporcionalidade, integrador do princípio da igualdade, caso em que deverá ser alterada.

Concluindo-se pela correta interpretação e aplicação da norma e pela observância da margem de discricionariedade na mesma consentida, o juízo de equidade proferido pelas instâncias deverá, em princípio, ser mantido em sede de revista.

¹⁶¹ Esta limitação, do âmbito da intervenção em sede de revista, encontra menção expressa em diversos arestos do STJ, designadamente no acórdão de 05-11-2009 (Lopes do Rego), proferido na revista n.º 381/2002.S1 – 7.ª Secção, do qual se extrai o seguinte: “(...) tal «juízo de equidade» das instâncias, alicerçado, não na aplicação de um critério normativo, mas na ponderação das particularidades e especificidades do caso concreto, não integra, em bom rigor, a resolução de uma «questão de direito», pelo que tal juízo prudencial e casuístico das instâncias deverá, em princípio, ser mantido, salvo se o julgador se não tiver contido dentro da margem de discricionariedade consentida pela norma que legitima o recurso à equidade – muito em particular, se o critério adoptado se afastar, de modo substancial, dos critérios que generalizadamente vêm sendo adoptados, abalando, em consequência, a segurança na aplicação do direito, decorrente da adopção de critérios jurisprudenciais minimamente uniformizados, e, em última análise, o princípio da igualdade”. No mesmo sentido, v., os acórdãos de 28-10-2010 (Lopes do Rego), revista n.º 272/06.7TBMTR.P1.S1 – 7.ª Secção, de 07-02-2013 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 3557/07.1TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção, de 19-02-2013 (Alves Velho), incidente n.º 289/10.7TVLSB.L1.S1 – 1.ª Secção, e de 29-01-2015 (Fernando Bento), revista n.º 264/11.4TBSTS.P1.S1 – 2.ª Secção.

3. Indemnização de danos não patrimoniais em caso de lesão corporal

3.1. Pesquisa de critérios de quantificação na jurisprudência – objetivos e método adotado

A análise de jurisprudência, incidindo sobre a fundamentação das decisões judiciais, permite conhecer os elementos atendidos e os critérios seguidos pelo julgador no processo decisório.

Tratando-se da determinação de montantes pecuniários arbitrados a título de indemnização por danos não patrimoniais, o conhecimento dos concretos critérios de valoração adotados numa pluralidade de casos recentes possibilita, ao julgador, ter em consideração, nas decisões a proferir, os casos que mereçam tratamento análogo, conforme impõe o artigo 8.º, n.º 3. Por outro lado, a pesquisa dos critérios de valoração utilizados num âmbito previamente definido de decisões judiciais, permitirá, igualmente, verificar se os processos de quantificação utilizados na jurisprudência analisada respeitam o princípio da igualdade e se permitem obter a necessária segurança e a previsibilidade destas decisões, proferidas com recurso à equidade.

Com estes objetivos, analisar-se-á a jurisprudência das secções especializadas cíveis do STJ do período de 2010 a 2014, relativa à determinação da indemnização por danos não patrimoniais emergentes de lesão corporal grave, da qual proveio a morte ou incapacidade permanente e dependência dos cuidados de terceiros, com vista a detetar os critérios de valoração utilizados, na convicção de que os elementos daí resultantes forneçam informação válida sobre os critérios habitualmente seguidos na jurisprudência nacional.

Não cabendo no âmbito deste estudo realizar uma análise ao conjunto da jurisprudência portuguesa dos últimos anos, ou mesmo à jurisprudência dos tribunais superiores¹⁶², que incida sobre a indicada questão, dado o elevado número de decisões proferidas em cada ano e a circunstância de a maioria se não encontrar disponível para consulta em bases de dados, mostrou-se necessário delimitar a apreciação a uma pequena parte de tal conjunto.

Sendo o STJ o órgão superior da hierarquia dos tribunais judiciais¹⁶³, cuja área de competência abrange todo o território nacional, reapreciando decisões proferidas pelos tribunais da Relação e, nalgumas circunstâncias¹⁶⁴, pelos tribunais judiciais de primeira instância, é previsível que a revelação do sentido da jurisprudência deste Supremo Tribunal, designadamente através da respetiva publicação em bases de dados de acesso público, tenha como efeito uma aplicação generalizada, pelos demais tribunais, dos critérios adotados. Assim, optou-se por proceder à pesquisa dos critérios de valoração contidos na fundamentação das decisões do STJ, na convicção de que os elementos daí resultantes sejam representativos dos critérios habitualmente seguidos pela jurisprudência nacional ou, pelo menos, sobre estes forneçam informação válida.

Encontram-se publicados e acessíveis para consulta, em www.stj.pt, os sumários de praticamente todos os acórdãos proferidos pelas diversas secções do STJ desde o ano de 1996. Por outro lado, uma parte da jurisprudência deste Supremo Tribunal está publicada em texto integral e disponível para consulta em www.dgsi.pt¹⁶⁵. A realização da pesquisa através da consulta dos sumários dos acórdãos, complementada, quando se justificar, pelo respetivo texto integral, caso se encontre publicado e disponível para consulta, conferirá um maior rigor aos resultados, por abarcar praticamente todos os acórdãos proferidos em cada ano.

Quanto ao período temporal a analisar, afigura-se suficiente, atentos os objetivos definidos, limitar o estudo a cinco anos, parecendo adequado que sejam os últimos – 2010 a 2014 –, dado estar em causa a apreciação de jurisprudência recente.

Optou-se por fazer incidir a pesquisa sobre os casos de danos não patrimoniais emergentes de lesão corporal grave, abrangendo as situações de lesão de que proveio a

¹⁶² V. a pesquisa e análise de decisões de tribunais superiores brasileiros, realizada no âmbito de uma investigação sobre a quantificação do dano moral preliminar à apresentação de um projeto legislativo no Brasil, coordenada por PÜSCHEL, Flávia Portella, “A quantificação do dano moral no Brasil: justiça, segurança e eficiência”, *Série Pensando o Direito*, [em linha], Brasília, Fundação Getúlio Vargas e Ministério da Justiça, vol. 37, 2010 [consulta em 15-07-2015]. Disponível em: [file:///C:/Users/MJ01575/Downloads/37Pensando_Direito%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/MJ01575/Downloads/37Pensando_Direito%20(3).pdf).

¹⁶³ Artigo 31.º, n.º 1, da Lei da Organização do Sistema Judiciário.

¹⁶⁴ O recurso *per saltum* para o STJ, previsto no artigo 678.º do CPC.

¹⁶⁵ Não se encontram publicados todos os acórdãos do STJ, sendo a base de dados composta por arestos selecionados pelo próprio tribunal.

morte e aquelas em que a vítima, tendo sobrevivido, ficou a padecer de relevantes sequelas físicas e psíquicas, de natureza permanente, e dependente dos cuidados de terceiros. Esta opção baseou-se na elevada frequência com que ocorre este tipo de casos e na complexidade inerente ao processo de quantificação em causa.

A necessidade de reduzir a amplitude do subconjunto a analisar, conjugada com a natureza cível da questão em causa, conduziu a que se restringisse a pesquisa à jurisprudência do conjunto das secções especializadas cíveis (1.^a, 2.^a, 6.^a e 7.^a secções) do STJ¹⁶⁶.

3.2. Indemnização de danos não patrimoniais emergentes de lesão corporal de que proveio a morte – análise de jurisprudência

Em caso de lesão corporal de que proveio a morte da vítima, a obrigação de indemnização, consagrada nos n.ºs 2 a 4 do artigo 496.^{o167}, compreende os danos não patrimoniais seguintes: a lesão do direito à vida, sendo as pessoas indicadas nos n.ºs 2 e 3 do preceito as titulares do correspondente direito a indemnização; os danos não patrimoniais sofridos pela vítima antes de morrer, transmitindo-se o direito a indemnização aos herdeiros da vítima, por via sucessória; os danos não patrimoniais sofridos pelas pessoas pertencentes às categorias indicadas nos n.ºs 2 e 3 do artigo.

Encontram-se, na jurisprudência das secções cíveis do STJ dos anos de 2010 a 2014, diversas decisões que incidem sobre a determinação da indemnização por cada um destes três tipos de danos não patrimoniais, as quais se enumeram no Anexo I.

3.2.1. Dano da morte

As decisões enumeradas no n.º 1 do Anexo I respeitam à quantificação da indemnização pela violação do direito à vida.

Analizando tais decisões, verifica-se que a determinação do montante arbitrado pelo dano da morte se baseou, em todos os casos, a título principal, na valoração do bem jurídico violado como o bem supremo da pessoa humana, isto é, na atribuição de um valor absoluto à vida humana.

¹⁶⁶ O STJ compreende secções em matéria cível (1.^a, 2.^a, 6.^a e 7.^a secções), em matéria penal (3.^a e 5.^a secções) e em matéria social (4.^a secção), ao que acresce uma secção para julgamento dos recursos das deliberações do Conselho Superior da Magistratura (v. artigo 47.^o, n.ºs 1 e 2, da Lei da Organização do Sistema Judiciário).

¹⁶⁷ V. análise do preceito em 2.2..

Porém, se nalguns arestos¹⁶⁸ se entendeu que o valor da indemnização não deve variar, com a justificação de que o dano da perda da vida é igual para todos os indivíduos, na maioria dos casos foi atribuído relevo à idade da vítima na quantificação indemnizatória, arbitrando-se indemnizações de montante mais elevado pela morte de uma criança ou de um jovem do que pela morte de um adulto de avançada idade, baseando-se a distinção na circunstância de se reportar a primeira situação à perda de vidas ainda não vividas.

Ressalvando as situações¹⁶⁹ em que o montante a arbitrar se encontra limitado pelo pedido formulado¹⁷⁰ ou pelo objeto do recurso¹⁷¹, bem como aquelas em que foi operada uma redução do quantitativo na proporção da contribuição do lesado¹⁷², as quais se não incluíram no cotejo a efetuar, verifica-se que os casos¹⁷³ em que foram arbitradas indemnizações de montante inferior – € 50 000 –, se reportam a vítimas com idade não inferior a 75 anos; as indemnizações de montante mais elevado – € 100 000 e € 150 000 –, por seu turno, foram arbitradas em casos¹⁷⁴ que respeitam à morte de crianças ou adolescentes.

Nas decisões indicadas, não se encontrou qualquer situação em que tenha sido atribuído relevo a doença ou a debilidade física ou psíquica da vítima, sendo porém frequentes as referências ao seu bom estado de saúde. No que respeita a fatores como a situação familiar, social ou económica da vítima, encontram-se referências nalgumas decisões¹⁷⁵, correspondendo a um entendimento claramente minoritário a atribuição de

¹⁶⁸ V. os acórdãos de 25-11-2010 (Bettencourt de Faria), revista n.º 2102/06.0TBAMT.P1.S1 – 2.ª Secção, de 12-06-2012 (Martins de Sousa), revista n.º 1483/07.3TBBNV.L1.S1 – 1.ª Secção, de 10-07-2012 (Bettencourt de Faria), revista n.º 7/09.2TJVNF.P1.S1 – 2.ª Secção, e de 12-09-2013 (Bettencourt de Faria), revista n.º 1/12.6BTBMR.C1.S1 – 2.ª Secção.

¹⁶⁹ Na comparação dos valores arbitrados em diversas decisões, há que ter em conta a limitação dos poderes de apreciação do STJ, tanto em função do pedido formulado (artigo 609.º, n.º 1, do CPC), como do objeto do recurso (artigo 635.º, n.ºs 4 e 5, do CPC); acresce que, por vezes, o montante indicado se encontra já reduzido na proporção da responsabilidade do lesado na ocorrência do ato lesivo.

¹⁷⁰ V. o acórdão de 05-06-2012 (Orlando Afonso), revista n.º 100/10.9YFLSB – 7.ª Secção, em que a quantia arbitrada (€50 000, pela morte de uma criança de 6 anos) fora a peticionada pelos autores.

¹⁷¹ V. o acórdão de 24-05-2012 (Abrantes Geraldês), revista n.º 153/07.7TBVVD.G1.S1 – 2.ª Secção, em que o objeto do recurso se limitava, na parte em análise, ao pedido de redução da quantia arbitrada pela Relação (€ 50 000, por morte de uma criança de 7 meses).

¹⁷² V. o acórdão de 17-05-2012 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 48/2002.L2.S1 – 7.ª Secção, no qual se fixou em 35% o risco com que o motociclo conduzido pela vítima contribuiu para o acidente.

¹⁷³ V. os acórdãos de 24-10-2013 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 225/09.3TBVZL.S1 – 7.ª Secção, de 29-10-2013 (Azevedo Ramos), revista n.º 62/10.2TBVZL.C1.S1 – 6.ª Secção, de 28-11-2013 (Serra Baptista), revista n.º 177/11.0TBPCR.S1 – 2.ª Secção, e de 09-09-2014 (Gabriel Catarino), revista n.º 121/10.1TBPTL.G1.S1 – 1.ª Secção.

¹⁷⁴ V. os acórdãos de 08-09-2011 (Oliveira Vasconcelos), revista n.º 2336/04.2TVLSB.L1.S1 – 2.ª Secção, e de 29-11-2012 (Granja da Fonseca), revista n.º 6205/06.3TVLSB.L1.S1 – 2.ª Secção.

¹⁷⁵ V., os acórdãos de 17-02-2011 (Pires da Rosa), revista n.º 206/09.7YFLSB.S1 – 7.ª Secção, de 12-07-2011 (Oliveira Vasconcelos), revista n.º 322/07.0TBARC.P1.S1 – 2.ª Secção, de 08-09-2011

relevo a tais elementos na quantificação indemnizatória do dano da morte. Na maioria das decisões, tais elementos não são mencionados ou, sendo-o, não é deles extraído qualquer efeito em sede de determinação da indemnização.

Reportando-se a indemnização ao dano da morte, a determinação do montante a arbitrar deverá ter em conta o valor da vida para a própria vítima, no qual não assumem qualquer relevo os indicados elementos familiares, sociais e económicos. A variação em função da idade, no entanto, ao considerar que a perda da vida perto do seu início constitui um fator de agravamento, reporta-se, igualmente, à perspetiva da vítima, pelo que constitui um elemento a atender.

Não obstante algumas referências ao grau de culpabilidade do lesante¹⁷⁶, não se detetam os seus efeitos na quantificação da indemnização pela violação do direito à vida. Assim, não se encontraram casos em que o montante indemnizatório tenha sido aumentado ou diminuído em resultado da consideração de tal fator. Em caso de concorrência de culpas, uma vez graduada a medida da contribuição causal de cada interveniente no ato lesivo, a proporção da responsabilidade do lesado tem sido valorada numa fase subsequente à quantificação da indemnização, não sendo considerada critério de cálculo da indemnização, mas sim do montante devido ao titular do direito a indemnização, o qual é reduzido na proporção da contribuição do lesado.

O contexto em que ocorreu a morte não releva para efeitos de determinação da indemnização em análise, considerando que os danos não patrimoniais sofridos pela vítima entre o evento lesivo e a morte são valorados autonomamente e não integrados da indemnização pelo dano da morte. Em conformidade, nas decisões indicadas não se encontrou qualquer situação em que tenha sido atribuído relevo ao aludido contexto, como critério de cálculo desta indemnização.

Revelam, as mencionadas decisões, uma preocupação constante pela consideração dos critérios de decisão adotados em casos análogos, sendo frequentemente indicados, e apresentados como elemento a ponderar, montantes

(Oliveira Vasconcelos), revista n.º 2336/04.2TVLSB.L1.S1 – 2.ª Secção, de 20-11-2012 (Helder Roque), revista n.º 2/07.6TBMC.G1.S1 – 1.ª Secção, de 29-11-2012 (Sérgio Poças), revista n.º 186/05.8TCGMR.G1.S1 – 7.ª Secção, de 23-04-2013 (Paulo Sá), revista n.º 4834/04.9TBVFR.P1.S1 – 1.ª Secção, de 08-05-2013 (Alves Velho), revista n.º 2984/05.3TBVRL.P1.S1 – 1.ª Secção, de 13-05-2014 (Garcia Calejo), revista n.º 1279/11.8T2AVR.C1.S1 – 1.ª Secção, e de 09-07-2014 (Orlando Afonso), revista n.º 212/09.1TBMTR.P1.S1 – 7.ª Secção.

¹⁷⁶ V., os acórdãos de 19-04-2012 (Álvaro Rodrigues), revista n.º 569/10.1TBVNG.P1.S1 – 2.ª Secção, de 17-05-2012 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 48/2002.L2.S1 – 7.ª Secção, de 31-05-2012 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 14143/07.6TBVNG.P1.S1 – 7.ª Secção, de 08-05-2013 (Alves Velho), revista n.º 2984/05.3TBVRL.P1.S1 – 1.ª Secção, e de 22-05-2013 (Serra Baptista), revista n.º 1785/06.6TBAVR.C1.S1 – 2.ª Secção.

indemnizatórios de referência, emergentes da apreciação de situações tidas por similares.

No entanto, não se encontra nas decisões mencionadas um cotejo com os montantes indemnizatórios arbitrados em situações de violação de outros bens jurídicos, designadamente em casos de graves lesões corporais, geradoras elevadas incapacidades permanentes, as quais têm levado a jurisprudência a arbitrar indemnizações por danos não patrimoniais de montantes consideravelmente superiores aos atribuídos pela violação do direito à vida¹⁷⁷. É certo que, nos casos de lesados gravemente incapacitados, conscientes do seu estado e dependentes do auxílio permanente de terceiros, as consequências não patrimoniais justificam frequentemente a fixação de indemnizações de montantes superiores aos habitualmente arbitrados pelo dano da morte¹⁷⁸. Porém, considerando que a atribuição de indemnizações de montante inferior pela violação do direito à vida, por comparação com indemnizações arbitradas por danos não patrimoniais emergentes da violação de outros bens jurídicos de natureza pessoal, como o direito à integridade física ou o direito à saúde, poderá constituir uma contradição na valoração dos bens jurídicos lesados, deverão os critérios subjacentes a tal apreciação comparativa ser expostos na fundamentação da decisão.

Em conclusão, apesar do debate entre soluções jurídicas possíveis, designadamente entre a consideração do valor da vida em abstrato, como tal igual para

¹⁷⁷ V. n.º 1 do anexo II.

¹⁷⁸ Em sentido contrário, entende CORDEIRO, Menezes (*Tratado...*, vol. II, *Direito das Obrigações*, tomo III, cit., p. 755) que, quando haja de avaliar a vida humana para efeitos de compensação, a cifra a reter será da ordem do milhão de euros, majorada ou minorada conforme as circunstâncias, devendo todos os outros danos ser, depois, alinhados abaixo desse valor. Divergindo deste entendimento, na parte em que o autor defende que todos os danos não patrimoniais devem ser aferidos em função do dano atribuído à perda da vida, afirma TRIGO, Maria da Graça (“Adopção do conceito de “dano biológico” pelo direito português”, *Revista da Ordem dos Advogados*, vol. 1 (janeiro/março), ano 72.º (2012), p. 156, nota) o seguinte: “Concordamos (...) com o afastamento da ideia de que todos os danos não patrimoniais são comparáveis ao dano de perda da vida, devendo situar-se sempre em montante inferior à compensação deste último. Na verdade, há situações de vítimas sobreviventes em que os sofrimentos são de tal forma graves e duradouros que se justifica a atribuição de uma indemnização superior à de casos de morte de uma pessoa, até porque, por definição, nestes casos será um terceiro e não o próprio a receber a compensação”. Por outro lado, divergindo daquele entendimento, na parte relativa ao montante a arbitrar a título de compensação pela perda da vida humana, afirma esta autora: “A ideia poderá parecer interessante, mas, como não é minimamente compatível com as possibilidades reais dos cidadãos, a sua aplicação conduziria, por um lado, ao resultado extremamente injusto de que, em regra, só os familiares das vítimas de acidente de viação (ou outros para os quais exista um seguro obrigatório de responsabilidade civil e, ainda assim, com sistema de protecção equivalente ao do Fundo de Garantia Automóvel) seriam plenamente indemnizados e, por outro lado, à necessidade de inteira revisão dos montantes dos prémios de seguro, com aumentos tais que poderiam inviabilizar actividades como a de condução automóvel. Talvez esta última consequência pudesse ser aceite (os riscos da condução automóvel são de tal forma elevados que só será admissível que apenas pessoas, singulares ou colectivas, de posses muito elevadas, possam ter acesso a essa actividade...); já o tratamento diferenciado dos familiares que perderam um ente querido num acidente de automóvel, coberto por um seguro obrigatório, ou num outro qualquer facto danoso para o qual não exista seguro obrigatório, nos parece inaceitável”.

todos, ou em concreto, variando em função da idade da vítima, extrai-se da análise dos indicados arestos uma procura de uniformização dos parâmetros a atender em sede de quantificação da indemnização pelo dano da morte.

3.2.2. Danos não patrimoniais sofridos pela vítima

As decisões indicadas no n.º 2 do Anexo I respeitam à quantificação da indemnização por danos não patrimoniais sofridos pela vítima, no período temporal que mediou entre o evento lesivo e a morte.

Na quantificação do montante a arbitrar, atendeu-se, nestas decisões, essencialmente, à extensão do dano, elemento cuja variação justificou uma grande disparidade de valores indemnizatórios,

Na determinação dessa medida, foi atribuída relevância ao período temporal decorrido entre a lesão e a morte do lesado, considerando-se tanto mais grave o dano quanto mais longo for esse período. As indemnizações mais reduzidas – inferiores a € 10 000 –, foram arbitradas em situações¹⁷⁹ de curta duração, geralmente inferior a uma hora; as indemnizações de montante mais elevado – igual ou superior a € 100 000 –, por seu turno, foram arbitradas em casos¹⁸⁰ nos quais o aludido período se prolongou por vários anos.

Não foi arbitrada qualquer indemnização, a este título, nas situações em que a morte ocorreu logo após o evento lesivo, reportando-se todas as indemnizações a casos em que mediou algum período temporal entre os dois factos.

A circunstância de a vítima se ter mantido consciente ou inconsciente assumiu relevo em todas as decisões. Na maioria dos casos, tal elemento foi considerado no âmbito da própria determinação da existência de dano indemnizável, sendo entendimento maioritário, na jurisprudência analisada, depender a indemnizabilidade do dano da circunstância de ter a vítima tido consciência da situação em que se encontrava e de se extrair da matéria de facto provada que padeceu de algum tipo de sofrimento, sejam dores, angústia, percepção de que ia morrer ou outra forma de padecimento. Porém, nalguns casos¹⁸¹ entendeu-se que a falta de consciência da vítima não afasta a indemnizabilidade do dano não patrimonial, emergente da situação objetiva em que se

¹⁷⁹ V. os acórdãos de 22-06-2010 (Alves Velho), revista n.º 3013/05.2TBFAF.G1.S1 – 1.ª Secção, de 09-02-2012 (Garcia Calejo), revista n.º 3086/07.3TBCL.G1.S1 – 1.ª Secção, e de 07-03-2013 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 3557/07.1TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção.

¹⁸⁰ V. os acórdãos de 29-11-2012 (Granja da Fonseca), revista n.º 6205/06.3TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção, de 15-01-2013 (Salazar Casanova), revista n.º 560/2002.G1.S1 – 6.ª Secção, e de 28-02-2013 (Lopes do Rego), revista n.º 4072/04.0TVLSB.C1.S1 – 7.ª Secção.

¹⁸¹ V. os acórdãos de 19-04-2012 (Álvaro Rodrigues), revista n.º 569/10.1TBVNG.P1.S1 – 2.ª Secção, e de 28-02-2013 (Lopes do Rego), revista n.º 4072/04.0TVLSB.C1.S1 – 7.ª Secção.

encontrava, sendo o aludido elemento tido em consideração na determinação da extensão do dano, cuja gravidade acresce em função do aumento do grau de percepção do lesado.

Esta valorização, como dano indemnizável, da situação objetiva em si mesma, prescindindo da respetiva percepção subjetiva pelo lesado, permite a tutela de danos que ultrapassam a dimensão interna do ofendido, abarcando os reflexos externos da lesão na vida da vítima, ao nível da perda de qualquer projeto de vida, da sua autonomia e da sua vida de relação. Como tal, em situações de inconsciência do lesado, designadamente de coma vegetativo, entre o ato lesivo e a morte, sem se provar o seu sofrimento psicológico, esta abordagem abrangente das consequências não patrimoniais do ato lesivo, ao considerar indemnizável a situação objetiva e os seus efeitos externos na vida da vítima, permite uma efetiva tutela da pessoa humana. Por outro lado, a desconsideração dessa situação objetiva, por si própria, quando desacompanhada da consciência da vítima e da demonstração do seu sofrimento, deixa sem tutela a violação da integridade física e psicológica da vítima, que perdeu, em resultado do ato lesivo, toda a sua autonomia, a sua vida de relação e a possibilidade de manter o seu quotidiano ou qualquer projeto de vida.

Nestas situações, em que, tendo a vítima estado inconsciente, se considerou que a sua situação objetiva e respetivos reflexos constituem um dano indemnizável, atendeu-se à gravidade do seu estado e à extensão daquelas consequências, no âmbito da determinação da extensão do dano. Nos casos em que a vítima manteve a consciência, atendeu-se sempre à intensidade do sofrimento da vítima, bem como ao maior ou menor grau de consciência, por se entender que constituem fatores de agravamento do dano.

Quanto ao sofrimento da vítima, em todas as decisões foram tidos em conta os padecimentos emergentes da matéria de facto provada. Porém, nalgumas decisões¹⁸² considerou-se que o sofrimento, apesar de não se encontrar provado, decorre necessariamente da situação objetiva em causa, designadamente da verificação do evento lesivo e das lesões corporais daí resultantes, tendo tal elemento sido considerado na determinação da extensão do dano.

A idade da vítima foi tida em conta nalgumas decisões¹⁸³, relativas a casos de pessoas com vulnerabilidade acrescida em razão da idade, designadamente crianças ou

¹⁸² V. os acórdãos de 27-09-2011 (Fonseca Ramos), revista n.º 425/04.2TBCTB.C1.S1 – 6.ª Secção, e de 09-02-2012 (Garcia Calejo), revista n.º 3086/07.3TBBCL.G1.S1 – 1.ª Secção.

¹⁸³ V. os acórdãos de 05-06-2012 (Orlando Afonso), revista n.º 100/10.9YFLSB – 7.ª Secção, de 29-11-2012 (Granja da Fonseca), revista n.º 6205/06.3TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção, e de 09-09-2014 (Gabriel Catarino), revista n.º 121/10.1TBPTL.G1.S1 – 1.ª Secção.

idosos, em função dos seus efeitos como fator de agravamento do sofrimento emergente do evento lesivo. A influência da idade na extensão do dano ocorre, designadamente, em situações nas quais a vítima mantém a consciência e padece de sofrimento acrescido em resultado dessa especial vulnerabilidade¹⁸⁴.

Além destas situações, em se considerou a idade da vítima como fator de agravamento do dano, não foi atribuído relevo a outros elementos relativos à pessoa da vítima, designadamente ao seu estado de saúde ou à sua situação familiar, social ou económica, o que decorre do tipo de lesão que se pretende compensar. Tratando-se de fixar uma compensação pelos danos não patrimoniais sofridos pela própria vítima, entre o evento lesivo e a morte, as indicadas circunstâncias, relativos à pessoa da vítima, não agravando nem mitigando os efeitos imateriais do ato lesivo, não relevam.

O grau de culpabilidade do lesante é referido nalgumas decisões¹⁸⁵, não sendo, porém, extraídas quaisquer consequências, em sede de acréscimo ou redução do montante indemnizatório, em função da consideração desse fator.

Diversas decisões incluem menções expressas à consideração dos critérios adotados em casos análogos, verificando-se que os padrões seguidos atualmente pela jurisprudência constituem um elemento tido em conta na quantificação da indemnização.

Em síntese, a divergência de entendimentos quanto à existência de danos não patrimoniais indemnizáveis nos casos em que a vítima permanece inconsciente, conduz a uma disparidade de critérios de ressarcibilidade e, logo, a resultados diferentes para situações com contornos semelhantes; no âmbito da quantificação do montante indemnizatório devido pelos danos considerados indemnizáveis, porém, verifica-se uniformidade de parâmetros, sendo atribuída clara primazia a critérios de natureza compensatória, como a extensão do dano e respetivas consequências.

3.2.3. Danos não patrimoniais sofridos por pessoas pertencentes às categorias indicadas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 496.º

As decisões constantes das três alíneas do n.º 3 do Anexo I respeitam à quantificação de indemnizações por danos não patrimoniais próprios sofridos, em caso de morte, por pessoas incluídas nas categorias constantes dos n.ºs 2 e 3 do artigo 496.º.

¹⁸⁴ Constitui exemplo de tal situação, o caso a que respeita o acórdão de 05-06-2012 (Orlando Afonso), revista n.º 100/10.9YFLSB – 7.ª Secção, relativo a uma criança de 6 anos que, durante o período de 6 dias que antecedeu a sua morte, esteve em estado de permanente agonia e sofrimento.

¹⁸⁵ V. os acórdãos de 19-04-2012 (Álvaro Rodrigues), revista n.º 569/10.1TBVNG.P1.S1 – 2.ª Secção, e de 28-11-2013 (Serra Baptista), revista n.º 177/11.0TBPCR.S1 – 2.ª Secção.

Extrai-se da análise destas decisões que as indicadas categorias de pessoas foram tidas como sucessivamente excludentes. Assim, não consta do elenco qualquer caso em que, existindo pessoas pertencentes a categoria anterior, com ou sem direito a indemnização (em função de terem ou não sofrido danos indemnizáveis), tenha sido arbitrada indemnização a pessoas pertencentes a categoria posterior¹⁸⁶.

Deste entendimento resulta que as indemnizações arbitradas se reportam, quase todas, a pessoas pertencentes às duas primeiras categorias, respeitando à morte do cônjuge ou companheiro de facto, de progenitor e de filho. No âmbito destas duas categorias, não foi arbitrada qualquer indemnização a netos ou outros descendentes, nem a avós ou outros ascendentes. Quanto a pessoas pertencentes à terceira categoria, foi encontrada uma única decisão¹⁸⁷, que arbitrou indemnizações a um irmão e a um sobrinho da vítima.

Nenhuma das decisões referidas considerou verificada a existência de danos não patrimoniais indemnizáveis em situações nas quais, apesar do grau de parentesco, ou da ligação de facto, entre a vítima e a pessoa em causa, se tenha provado a inexistência de ligação afetiva entre ambas ou de sofrimento causado pela morte daquela.

Porém, existem entendimentos divergentes quanto à exigência de efetiva demonstração daquela ligação afetiva e do sofrimento resultante da morte da vítima. Assim, se na generalidade dos casos se considerou necessária tal demonstração, nalguns arestos¹⁸⁸ entendeu-se, porém, que o dano a indemnizar se extrai, desde logo, da demonstração do grau de parentesco, ou da ligação de facto, entre a vítima e o lesado, bem como da respetiva interrupção, com a morte daquela, por se presumir a existência de uma ligação afetiva entre os familiares, ou companheiro de facto, e a vítima, bem como o sofrimento com a perda desta, caso a factualidade assente não demonstre o contrário.

Estando em causa a existência de dano indemnizável e a determinação da respetiva extensão, a concreta ligação afetiva entre a vítima e o lesado, bem como as reais consequências por este sofridas em resultado da morte daquela, constituem elementos essenciais à apreciação do *thema decidendum*. Um critério de normalidade do relacionamento entre determinadas categorias de pessoas e do sofrimento emergente da morte de uma delas, com a consequente diferenciação entre o padrão de sofrimento de

¹⁸⁶ V., em 2.2., análise do critério legal da titularidade do direito à indemnização por danos não patrimoniais próprios, sofridos por terceiros em consequência da morte do lesado.

¹⁸⁷ O acórdão de 21-10-2010 (João Bernardo), revista n.º 3057/04.1TBBCL.G1.S1 – 2.ª Secção.

¹⁸⁸ V. os acórdãos de 25-11-2010 (Bettencourt de Faria), revista n.º 2102/06.0TBAMT.P1.S1 – 2.ª Secção, de 16-02-2012 (Bettencourt de Faria), revista n.º 165/09.6TBALD.C1.S1 – 2.ª Secção, de 10-07-2012 (Bettencourt de Faria), revista n.º 7/09.2TJVNF.P1.S1 – 2.ª Secção, e de 12-09-2013 (Bettencourt de Faria), revista n.º 1/12.6BTBMR.C1.S1 – 2.ª Secção.

pessoas pertencentes a diversas categorias, poderá afastar-se da realidade e não permitir alcançar uma efetiva compensação dos danos sofridos.

Na quantificação do montante a arbitrar, o critério fundamental de cálculo foi, em todos os casos, a extensão do dano.

Na determinação da medida do dano foi tido em conta o relacionamento entre a vítima e o lesado, a intensidade da ligação afetiva e o sofrimento causado pela morte, elementos que constituíram – tanto nos casos em que se considerou necessária a respetiva demonstração, como naqueles em que, sendo considerada desnecessária, resultou da matéria de facto provada –, critérios de determinação da extensão do dano, tendo como corolário a variação das indemnizações arbitradas em função da concreta relação de cada lesado com o falecido e das consequências por cada um sofridas em resultado da morte.

Na apreciação destas consequências, considerou-se constituir um fator de agravamento a verificação de alterações relevantes no modo de vida do lesado ou problemas de saúde mental, designadamente transtornos psíquicos, causados pelo falecimento da vítima¹⁸⁹.

Foi igualmente atribuída relevância, na determinação da medida do dano, ao período temporal decorrido entre o ato lesivo e a morte, em situações¹⁹⁰ nas quais tal determinou um agravamento do sofrimento, bem como relevantes alterações ao quotidiano, do cônjuge ou companheiro de facto, dos filhos ou dos pais da vítima, considerando-se tanto mais grave o dano por estes sofrido quanto mais longo for esse período.

Estando em causa filhos da vítima, a idade dos lesados foi, nalgumas decisões¹⁹¹, considerada elemento relevante para efeitos de cálculo da indemnização, designadamente em casos de crianças, cuja vulnerabilidade se reputou acrescida, especialmente quando se tratou da morte de progenitor com o qual viviam, o que se

¹⁸⁹ V. os acórdãos de 12-10-2010 (João Camilo), revista n.º 2079/06.2TBBRR.L1.S1 – 6.ª Secção, de 12-07-2011 (Oliveira Vasconcelos), revista n.º 322/07.0TBARC.P1.S1 – 2.ª Secção, de 27-09-2011 (Fonseca Ramos), revista n.º 425/04.2TBCTB.C1.S1 – 6.ª Secção, de 10-01-2012 (Azevedo Ramos), revista n.º 4524/06.8TBBCL.L1.S1 – 6.ª Secção, de 30-10-2012 (Paulo Sá), revista n.º 830/08.5TBVCT.G1.S1 – 1.ª Secção, de 29-01-2014 (Alves Velho), revista n.º 49/05.7TBPRL.E1.S1 – 1.ª Secção, e de 30-09-2010 (Pires da Rosa), revista n.º 476/07.5TBVLC.P1.S1 – 7.ª Secção.

¹⁹⁰ V. os acórdãos de 19-04-2012 (Álvaro Rodrigues), revista n.º 569/10.1TBVNG.P1.S1 – 2.ª Secção, de 29-04-2014 (Helder Roque), revista n.º 106/12.3TBVZL.S1 – 1.ª Secção, e de 29-11-2012 (Granja da Fonseca), revista n.º 6205/06.3TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção.

¹⁹¹ V. os acórdãos de 20-05-2010 (Ferreira de Sousa), revista n.º 467/1998.G1.S1 – 7.ª Secção, de 12-10-2010 (João Camilo), revista n.º 2079/06.2TBBRR.L1.S1 – 6.ª Secção, de 31-05-2011 (Azevedo Ramos), revista n.º 1803/06.8TBVNG.G1.S1 – 6.ª Secção, de 13-09-2011 (João Camilo), revista n.º 218/07.5TBAVZ.C1.S1 – 6.ª Secção, e de 10-01-2012 (Azevedo Ramos), revista n.º 4524/06.8TBBCL.L1.S1 – 6.ª Secção.

refletiu na indemnização arbitrada, por terem sido julgadas mais gravosas as consequências daí resultantes.

Também se encontrou, nalguns arestos¹⁹², respeitantes a filhos maiores, uma distinção entre a situação daqueles que viviam com a vítima, relativamente aos que com ela não viviam, tendo sido valorada a coabitação com a vítima como um fator de agravamento das consequências emergentes da sua morte. Em caso de separação entre os progenitores da vítima falecida, igualmente se valorou a coabitação com vítima, distinguindo-se a gravidade dos danos não patrimoniais sofridos em função deste critério¹⁹³. Esta consideração da coabitação com a vítima, como fator de previsível agravamento do dano sofrido pelo lesado com a morte daquela, assenta num critério de normalidade, o qual poderá mostrar-se desadequado em determinados casos, devendo, em concreto, apreciar-se se tal efeito ocorreu.

Nalgumas decisões¹⁹⁴ foi tida em conta a idade da vítima, mormente no âmbito do cálculo da indemnização devida ao cônjuge ou companheiro de facto, em situações de casais jovens, em que a morte faz ruir um projeto de vida em início de execução, o que se considerou um fator de agravamento do sofrimento do membro sobrevivente.

Encontram-se algumas referências¹⁹⁵ ao grau de culpabilidade do lesante, das quais não são extraídas consequências, em sede de aumento ou diminuição da indemnização a arbitrar.

Diversos arestos, dos indicados, contêm referências expressas à consideração dos critérios de decisão adotados em casos análogos, verificando-se que os padrões seguidos atualmente pela jurisprudência constituem um elemento tido em conta na quantificação da indemnização. Da análise comparativa destas decisões com as analisadas em 3.2.1., extrai-se que as indemnizações arbitradas pelo sofrimento dos familiares, ou do companheiro de facto, da vítima foram sempre de montante inferior às arbitradas pela violação do direito à vida.

¹⁹² V. os acórdãos de 20-11-2012 (Helder Roque), revista n.º 2/07.6TBM.C1.S1 – 1.ª Secção, e de 29-04-2014 (Helder Roque), revista n.º 106/12.3TBVZL.S1 – 1.ª Secção.

¹⁹³ V. o acórdão de 13-02-2014 (Fernando Bento), incidente n.º 1749/06.0TBST.S1 – 2.ª Secção.

¹⁹⁴ V. os acórdãos de 31-05-2011 (Azevedo Ramos), revista n.º 1803/06.8TBVNG.C1.S1 – 6.ª Secção, de 13-09-2011 (João Camilo), revista n.º 218/07.5TBAVZ.C1.S1 – 6.ª Secção, e de 10-01-2012 (Azevedo Ramos), revista n.º 4524/06.8TBBCL.L1.S1 – 6.ª Secção.

¹⁹⁵ V. os acórdãos de 07-01-2010 (Oliveira Rocha), revista n.º 1975/04.6TBSXL.S1 – 2.ª Secção, de 12-10-2010 (João Camilo), revista n.º 2079/06.2TBRR.L1.S1 – 6.ª Secção, de 12-07-2011 (Oliveira Vasconcelos), revista n.º 322/07.0TBARC.P1.S1 – 2.ª Secção, de 31-05-2012 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 14143/07.6TBVNG.P1.S1 – 7.ª Secção, de 22-05-2013 (Serra Baptista), revista n.º 1785/06.6TBAVR.C1.S1 – 2.ª Secção, e de 29-10-2013 (Mário Mendes), revista n.º 1091/07.9TBMCN.P1.S1 – 1.ª Secção.

Em suma, não obstante a existência de entendimentos divergentes quanto à exigência de prova efetiva da relação afetiva entre a vítima e o lesado e do padecimento por este sentido em consequência da morte daquela, extrai-se da apreciação das decisões indicadas uma uniformidade de parâmetros no âmbito da quantificação da indemnização pelos danos não patrimoniais sofridos, em consequência da morte, pelos familiares ou companheiro de facto da vítima, os quais vêm sendo tratados de forma tendencialmente igualitária, variando os montantes indemnizatórios arbitrados em função do grau de proximidade entre o lesado e a vítima ou da ligação afetiva que os unia e do desgosto e demais consequências não patrimoniais emergentes da morte.

3.3. Indemnização de danos não patrimoniais emergentes lesão corporal de que proveio incapacidade permanente e dependência do auxílio de terceiros – análise de jurisprudência

As consequências de natureza não patrimonial emergentes de graves lesões corporais, geradoras de incapacidades funcionais de grau elevado e de natureza permanente, bem como da subsequente dependência dos cuidados de terceiros para efetuar os atos normais da vida diária, designadamente o sofrimento e as alterações ao quotidiano e ao projeto de vida idealizado, afetam, não apenas a vítima, mas também os seus familiares próximos, ou companheiro de facto, pelo que a obrigação de indemnização compreende: os danos não patrimoniais sofridos pela vítima; em determinadas circunstâncias, os danos não patrimoniais sofridos por pessoas próximas da vítima.

Encontram-se, na jurisprudência das secções cíveis do STJ dos anos de 2010 a 2014, diversas decisões¹⁹⁶ que incidem sobre a determinação da indemnização devida à vítima e um menor número de decisões¹⁹⁷ que incidem sobre a determinação da indemnização devida às pessoas que lhe são próximas, as quais se enumeram no Anexo II.

3.3.1. Danos não patrimoniais sofridos pela vítima

As decisões indicadas no n.º 1 do Anexo II respeitam à determinação da indemnização por danos não patrimoniais sofridos pela vítima de graves lesões corporais, geradoras de elevadas incapacidades, de natureza permanente, e da dependência dos cuidados de terceiros.

¹⁹⁶ V. Anexo II, n.º 1.

¹⁹⁷ V. Anexo II, n.º 2.

Extrai-se destas decisões que, na quantificação do montante a arbitrar à vítima, se atendeu essencialmente à extensão do dano não patrimonial em causa.

Na determinação da medida do dano, foi atribuída relevância, em todos os casos, à gravidade das lesões e das respetivas sequelas, tendo em conta a extensão da incapacidade funcional e do consequente grau de dependência do auxílio de terceiros, para a prática dos atos normais da vida diária.

Resulta da análise efetuada que o montante indemnizatório aumenta em função do acréscimo de gravidade da lesão e das respetivas consequências, designadamente em termos de mobilidade da vítima, ultrapassando habitualmente a quantia de € 100 000 nos casos especialmente graves, como em situações de lesões causadoras de paralisia corporal. Vêm sendo arbitrados montantes indemnizatórios superiores à mencionada quantia, atingindo os montantes de € 200 000¹⁹⁸ e de € 400 000¹⁹⁹, em particular em situações de paraplegia, em que a paralisia afeta os membros inferiores ou os superiores, podendo igualmente atingir o tronco, de tetraplegia, em que a paralisia afeta os quatro membros e o tronco, bem como noutros casos em que o grau de incapacidade funcional se aproxima do total ou o atinge.

O grau de consciência do lesado, a existência de dores e a respetiva intensidade, foram igualmente considerados elementos relevantes no âmbito da determinação da extensão do dano. Assim, a intensidade do sofrimento da vítima, nas situações em que se encontra consciente, bem como o maior ou menor grau de consciência, constituem fatores de agravamento do dano.

Nalguns casos, a idade da vítima foi considerada critério relevante, a atender na quantificação da indemnização, mormente em se tratando de crianças ou de jovens²⁰⁰, com elevada esperança de vida, ou de pessoas de idade avançada²⁰¹, com menor esperança de vida, tendo como efeito o acréscimo do montante indemnizatório, em

¹⁹⁸ V. os acórdãos de 24-03-2011 (Abílio Vasconcelos), revista n.º 36/07.0TBALB.C1.S1 – 2.ª Secção, de 07-06-2011 (Azevedo Ramos), revista n.º 524/07.9TCGMR.G1.S1 – 6.ª Secção, de 16-02-2012 (João Bernardo), revista n.º 1043/03.8TBMNC.P1.S1 – 2.ª Secção, de 02-12-2013 (Alves Velho), revista n.º 386/2001.P1.S1 – 1.ª Secção, e de 09-07-2014 (Alves Velho), revista n.º 686/05.0TBPNI.L1.S1 – 1.ª Secção.

¹⁹⁹ V. os acórdãos de 02-03-2011 (Nuno Cameira), revista n.º 1639/03.8TBBNV.L1.S1 – 6.ª Secção, e de 30-10-2014 (Fernando Bento), revista n.º 2313/08.4TVLSB.L1.S1 – 2.ª Secção.

²⁰⁰ V. os acórdãos de 20-01-2010 (Mário Cruz), revista n.º 60/2002.L1.S1 – 1.ª Secção, de 02-03-2011 (Nuno Cameira), revista n.º 1639/03.8TBBNV.L1.S1 – 6.ª Secção, de 16-03-2011 (Helder Roque), revista n.º 1879/03.0TBACB.C1.S1 – 1.ª Secção, de 24-03-2011 (Abílio Vasconcelos), revista n.º 36/07.0TBALB.C1.S1 – 2.ª Secção, de 07-06-2011 (Azevedo Ramos), revista n.º 524/07.9TCGMR.G1.S1 – 6.ª Secção, de 28-02-2012 (Martins de Sousa), revista n.º 4962/06.6TBBRG.G1.S1 – 1.ª Secção, e de 09-07-2014 (Alves Velho), revista n.º 686/05.0TBPNI.L1.S1 – 1.ª Secção.

²⁰¹ V. o acórdão de 15-10-2013 (Paulo Sá), revista n.º 947/10.6TBVCT.G1.S1 – 1.ª Secção.

função da redução da idade, e a sua diminuição, em função do aumento da idade. Este critério, ao ter em conta a duração dos efeitos emergentes da lesão, permite considerar a extensão do dano, elemento essencial na determinação das consequências imateriais a indemnizar.

O estado de saúde da vítima antes da ocorrência do evento lesivo, nos casos que a mesma era saudável, é frequentemente mencionado²⁰² nas decisões em análise, como elemento de comparação entre a hipotética situação em que se encontraria, sem a ocorrência do evento lesivo, e a situação efetivamente existente. Não se detetou, porém, qualquer caso em que tenha sido valorizada uma situação de doença ou de lesão preexistente.

O dano é valorado, em todas as decisões indicadas, de uma perspetiva objetiva, que considera a gravidade da lesão corporal sofrida pela vítima e a extensão da incapacidade funcional. No entanto, se nalgumas decisões²⁰³ se considera que tal situação objetiva dá causa, presumivelmente, sempre a determinadas consequências, que se supõe serem semelhantes para todos os lesados, variando unicamente em função de um conjunto limitado de fatores, como a idade e a intensidade da lesão, noutras²⁰⁴ atendeu-se à singularidade do concreto lesado e à, daí resultante, diferenciação dos específicos danos não patrimoniais sofridos.

Nestas últimas decisões, em função da diminuição das capacidades funcionais emergentes das lesões e das respetivas sequelas, além do sofrimento e do desgosto que sempre sentirá qualquer pessoa ao tomar consciência de que se encontra diminuída fisicamente e de que tal a afetará para toda a vida, foram tidas em conta a individualidade da concreta pessoa lesada e as específicas consequências daí resultantes, sendo valoradas as alterações ao seu quotidiano, afetação da sua realização pessoal e da sua vida de relação, bem como do seu projeto de vida. Esta consideração, no cálculo da

²⁰² V. os acórdãos de 01-07-2010 (Oliveira Rocha), revista n.º 106/07.5TBMCD.P1.S1 – 2.ª Secção, de 12-01-2012 (Lopes do Rego), revista n.º 4867/07.3TBSTS.P1.S1 – 7.ª Secção, de 24-04-2012 (Garcia Calejo), revista n.º 3075/05.2TBPBL.C1.S2 – 1.ª Secção, e de 15-10-2013 (Maria Clara Sottomayor), revista n.º 981/07.3TBVVD.G1.S1 – 1.ª Secção.

²⁰³ V. os acórdãos de 20-01-2010 (Mário Cruz), revista n.º 60/2002.L1.S1 – 1.ª Secção, de 16-03-2011 (Helder Roque), revista n.º 1879/03.0TBACB.C1.S1 – 1.ª Secção, de 24-03-2011 (Abílio Vasconcelos), revista n.º 36/07.0TBALB.C1.S1 – 2.ª Secção, de 12-05-2011 (Távora Vítor), revista n.º 122/2001.S1 – 7.ª Secção, e de 28-02-2012 (Martins de Sousa), revista n.º 4962/06.6TBBRG.G1.S1 – 1.ª Secção.

²⁰⁴ V. os acórdãos de 01-07-2010 (Oliveira Rocha), revista n.º 106/07.5TBMCD.P1.S1 – 2.ª Secção, de 14-09-2010 (Sousa Leite), revista n.º 267/06.0TBVCD.P1.S1 – 6.ª Secção, de 07-06-2011 (Fernandes do Vale), revista n.º 3515/05.0TBLRA.E1.S1 – 6.ª Secção, de 12-01-2012 (Lopes do Rego), revista n.º 4867/07.3TBSTS.P1.S1 – 7.ª Secção, de 24-04-2012 (Garcia Calejo), revista n.º 3075/05.2TBPBL.C1.S2 – 1.ª Secção, de 15-10-2013 (Maria Clara Sottomayor), revista n.º 981/07.3TBVVD.G1.S1 – 1.ª Secção, de 15-10-2013 (Paulo Sá), revista n.º 947/10.6TBVCT.G1.S1 – 1.ª Secção, e de 30-10-2014 (Fernando Bento), revista n.º 2313/08.4TVLSB.L1.S1 – 2.ª Secção.

indemnização, das concretas consequências sofridas por aquela vítima em resultado da afetação físico-psíquica de que ficou a padecer, permite uma tutela mais abrangente dos reflexos da lesão sofrida, tanto no foro interno do lesado, como na dimensão externa da sua vida, valorando as alterações ao seu quotidiano e os condicionamentos ao seu projeto de vida.

Encontram-se, nas decisões em análise, algumas referências²⁰⁵ ao grau de culpabilidade do lesante, não sendo extraídas quaisquer consequências, em sede de acréscimo ou redução do montante indemnizatório, em função da consideração desse fator.

Na maioria das decisões, existem menções expressas à consideração dos critérios de decisão adotados em casos análogos, verificando-se que os padrões seguidos atualmente pela jurisprudência constituem um elemento tido em conta na quantificação da indemnização em causa. Essa procura de uniformização, porém, apesar de atender essencialmente à avaliação do dano de uma perspetiva objetiva, tendo em conta a afetação física e psicológica do lesado, não impede a valoração das concretas consequências daí resultantes para a pessoa lesada, detetando-se uma procura dos critérios adotados em casos que se mostrem semelhantes, também relativamente a específicas consequências emergentes de determinada afetação objetiva.

Em diversas decisões é efetuada uma comparação com os montantes indemnizatórios habitualmente arbitrados pela violação do direito à vida e são expostos os motivos pelos quais a indemnização em causa, não obstante tratar-se de violação de outros bens jurídicos de natureza pessoal, como o direito à integridade física ou o direito à saúde, é arbitrada em montante superior, atenta a intensidade do sofrimento da vítima, a penosidade do seu dia-a-dia e a natureza permanente de tal situação.

Em síntese, apesar de se encontrarem entendimentos divergentes quanto à perspetiva de apreciação do dano, a valorar em termos objetivos ou, também, em termos subjetivos, verifica-se que existe uma clara uniformidade de parâmetros no âmbito da quantificação da indemnização pelos danos não patrimoniais sofridos pela vítima de graves lesões corporais, geradoras de elevadas incapacidades, de natureza permanente, e da dependência dos cuidados de terceiros.

²⁰⁵ V. os acórdãos de 14-09-2010 (Sousa Leite), revista n.º 267/06.0TBVCD.P1.S1 – 6.ª Secção, de 28-02-2012 (Martins de Sousa), revista n.º 4962/06.6TBBRG.G1.S1 – 1.ª Secção, de 15-10-2013 (Maria Clara Sottomayor), revista n.º 981/07.3TBVVD.G1.S1 – 1.ª Secção, de 15-10-2013 (Paulo Sá), revista n.º 947/10.6TBVCT.G1.S1 – 1.ª Secção, e de 02-12-2013 (Alves Velho), revista n.º 386/2001.P1.S1 – 1.ª Secção.

3.3.2. Danos não patrimoniais sofridos por pessoas com direito a indemnização

As decisões constantes do n.º 2 do Anexo II respeitam à quantificação da indemnização por danos não patrimoniais sofridos por familiares próximos, ou companheiro de facto, da vítima de graves lesões corporais, geradoras de elevadas incapacidades, de natureza permanente, e da dependência dos cuidados de terceiros.

A controvérsia jurisprudencial²⁰⁶, em torno da compensabilidade dos danos não patrimoniais sofridos por outrem, nos casos em que a vítima sobrevive, conduziu à prolação, pelo Plenário das Secções Cíveis do STJ, do Acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.º 6/2014, datado de 09-01-2014 – publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 98 (2014-05-22) –, a fixar a seguinte jurisprudência: “Os artigos 483.º, n.º 1 e 496.º, n.º 1 do Código Civil devem ser interpretados no sentido de abrangerem os danos não patrimoniais, particularmente graves, sofridos por cônjuge de vítima sobrevivente, atingida de modo particularmente grave”²⁰⁷.

Não obstante a escassez de decisões que integram o n.º 2 do Anexo II, provavelmente emergente das indicadas divergências quanto à indemnizabilidade deste tipo de danos, proceder-se-á à análise dos indicados arestos.

Extrai-se das decisões mencionadas que, na quantificação do montante arbitrado pelos danos não patrimoniais sofridos por familiares próximos – em concreto, por uma filha menor, pelos pais e pelo cônjuge – da vítima de graves lesões corporais, geradoras de elevadas incapacidades, de natureza permanente, e da dependência dos cuidados de terceiros, o critério de cálculo fundamental foi, em todos os casos, a extensão do dano sofrido pelo terceiro lesado.

Em todas as situações se verifica que o terceiro lesado se integra numa das categorias indicadas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 496.º, o que poderá não constituir pressuposto necessário para a indemnizabilidade do dano, face aos requisitos da indemnizabilidade estatuídos no n.º 1 do preceito, se interpretado nos termos da doutrina constante do citado Acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.º 6/2014.

Considerou-se necessária, em todas as decisões, a demonstração das concretas consequências sofridas pela pessoa em causa, em resultado da situação da vítima, e da especial gravidade de tais consequências. Em nenhuma situação se julgou verificada a

²⁰⁶ Exposta em 2.2..

²⁰⁷ A limitação constante da regra interpretativa formulada no Acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.º 6/2014, ao reportar-se apenas ao direito do cônjuge, resulta do âmbito da questão controvertida, que consistia na compensabilidade dos danos não patrimoniais sofridos apenas pelo cônjuge da vítima sobrevivente. A jurisprudência indicada no n.º 2 do Anexo II apresenta, porém, um âmbito mais lato, abrangendo outros familiares da vítima.

existência de dano não patrimonial indemnizável, e arbitrou indemnização, unicamente em função da demonstração da situação da vítima, conjugada com o seu grau de parentesco ou ligação de facto com o lesado, não tendo sido encontrado qualquer caso no qual, provados tais elementos, se tenha presumido o sofrimento do lesado ou outras consequências de natureza não patrimonial.

Atendeu-se, em todas as decisões, à singularidade do lesado, daí resultando uma diferenciação dos danos não patrimoniais em concreto sofridos. Assim, em função da diminuição das capacidades funcionais da vítima, emergentes das lesões e das respetivas sequelas, além do sofrimento e do desgosto que sempre sentirão os seus familiares próximos ou o companheiro, ao se aperceberem de tal situação e do sofrimento que a mesma causa à vítima, foram consideradas as específicas consequências daí resultantes para a pessoa lesada, em função da prestação de auxílio à vítima e das alterações ao seu próprio quotidiano, emergentes da incapacidade da vítima e dessa prestação de auxílio, sendo valoradas tais alterações e a afetação ao nível da realização pessoal, da vida de relação e do projeto de vida do lesado.

A gravidade destas consequências de natureza não patrimonial, sofridas pelo familiar ou companheiro da vítima, foi considerada, em todos os casos, desde logo, um elemento essencial para a própria indemnizabilidade do dano e, depois, um critério de cálculo da indemnização. Tal elemento teve como efeito a variação do montante arbitrado em função do grau de penosidade ou da intensidade das consequências sofridas pelo lesado, em resultado da situação da vítima. Considerou-se constituir um fator de agravamento de tais consequências a verificação de alterações relevantes no modo de vida do lesado²⁰⁸ ou problemas de saúde mental, designadamente transtornos psíquicos causados pela situação da vítima²⁰⁹.

Tratando-se de filhos da vítima, a idade dos lesados foi considerada elemento relevante para efeitos de cálculo da indemnização, designadamente em casos de menores, cuja vulnerabilidade se reputou acrescida em função da idade, especialmente estando em causa a incapacidade funcional de progenitor com o qual viviam, o que se refletiu na indemnização arbitrada, por terem sido julgadas mais gravosas as consequências daí resultantes²¹⁰.

²⁰⁸ V. o acórdão de 14-09-2010 (Sousa Leite), revista n.º 267/06.0TBVCD.P1.S1 – 6.ª Secção.

²⁰⁹ V. o acórdão 02-03-2011 (Nuno Cameira), revista n.º 1639/03.8TBBNV.L1.S1 – 6.ª Secção.

²¹⁰ V. o acórdão de 14-09-2010 (Sousa Leite), revista n.º 267/06.0TBVCD.P1.S1 – 6.ª Secção.

Nos casos²¹¹ em que um dos membros de um casal ficou em situação de elevada incapacidade funcional permanente, geradora de impotência, e dependente dos cuidados do outro cônjuge, foi valorada a dificuldade acrescida que este cônjuge passará a ter no cumprimento dos seus deveres conjugais, designadamente os deveres de auxílio e de fidelidade, sendo tidos em conta os reflexos de tal situação no âmbito do relacionamento entre ambos e apreciadas as consequências a nível afetivo e sexual, bem como no âmbito familiar, social e laboral, com a inviabilização da concretização de planos comuns ao casal ou do projeto de vida do cônjuge lesado.

Da análise comparativa dos indicados arestos com os mencionados em 3.3.1., extrai-se que as indemnizações arbitradas pelos danos não patrimoniais sofridos pelos familiares da vítima foram sempre de montante inferior às arbitradas pelo sofrimento desta, o que se mostra proporcionado à gravidade, em princípio superior, do dano da vítima.

Em suma, na determinação da indemnização deste tipo de danos, sofridos por outrem nos casos em que a vítima sobrevive, extrai-se da apreciação das decisões indicadas uma uniformidade de parâmetros em sede de quantificação.

²¹¹ V. o acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.º 6/2014, do Plenário das Secções Cíveis do STJ, datado de 09-01-2014, e o acórdão de 09-10-2014 (Granja da Fonseca), revista n.º 498/12.TBTNV.C1.S1 – 7.ª Secção.

4

4. Conclusão

O propósito do presente trabalho foi o estudo de um dos casos em que a decisão judicial é proferida com recurso à equidade – a quantificação da indemnização por danos não patrimoniais –, com o objetivo de analisar a operação de determinação do montante a arbitrar, a fim de verificar se salvaguarda a certeza e a segurança na aplicação do direito e se respeita os princípios da proporcionalidade e da igualdade.

A natureza imaterial da lesão a compensar exige a apreciação das especificidades do caso concreto, o que pressupõe a concessão ao julgador de uma margem de discricionariedade, dado que a definição prévia dos elementos a atender e, eventualmente, dos montantes a arbitrar, poderá não abranger todas as circunstâncias relevantes caracterizadores da situação em causa, assim impedindo a indemnização de cumprir a função compensatória que lhe é conferida pela lei. Esta multiplicidade de circunstâncias, porém, dificulta a uniformização de parâmetros, no que respeita à relevância a atribuir aos diversos elementos no âmbito do cálculo da indemnização por danos não patrimoniais, o que pode resultar na disparidade entre decisões de casos análogos.

Mediante a apreciação dos critérios estatuidos no direito positivo, pretendeu-se conhecer as regras e os limites impostos pelo sistema ao processo decisório do juiz, após o que, através da análise da fundamentação de decisões judiciais, proferidas num âmbito previamente definido – acórdãos das secções cíveis do STJ do período de 2010 a 2014, relativos à determinação da indemnização por danos não patrimoniais emergentes de lesão corporal, da qual proveio a morte ou incapacidade permanente e dependência dos cuidados de terceiros –, se procurou detetar modos de funcionamento do concreto juízo de equidade utilizados pelo julgador.

Apesar da existência de entendimentos divergentes quanto a determinadas questões de direito, relacionadas, essencialmente, com a perspetiva de apreciação do dano – a valorar em termos apenas objetivos ou, também, subjetivos – e com a indemnizabilidade

de determinados danos não patrimoniais – abrangendo unicamente os danos situados no foro interno do lesado ou, também, as consequências externas na sua vida –, constatou-se que a jurisprudência analisada, no que respeita à quantificação dos montantes a arbitrar, revela uma preocupação constante com a consideração das soluções dadas a casos análogos, numa procura de uniformização da relevância a atribuir aos diversos critérios de cálculo da indemnização.

Verificou-se que, na quantificação da indemnização, os critérios de natureza compensatória, como sejam a extensão do dano e respetivas consequências, assumem clara primazia, não se detetando uma especial influência de critérios de natureza sancionatória ou preventiva na solução final obtida. Assim, não se encontrou qualquer situação em que o valor indemnizatório arbitrado tenha excedido a valoração do dano e constatou-se que os elementos que permitem determinar a extensão do dano assumem um relevo predominante, sendo a compensação do lesado a finalidade da indemnização tida em conta, a título principal, na generalidade dos casos.

Reportando-se a jurisprudência analisada apenas à compensação de danos não patrimoniais emergentes de lesão corporal grave, da qual proveio a morte ou incapacidade permanente e dependência dos cuidados de terceiros, quase todos os casos respeitam a acidentes, sobretudo de viação, o que afasta, em princípio, a existência de enriquecimento do agente a considerar ou de vantagens auferidas pela vítima a compensar, que não surgem nas decisões analisadas como critérios de cálculo da quantificação. Também se não extrai de tais decisões a consideração da situação económica do agente e do lesado, ou a do responsável pelo pagamento da indemnização, bem como a existência de contrato de seguro, como critérios de cálculo, fatores cuja consideração pode conduzir a que danos idênticos sejam indemnizados de forma diferente, em função, designadamente, da diversa situação económica das partes, o que não respeita o princípio constitucional da igualdade.

Comparando decisões com contornos jurídicos semelhantes, verificou-se que os critérios de cálculo utilizados na respetiva fundamentação não apresentam divergências relevantes e que os valores indemnizatórios obtidos não se mostram desproporcionados, podendo considerar-se que o recurso à equidade não gerou insegurança na aplicação do direito e respeitou o princípio da proporcionalidade.

Conclui-se, do estudo realizado, que o recurso à equidade, na decisão que incide sobre a quantificação da indemnização por danos não patrimoniais, permite o respeito do princípio da proporcionalidade, que integra o princípio da igualdade, se os elementos atendidos e os critérios seguidos pelo julgador forem expressamente indicados, permitindo a respetiva consideração em casos análogos e, assim, contribuindo para a uniformização na interpretação e na aplicação do direito.

Bibliografia

ALARCÃO, Rui de, *Direito das Obrigações*, texto elaborado por J. Sousa Ribeiro, J. Sinde Monteiro, Almeno de Sá e J. C. Proença, com base nas lições ao 3.º ano jurídico, Coimbra, policopiado, 1983

ANDRADE, Manuel A. Domingues de, *Teoria Geral da Relação Jurídica*, 2 volumes, lições publicadas por A. Ferrer Correia e Rui de Alarcão, reimpressão, Coimbra, Almedina, 1987

ANTUNES, Henrique Sousa, *Da Inclusão do Lucro Ilícito e de Efeitos Punitivos entre as Consequências da Responsabilidade Civil Extracontratual: a sua Legitimação pelo Dano*, Coimbra, Coimbra Editora, 2011, dissertação de doutoramento

ASCENSÃO, José de Oliveira, *O Direito. Introdução e Teoria Geral*, 3.ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984

———, *Direito Civil – Sucessões*, 4.ª edição revista, Coimbra, Coimbra Editora, 1989

BRAGA, Armando, *A Reparação do Dano Corporal na Responsabilidade Civil Extracontratual*, Coimbra, Almedina, 2005, dissertação de mestrado

CAMPOS, Diogo Leite de, “A indemnização do dano da morte”, *Boletim da Faculdade de Direito*, Coimbra, separata do volume L, 1974, publ. 1980

———, *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, Coimbra, Almedina, 1990

CANOTILHO, J. J. Gomes/MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 1.º volume, 2.ª edição revista e ampliada, Coimbra, Coimbra Editora, 1984

COELHO, Francisco Manuel Pereira, *Direito das Sucessões*, lições ao curso de 1973-1974, Coimbra, policopiado, 1974

——, *O enriquecimento e o dano*, reimpressão, Coimbra, Almedina, 1999

CORDEIRO, António Menezes, *Direito das Obrigações*, 1.º volume, reimpressão da 1.ª edição de 1980, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1986, 2.º volume, 2.ª reimpressão da 1.ª edição de 1980, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1990

——, “A decisão segundo a equidade”, *O Direito*, volume II, ano 122.º (1990), pp. 261-280

——, *Da Boa Fé no Direito Civil*, reimpressão da 1.ª edição, Coimbra, Almedina, 1997, dissertação de doutoramento

——, *Tratado de Direito Civil Português*, volume I, *Parte Geral*, tomo I, 2.ª reimpressão da 3.ª edição de março/2005, aumentada e revista, Coimbra, Almedina, 2009, tomo III, Coimbra, Almedina, 2004, volume II, *Direito das Obrigações*, tomo III, Coimbra, Almedina, 2010

——, “A equidade como fonte de Direito”, *O Direito*, volume I, ano 144.º (2012), pp. 9-28

——, *Direito dos Seguros*, Coimbra, Almedina, 2013

CORTE-REAL, Carlos Pamplona, *Curso de Direito das Sucessões*, volume I, Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal (136), Centro de Estudos Fiscais, Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, Ministério das Finanças, Lisboa, 1985

COSTA, Mário Júlio de Almeida, *Direito das Obrigações*, 12.ª edição revista e atualizada, 2.ª reimpressão, Coimbra, Almedina, 2013

DIAS, Jorge de Figueiredo, *Direito Penal Português – Parte Geral*, II, *As Consequências Jurídicas do Crime*, Lisboa, Aequitas – Editorial Notícias, 1993

DINIS, Joaquim José de Sousa, “Dano corporal em acidentes de viação. Cálculo da indemnização. Situações de agravamento”, *Colectânea de Jurisprudência – Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça*, tomo II, ano V (1997), pp. 11-17

——, “Avaliação e reparação do dano patrimonial e não patrimonial (no domínio do Direito Civil)”, *Revista Portuguesa do Dano Corporal*, n.º 19, ano 18.º (2009), pp. 51-68

FARIA, Jorge Leite Areias Ribeiro de, *Direito das Obrigações*, volume I, reimpressão da edição de 1990, Coimbra, Almedina, 2003

FARIA, Maria Paula Ribeiro de, “A reparação punitiva – Uma “terceira via” na efectivação da responsabilidade penal?”, em *Liber Discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias* (organizadores: Manuel da Costa Andrade, José de Faria Costa, Anabela Miranda Rodrigues, Maria João Antunes), Coimbra, Coimbra Editora, 2003, pp. 259-291

FERREIRA, Fernando Amâncio, *Curso de Processo de Execução*, 6.^a edição revista e atualizada, Coimbra, Almedina, 2004

FRADA, Manuel Carneiro da, “Nos 40 anos do Código Civil Português. Tutela da personalidade e dano existencial”, *Themis*, Edição Especial (Código Civil Português – Evolução e Perspectivas Actuais), 2008, pp. 47-68

——, “A equidade (ou a “justiça com coração”): a propósito da decisão arbitral segundo a equidade”, *Revista da Ordem dos Advogados*, volume 1 (janeiro/março), ano 72.º (2012), pp. 109-145

FREITAS, José Lebre de, *A Acção Executiva*, Coimbra, Almedina, 1993

GEMAS, Laurinda Guerreiro, “A indemnização dos danos causados por acidente de viação – Algumas questões controversas”, *Julgar*, n.º 8 (maio/agosto 2009), pp. 41-60

GERALDES, António Santos Abrantes, “Ressarcibilidade dos danos não patrimoniais de terceiros em caso de lesão corporal”, em *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles* (organizadores: António Menezes Cordeiro, Luís Menezes Leitão, Januário da Costa Gomes), volume IV, *Novos Estudos de Direito Privado*, Coimbra, Almedina, 2003, pp. 263-289

——, *Temas da Responsabilidade Civil*, volume II, *Indemnização dos Danos Reflexos*, 2.^a edição revista e atualizada, Coimbra, Almedina, 2007

——, *Recursos no Novo Código de Processo Civil*, Coimbra, Almedina, 2013

GOMES, Júlio, “Uma função punitiva para a responsabilidade civil e uma função reparatória para a responsabilidade penal?”, *Revista de Direito e Economia*, ano XV (1989), pp. 105-144

JORGE, Fernando Pessoa, *Ensaio sobre os pressupostos da responsabilidade civil*, 1968, 3.^a reimpressão, Coimbra, Almedina, 1999

LARENZ, Karl, *Metodologia da Ciência do Direito*, tradução da 6.^a edição (1991) por José Lamego, 3.^a edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito das Obrigações*, volume I, 4.^a edição, Coimbra, Almedina, 2005

LIMA, Pires de/VARELA, Antunes, *Código Civil Anotado*, volume I, 4.^a edição revista e atualizada, com a colaboração de Henrique Mesquita, Coimbra, Coimbra Editora, 1987

LOURENÇO, Paula Meira, *A Função Punitiva da Responsabilidade Civil*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, dissertação de mestrado

LUCENA, Delfim Maya de, *Danos Não Patrimoniais – O Dano da Morte*, reimpressão da edição de 1985, Coimbra, Almedina, 2006

MAGALHÃES, Teresa, “Da avaliação à reparação do dano corporal”, *Maia Jurídica*, n.º 2 (julho/dezembro), ano 5.º (2007), pp. 27-37

MARCELINO, Américo, *Acidentes de Viação e Responsabilidade Civil*, 3.^a edição revista e ampliada, Lisboa, Livraria Petrony, 1995

MARTINS, Rosa Cândido, “A criança, o adolescente e o acto médico. O problema do consentimento”, em *Comemorações dos 35 anos do Código Civil e dos 25 anos da Reforma de 1977*, volume I, *Direito da Família e das Sucessões*, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, pp. 791-831

MENDES, João de Castro, *Direito Processual Civil*, volume II (revisto e atualizado), apontamentos das lições redigidas com a colaboração de um grupo de Assistentes, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1987

MONTEIRO, António Pinto, *Cláusula Penal e Indemnização*, Coimbra, Almedina, 1990, dissertação de doutoramento

——, “Sobre a reparação dos danos morais”, *Revista Portuguesa do Dano Corporal*, n.º 1, ano 1.º (1992), pp. 17-25

MONTEIRO, Jorge Sinde, *Estudos sobre a responsabilidade civil*, Coimbra, Livraria Petrony, 1983

——, “Reparação dos danos pessoais em Portugal – A lei e o futuro (Considerações de *lege ferenda* a propósito da discussão da «alternativa sueca»)”, *Colectânea de Jurisprudência*, tomo IV, ano XI (1986), pp. 5-13

NETO, Eugénio Facchini, “A tutela aquiliana da pessoa humana: os interesses protegidos. Análise de direito comparado”, *Themis*, n.ºs 22/23, ano XII (2012), pp. 67-102

PEREIRA, Alexandre Dias, “Da equidade (fragmentos)”, *Boletim da Faculdade de Direito*, Coimbra, volume 80, 2004, pp. 347-402

PINTO, Carlos Alberto da Mota, *Teoria Geral do Direito Civil*, 4.^a edição por António Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto, Coimbra, Coimbra Editora, 2005

PINTO, Paulo Mota, *Interesse contratual negativo e interesse contratual positivo*, 2 volumes, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, dissertação de doutoramento

PRATA, Ana, *Notas Sobre Responsabilidade Pré-Contratual*, reimpressão, Coimbra, Almedina, 2002

———, colaboração de Jorge Carvalho, *Dicionário Jurídico*, I, 4.^a edição atualizada e aumentada, Coimbra, Almedina, 2005

———, “Responsabilidade civil”, *Themis*, Edição Especial (Código Civil Português – Evolução e Perspectivas Actuais), 2008, pp. 307-312

———, “Responsabilidade delitual nos Códigos Cíveis português de 1966 e brasileiro de 2002”, em *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas* (coordenadores: Rui Pinto Duarte, Armando Marques Guedes, Mariana França Gouveia, Maria Helena Brito), volume I, Coimbra, Coimbra Editora, 2013, pp. 27-170

PROENÇA, José Carlos Brandão, *A conduta do lesado como pressuposto e critério de imputação do dano extracontratual*, Coimbra, Almedina, 1997, dissertação de doutoramento

PÜSCHEL, Flávia Portella (coordenadora), “A quantificação do dano moral no Brasil: justiça, segurança e eficiência”, *Série Pensando o Direito*, [em linha], Brasília, Fundação Getúlio Vargas e Ministério da Justiça, volume 37, 2010 [consulta em 15-07-2015].
Disponível em:
[file:///C:/Users/MJ01575/Downloads/37Pensando_Direito%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/MJ01575/Downloads/37Pensando_Direito%20(3).pdf)

SANTOS, J. Coelho dos, “A reparação civil do dano corporal: reflexão jurídica sobre a perícia médico-legal e o dano dor”, *Revista Portuguesa do Dano Corporal*, n.º 4, ano 2.º (1994), pp. 73-90

SERRA, Adriano Vaz, “Reparação do dano não patrimonial”, *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 83 (1959), pp. 69-109

———, “Obrigação de indemnização (Colocação. Fontes. Conceito e espécies de dano. Nexo causal. Extensão do dever de indemnizar. Espécies de indemnização). Direito de abstenção e de remoção”, *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 84 (1959), pp. 5-303

——, “O dever de indemnizar e o interesse de terceiros”, *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 86 (1959), pp. 103-129

——, “Algumas questões em matéria de responsabilidade civil”, *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 93 (1960), pp. 5-79

SOUSA, Miguel Teixeira de, *Estudos Sobre o Novo Processo Civil*, 2.^a edição, Lisboa, Lex, 1997

TELLES, Inocêncio Galvão, *Direito das Obrigações*, 6.^a edição revista e atualizada, Coimbra, Coimbra Editora, 1989

TRIGO, Maria da Graça, “Adopção do conceito de “dano biológico” pelo direito português”, *Revista da Ordem dos Advogados*, volume 1 (janeiro/março), ano 72.º (2012), pp. 147-178

VARELA, João de Matos Antunes, *Das Obrigações em Geral*, volume I, 6.^a edição revista e atualizada, Coimbra, Almedina, 1989, volume II, 4.^a edição revista e atualizada, Coimbra, Almedina, 1990

VASCONCELOS, Pedro Pais de, *Direito de Personalidade*, reimpressão da edição de novembro de 2006, Coimbra, Almedina, 2014

VELOSO, Maria Manuel, “Danos não patrimoniais”, em *Comemorações dos 35 anos do Código Civil e dos 25 anos da Reforma de 1977*, volume III, *Direito das Obrigações*, Coimbra, Coimbra Editora, 2007, pp. 495-559

Anexo I

Indemnização de danos não patrimoniais emergentes de lesão corporal de que proveio a morte – jurisprudência das secções cíveis do STJ (2010 a 2014)

1. Dano da morte

– acórdão de 25-11-2010 (Bettencourt de Faria), revista n.º 2102/06.0TBAMT.P1.S1 – 2.ª Secção, no qual se considerou que a quantia de € 60 000, pela perda do direito à vida, se inscreve nos padrões de cálculo mais recentes do STJ;

– acórdão de 03-02-2011 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 605/05.3TBVVD.G1.S1 – 7.ª Secção, no qual se considerou que o montante de € 50 000, fixado pelas instâncias como compensação pelo dano da morte, está de acordo com a extrema gravidade do dano infligido e com os valores que vêm sendo considerados adequados, não se justificando a redução do montante indemnizatório peticionada pela seguradora recorrente;

– acórdão de 17-02-2011 (Pires da Rosa), revista n.º 206/09.7YFLSB.S1 – 7.ª Secção, no qual se considerou equilibrada e ajustada a indemnização de € 65 000 pela perda do direito à vida de um jovem de 18 anos que, por força do falecimento do pai, ocorrido 5 anos antes, ficou a ser o esteio económico da família (mãe e irmão de 10 anos); sendo a vida um valor absoluto, nem todas as vidas são iguais: a vida e o drama da «vida vivida» do jovem falecido, tornou-a dramaticamente mais valiosa do que a vida de qualquer outro jovem de 18 anos, uma vez que, com esta idade, era já o sustentáculo da família;

– acórdão de 31-05-2011 (Azevedo Ramos), revista n.º 1803/06.8TBVNG.G1.S1 – 6.ª Secção, no qual se considerou que, se a vítima de um acidente de viação, que gozava de boa saúde e tinha gosto pela vida, faleceu com 32 anos, é razoável e equitativo o valor de € 65 000, pela perda do direito à vida;

– acórdão de 12-07-2011 (Oliveira Vasconcelos), revista n.º 322/07.0TBARC.P1.S1 – 2.ª Secção, no qual, provado que a vítima tinha 29 anos, era saudável e alegre, vivendo em harmonia com a sua família, se entendeu adequado o valor de € 70 000 (ao invés dos € 60 000, fixados pela Relação) para compensação da perda do direito à vida;

– acórdão de 08-09-2011 (Oliveira Vasconcelos), revista n.º 2336/04.2TVLSB.L1.S1 – 2.ª Secção, no qual se considerou que a vida tem, não só um valor de natureza, igual para todos, mas também um valor social, uma vez que o homem é um ser em situação; provado que a falecida tinha 14 anos, era saudável, inteligente e bem disposta, se dedicava à poesia, à pintura e

A equidade na indemnização dos danos não patrimoniais

ao desporto e era muito ligada à sua mãe, e considerando o valor aquisitivo do dinheiro na atualidade, utilizando a equidade e o senso comum, considerou-se ser o valor de € 100 000 o mais correto para compensação da perda do direito à vida da menor;

– acórdão de 31-01-2012 (Nuno Cameira), revista n.º 875/05.7TBILH.C1.S1 – 6.ª Secção, no qual, considerando que a compensação pelo dano da morte atribuída pelo STJ tem oscilado, nos últimos anos, entre € 50 000 e € 80 000, com ligeiras e raras oscilações para menos ou para mais, se entendeu, tendo em atenção a juventude da vítima, com 27 anos, o futuro radioso que tinha à sua frente e a circunstância de não haver, no caso, que ponderar a situação económica do lesante, visto não ser o seu património, mas sim o da seguradora, a suportar o pagamento da indemnização, ser de elevar para € 75 000 a compensação de € 60 000, fixada pela 1.ª instância e mantida pela Relação, pelo dano da morte;

– acórdão de 29-03-2012 (João Camilo), revista n.º 586/2002.L1.S1 – 6.ª Secção, no qual se considerou que, para compensar a perda do valor da vida da vítima, falecida a 22-11-1999, com 28 anos, na sequência de acidente de viação ocorrido no mesmo dia, se mostra adequado o valor de € 60 000, fixado no acórdão recorrido;

– acórdão de 19-04-2012 (Álvaro Rodrigues), revista n.º 569/10.1TBVNG.P1.S1 – 2.ª Secção, no qual se considerou que se, em decorrência de acidente de viação, o lesado – até então saudável, bem constituído, trabalhador e desportista –, sem culpa na produção do acidente, sofreu lesões traumáticas crânio-encefálicas que lhe causaram a morte, é equitativo fixar em € 60 000 a compensação pelo dano específico da perda de vida, como fixado pela Relação;

– acórdão de 17-05-2012 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 48/2002.L2.S1 – 7.ª Secção, no qual se considerou não ser de censurar os montantes de € 48 000 e de € 20 000, atribuídos como compensação pelo direito à vida e de indemnização por danos não patrimoniais, quando, não se provando que o acidente fosse devido a culpa dos intervenientes [*foi fixado em 35% o risco com que o motociclo conduzido pela vítima contribuiu para o acidente*], se provou que: (i) o filho único dos autores tinha 22 anos à data do acidente, (ii) veio a falecer; (iii) formava, com os pais, uma família feliz; (iv) era a principal razão e motivação das suas vidas; (v) e que a sua morte lhes causou um sofrimento intenso;

– acórdão de 24-05-2012 (Abrantes Gerales), revista n.º 153/07.7TBVVD.G1.S1 – 2.ª Secção, no qual se considerou que o valor de € 50 000, arbitrado pela Relação por morte de uma menor com 7 meses, se inscreve nos critérios comumente usados pelo STJ [*não foi determinada a redução pretendida pela recorrente*];

– acórdão de 31-05-2012 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 14143/07.6TBVNG.P1.S1 – 7.ª Secção, no qual se entendeu que, tendo em conta as concretas circunstâncias do lesante, do lesado e do acidente, devido a culpa exclusiva e grave do condutor do veículo, que não estava legalmente habilitado a conduzir e que infringiu regras elementares de circulação, é equitativa uma compensação de € 80 000 pela perda do direito à vida de um jovem de 19 anos, fixada na Relação;

– acórdão de 05-06-2012 (Orlando Afonso), revista n.º 100/10.9YFLSB – 7.ª Secção, no qual se considerou aceitável a quantia € 50 000, peticionada pelos autores pela perda do direito à vida do seu filho, com 6 anos;

– acórdão de 12-06-2012 (Martins de Sousa), revista n.º 1483/07.3TBBNV.L1.S1 – 1.ª Secção, no qual se considerou que a quantia de € 75 000 é adequada a título indemnização pela perda do direito à vida;

– acórdão de 10-07-2012 (Bettencourt de Faria), revista n.º 7/09.2TJVNF.P1.S1 – 2.ª Secção, no qual se considerou não ser excessivo o valor de € 60 000, atribuído pelo direito à vida;

– acórdão de 13-09-2012 (Lopes do Rego), revista n.º 1026/07.9TBVFX.L1.S1 – 7.ª Secção, no qual, relativamente a indemnização arbitrada em consequência da lesão do direito à vida, no montante global de € 70 000, se entendeu não existir qualquer razão para reduzir tal valor para o de € 50 000, como pretendia a seguradora, por se ter considerado que o valor alcançado pelas instâncias se não afasta sensivelmente dos montantes que, numa jurisprudência atual e preocupada com a dignidade dos valores pessoais e com tutela efetiva dos lesados, vêm sendo correntemente alcançados;

– acórdão de 30-10-2012 (Paulo Sá), revista n.º 830/08.5TBVCT.G1.S1 – 1.ª Secção, no qual se considerou que, a título de indemnização pela perda do direito à vida de cada uma de duas vítimas, falecidas na sequência de acidente de viação ocorrido a 01-07-2005, com 37 e 28 anos, respetivamente, se mostra adequado o valor de € 60 000;

– acórdão de 20-11-2012 (Helder Roque), revista n.º 2/07.6TBMC.G1.S1 – 1.ª Secção, no qual se considerou que a compensação por danos não patrimoniais, em que se inclui o dano da morte, traduzindo o adequado reconhecimento da dignidade de uma vida humana, deve ter um alcance significativo e não meramente simbólico, sendo de fixar, em relação a um sinistrado, jornalista de profissão, com 51 anos, em € 50 000;

– acórdão de 29-11-2012 (Granja da Fonseca), revista n.º 6205/06.3TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção, no qual se considerou adequada a indemnização, fixada nas instâncias, de € 150 000, pela perda do direito à vida de uma criança que, em decorrência de erro médico, sofreu de paralisia cerebral muito grave desde o nascimento, vindo a morrer com 3 anos;

– acórdão de 29-11-2012 (Sérgio Poças), revista n.º 186/05.8TCGMR.G1.S1 – 7.ª Secção, no qual, provado que a vítima tinha, à data do acidente, 57 anos de idade, vindo a falecer com 59 anos, era pessoa de trabalho, tinha uma família, com vida harmoniosa e ligada por fortes laços de afetividade, se julgou equitativa a quantia, arbitrada pela Relação, de € 60 000 pela lesão do direito à vida;

– acórdão de 07-02-2013 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 3557/07.1TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção, no qual se considerou não ser excessivo fixar em € 75 000 a indemnização pelo dano da morte, relativamente a uma jovem de 24 anos, que faleceu em virtude de um acidente violento;

– acórdão de 23-04-2013 (Paulo Sá), revista n.º 4834/04.9TBVFR.P1.S1 – 1.ª Secção, no qual se entendeu que a indemnização pela perda do direito à vida se deve situar num valor entre € 50 000 e € 60 000, não discriminando o valor da vida humana, senão em limites apertados, dado que tem um valor absoluto, tendo-se considerado que, tratando-se da morte de uma jovem de 25 anos, saudável, com gosto de viver e exercendo já atividade profissional remunerada, se afigura correto o montante de € 60 000, fixado na 1.ª instância e confirmado pela Relação;

– acórdão de 08-05-2013 (Alves Velho), revista n.º 2984/05.3TBVRL.P1.S1 – 1.ª Secção, no qual se julgou ajustado o montante de € 60 000, para compensação pela perda do direito à vida do filho da autora – vítima de um acidente de viação imputável, exclusivamente, ao condutor do veículo segurado pela ré –, com 21 anos, saudável, alegre, trabalhador e bom filho, assegurando essa quantia o respeito pelos valores de igualdade de tratamento e de segurança jurídica;

– acórdão de 22-05-2013 (Serra Baptista), revista n.º 1785/06.6TB AVR.C1.S1 – 2.ª Secção, no qual se considerou compreendida nos parâmetros fixados pelo STJ a indemnização de € 60 000, atribuída pelas instâncias, a título de dano morte de uma menor, com 4 meses, filha única dos autores, que faleceu em decorrência de acidente de viação de que o réu foi o exclusivo culpado, morte que provocou um imenso desespero e mágoa aos primeiros;

– acórdão de 30-05-2013 (Tavares de Paiva), revista n.º 1593/08.0TBFIG.C1.S1 – 2.ª Secção, no qual, considerando que o STJ tem indemnizado o dano morte em valores que

A equidade na indemnização dos danos não patrimoniais

oscilam entre os € 50 000 e os € 80 000 e que a vítima tinha à data do acidente apenas 21 anos, com toda uma vida à sua frente, entendeu-se adequado o montante indemnizatório de € 70 000, fixado pela Relação;

– acórdão de 12-09-2013 (Bettencourt de Faria), revista n.º 1/12.6TBTMR.C1.S1 – 2.ª Secção, no qual se considerou que o dano morte não se confunde com os danos não patrimoniais, sendo um valor a obter pela equidade e tendencialmente fixo, dado que o valor da vida é sempre igual, valor esse que, de acordo com a jurisprudência atual, não pode ser superior a € 80 000;

– acórdão de 24-10-2013 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 225/09.3TBVZL.S1 – 7.ª Secção, no qual, considerando que a jurisprudência do STJ tem, nos últimos anos, oscilado por uma compensação, pelo dano morte, entre os € 50 000 e os € 80 000 e que o montante de € 30 000, fixado pela Relação, se afasta para menos daqueles valores, foi alterado para € 50 000 o montante da indemnização pela perda do direito à vida da mãe do recorrente, com 84 anos;

– acórdão de 29-10-2013 (Azevedo Ramos), revista n.º 62/10.2TBVZL.C1.S1 – 6.ª Secção, no qual, considerando que a jurisprudência tem avançado no sentido de uma crescente valorização do direito à vida, atribuindo valores que geralmente oscilam entre os € 50 000 e os € 80 000, chegando a atingir os € 100 000 para vítimas ainda jovens, se julgou razoável admitir que seja atribuída uma indemnização mais elevada pela perda de uma criança ou de um jovem, cujas vidas ainda não foram vividas, do que pela morte de um adulto já no ocaso ou na curva descendente da sua existência terrena, tendo-se entendido que, perante a dignificação que merece a vida humana, não se justifica a redução da indemnização de € 50 000 fixada pela perda do direito à vida da vítima, apesar de esta já ter 75 anos de idade;

– acórdão de 28-11-2013 (Serra Baptista), revista n.º 313/05.5TBALQ.L1.S1 – 2.ª Secção, no qual se julgou equitativa a indemnização de € 75 000, pela perda do direito à vida de um jovem, saudável, de 27 anos;

– acórdão de 28-11-2013 (Serra Baptista), revista n.º 177/11.0TBPCR.S1 – 2.ª Secção, no qual se considerou adequada a quantia arbitrada de € 50 000, para indemnização da perda do direito à vida, não obstante a idade de 78 anos da vítima;

– acórdão de 18-12-2013 (Fernando Bento), revista n.º 1749/06.0TBSTS.P1.S1 – 2.ª Secção, no qual se considerou razoável admitir uma indemnização mais elevada pela perda de uma criança ou de um jovem, sendo equitativo o valor de € 70 000 pelo dano da morte de um jovem de 16 anos;

– acórdão de 29-01-2014 (Alves Velho), revista n.º 49/05.7TBPRL.E1.S1 – 1.ª Secção, no qual se entendeu que a quantia – fixada no acórdão recorrido – de € 75 000, atribuída às autoras, em conjunto, para indemnizar o dano morte do respetivo cônjuge e pai, com 39 anos de idade, em consequência de queda de uma plataforma de trabalho em obra de construção, se encontra próxima dos padrões utilizados noutras decisões do STJ e, consequentemente, da vinculação devida aos princípios de igualdade e proporcionalidade;

– acórdão de 13-05-2014 (Garcia Calejo), revista n.º 1279/11.8T2AVR.C1.S1 – 1.ª Secção, no qual se considerou que a indemnização do dano morte deve ser fixada em valor de alcance significativo e não meramente simbólico, conforme jurisprudência recente do STJ, que tem vindo a arbitrar, a esse título, no geral, entre € 50 000 e € 80 000, entendendo-se que, tendo a vítima 59 anos e sendo pessoa inserida socialmente, considerada e estimada pelo seu agregado familiar, o valor indemnizatório fixado pela Relação em € 60 000 se afigura, em face da relevância do prejuízo, ter alcance significativo;

– acórdão de 09-07-2014 (Orlando Afonso), revista n.º 212/09.1TBMTR.P1.S1 – 7.ª Secção, no qual, atendendo a que a vítima mortal tinha 52 anos e era o meio de subsistência e amparo moral dos seus filhos e considerando que a dimensão do bem vida não permite uma

valoração minimalista próxima de qualquer bem de consumo, entendeu-se adequado fixar a indemnização devida aos autores, seus filhos, pelo decesso daquela, em € 90 000 (e não em € 75 000, como fixado na Relação);

– acórdão de 09-09-2014 (Gabriel Catarino), revista n.º 121/10.1TBPTL.G1.S1 – 1.ª Secção, no qual, provado que (i) à data do acidente, a vítima tinha 86 anos de idade; (ii) em consequência do mesmo, sofreu dores; (iii) veio a falecer; (iv) era dedicado à autora, aos filhos e aos netos; (v) gozava de boa saúde, sendo estimado e respeitado pelos familiares, vizinhos e amigos; e que (vi) a sua morte causou desgosto e angústia à mulher e aos seus filhos, que por ele nutriam o afeto próprio dos laços que os uniam, entendeu-se adequado fixar em € 20 000, a compensação pelas dores sofridas entre o momento do embate e o decesso da vítima; em € 10 000, a indemnização pelo sofrimento, de cada um dos filhos, pela morte do pai, e em € 50 000, pelo dano morte.

2. Danos não patrimoniais sofridos pela vítima

– acórdão de 22-06-2010 (Alves Velho), revista n.º 3013/05.2TBFAF.G1.S1 – 1.ª Secção, no qual, provado que a vítima sofreu gravíssimas lesões, dores e angústia e desconhecendo-se a intensidade e a duração dessas dores, designadamente se se manteve consciente e sensível à dor, durante os cerca de 35 minutos que separaram o acidente do seu decesso, e se se apercebeu de que este iria acontecer, entendeu-se adequado manter o montante indemnizatório de € 9000 arbitrado pelos danos pré-morte sofridos pela vítima;

– acórdão de 27-09-2011 (Fonseca Ramos), revista n.º 425/04.2TBCTB.C1.S1 – 6.ª Secção, no qual, tendo em conta que a vítima ficou, em consequência de acidente, com o corpo desfigurado e mutilado e que o óbito ocorreu cerca de duas horas depois, apesar de se desconhecer se ficou inconsciente, considerou-se que, ao menos por momentos, teve consciência do acidente e da sua brutalidade e violência, tendo sentido a angústia da morte iminente, sofrendo um dano moral intenso, não só pela devastadora dor física, como pelo sofrimento da morte iminente, mesmo que tenha perdido a consciência, durante muito ou pouco tempo, naquelas duas horas, devendo esse sofrimento ser compensado com a quantia de € 20 000;

– acórdão de 09-02-2012 (Garcia Calejo), revista n.º 3086/07.3TBBCL.G1.S1 – 1.ª Secção, no qual se considerou adequada a indemnização de € 7500 (e não de € 15 000, fixada pela Relação) para compensação pelos danos não patrimoniais sofridos pela vítima entre o momento do acidente e o da morte, estando provado que, em consequência do acidente, sofreu laceração com 9 cm na aorta torácica com infiltração sanguínea e laceração do fígado que lhe provocaram a morte, devido a choque hipovolémico, tendo a vítima, nas frações de segundo que antecederam a colisão e durante ela, sentido a iminência da morte, que lhe adveio em breve lapso de tempo;

– acórdão de 29-03-2012 (João Camilo), revista n.º 586/2002.L1.S1 – 6.ª Secção, no qual, no que respeita aos danos não patrimoniais sofridos pela vítima entre o acidente e a morte, ocorrida no mesmo dia, atendendo aos valores que o STJ tem fixado em casos análogos, se considerou que a dor provocada pela sensação de pânico e a angústia decorrente de a vítima se haver apercebido de dois embates que o veículo por si conduzido sofreu, com o consequente e real risco de vida, de que se apercebeu, além das dores que as colisões lhe trouxeram, são de molde a justificar um valor mais elevado do que o montante de € 10 000 que o acórdão recorrido fixou, mau grado a circunstância de, após o acidente, a vítima apenas ter sobrevivido durante 61 minutos, mostrando-se mais adequada a importância de € 15 000;

– acórdão de 19-04-2012 (Álvaro Rodrigues), revista n.º 569/10.1TBVNG.P1.S1 – 2.ª Secção, no qual, considerando que, em decorrência de acidente de viação, o lesado – até então saudável, bem constituído, trabalhador e desportista –, sem culpa na produção do acidente, sofreu lesões traumáticas crânio-encefálicas que lhe causaram necroses, veio a ser submetido a

A equidade na indemnização dos danos não patrimoniais

várias intervenções cirúrgicas, permaneceu em estado de coma durante seis meses, apresentou apenas alguns sinais de recuperação semanas antes da morte, da qual sentiu a iminência, vindo a falecer com 48 kg, se entendeu equitativo fixar em € 35 000 a compensação pelos danos não patrimoniais sofridos pela vítima antes da morte, como fixado pela Relação;

– acórdão de 05-06-2012 (Orlando Afonso), revista n.º 100/10.9YFLSB – 7.ª Secção, no qual se considerou adequada a indemnização de € 20 000, atribuída a título de danos não patrimoniais decorrentes do sofrimento da vítima, uma criança de 6 anos, durante o período que antecedeu a sua morte, que se provou terem sido 6 dias em estado de permanente agonia e sofrimento;

– acórdão de 20-11-2012 (Helder Roque), revista n.º 2/07.6TBMC.G1.S1 – 1.ª Secção, no qual, considerando que a vítima sofreu dores, desde o momento do embate até à sua morte, e ficou angustiada com o internamento e os tratamentos médicos, em consequência das lesões que suportou, vindo a falecer, em pleno internamento, ao fim de 22 dias, se entendeu ajustado, proporcional e equitativo o estabelecimento da indemnização pelo dano sofrido antes de morrer em € 20 000;

– acórdão de 29-11-2012 (Granja da Fonseca), revista n.º 6205/06.3TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção, no qual se considerou adequada a indemnização, fixada nas instâncias, de € 100 000, a título de danos não patrimoniais (privação do gozo pleno da vida, dores e sofrimentos) sofridos por uma criança que, em decorrência de erro médico (i) sofreu, desde o nascimento (20-01-2004) até à morte (14-12-2007), de paralisia cerebral muito grave, que comprometeu toda a sua mobilidade em todos os segmentos do corpo (cabeça, tronco e membros); (ii) padecia, durante toda a sua vida, de incapacidade permanente global (100%), tendo sido, por isso, sempre dependente de terceira pessoa durante toda a sua vida; (iii) não tinha algumas funções básicas, como sejam a sucção e a deglutição, alimentando-se por sonda; (iv) não chorava, não fechava completamente os olhos e tinha poucos movimentos, sendo estes descoordenados; (v) sofria de epilepsia; (vi) imediatamente a seguir ao parto, esteve internado nos cuidados intensivos, durante cerca de mês e meio; (vii) esteve frequentemente internado em hospitais, tendo sido sujeito a diversos e dolorosos tratamentos, incluindo várias intervenções cirúrgicas; (viii) teve necessidade de recorrer a estomatologista devido a sofrer de atrofia gengival, (ix) teve de fazer fisioterapia, três vezes por semana; (x) necessitou de ir com frequência a consultas de gastroenterologia e de neurologia e de aplicações de oxigénio; (xi) necessitou diária e constantemente de um aspirador de secreções e de um nebulizador pneumático; (xii) teve de manter permanentemente medicação diária e (xiii) necessitou de uma cadeira de transporte adequada à sua condição física, pelo que necessitou de viver numa casa com acessibilidades, de nível térreo;

– acórdão de 15-01-2013 (Salazar Casanova), revista n.º 560/2002.G1.S1 – 6.ª Secção, no qual se considerou que, no caso de lesado, de 23 anos, vítima de um acidente de viação ocorrido no dia 09-12-2001 e em consequência do qual veio a morrer no dia 06-01-2006, se justifica a indemnização por danos morais no montante de € 130 000, considerando o seguinte quadro factual: a) em consequência direta do acidente o lesado sofreu traumatismo craniano, lesões crânio-encefálicas, comoção cerebral e outras lesões internas, fratura da perna direita e fratura de várias costelas; b) foi operado à perna direita e à cabeça; c) ficou acamado de forma permanente; d) não falava, não ouvia e não reconhecia as pessoas; e) não se alimentava sozinho, mas através de uma sonda e apenas com alimentos líquidos; f) deslocava-se de cadeira de rodas comandada por familiares; g) no momento do acidente e nos instantes que se seguiram, sofreu dores, sentiu pânico, teve medo de morrer; h) sentiu-se angustiado; i) angústia que se manteve; j) durante os mais de quatro anos em que sobreviveu, o lesado evidenciava sinais de sofrimento; k) emitia ruídos; l) mirava a sua mãe sempre que ela lhe fazia uma festa;

– acórdão de 07-02-2013 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 3557/07.1TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção, no qual se considerou não ser excessivo fixar em € 7000

a indemnização pelo sofrimento que precedeu a morte, relativamente a uma jovem de 24 anos que faleceu em virtude de um acidente violento, que foi projetada pelo ar a uma distância significativa e que não morreu imediatamente, sofrendo intensamente, física e psicologicamente, durante um período de, pelo menos, 25 minutos;

– acórdão de 28-02-2013 (Lopes do Rego), revista n.º 4072/04.0TVLSB.C1.S1 – 7.ª Secção, no qual se entendeu, ponderados os padrões seguidos atualmente pela jurisprudência, adequado o valor indemnizatório de € 125 000 para compensação dos danos não patrimoniais sofridos pelo lesado no período temporalmente prolongado que precedeu a morte, num caso cujos traços fundamentais são os seguintes: acidente que originou lesões múltiplas, nomeadamente graves lesões cerebrais e neurológicas, que implicaram – para lesado com cerca de 40 anos – um estado clínico persistente e irreversível de coma vegetativo, prolongado por quase 6 anos, abrangendo, quer os 3 anos de internamento hospitalar, quer o período posterior, em que o lesado teve alta e permaneceu em casa dos seus familiares, acamado e totalmente dependente para as mais elementares atividades da vida diária e de subsistência física, até acabar por sucumbir às gravíssimas sequelas das lesões causadas pelo acidente, não ficando demonstrado que o lesado, nesse prolongado estado de coma, tivesse – face à inconsciência profunda e perda de funções cognitivas – efetiva consciência do estado de total incapacidade em que se encontrava;

– acórdão de 24-10-2013 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 225/09.3TBVZL.S1 – 7.ª Secção, no qual se entendeu que a indemnização de € 30 000 fixada pela Relação, relativa aos danos não patrimoniais sofridos pela vítima antes de morrer, não se afasta dos critérios seguidos pela jurisprudência do STJ, razão pela qual se manteve o montante fixado;

– acórdão de 29-10-2013 (Azevedo Ramos), revista n.º 62/10.2TBVZL.C1.S1 – 6.ª Secção, no qual se considerou que, se a vítima sofreu graves ferimentos e denotava forte sofrimento durante as 7h40m que mediaram entre o acidente e a sua morte, gemendo, aflito, com muitas dores e angústia, sentindo as suas forças a esvaírem-se e pressentindo o pavor da aproximação da sua morte, é equitativa a atribuição do montante de € 12 500 para a compensação do dano moral próprio da mesma vítima;

– acórdão de 28-11-2013 (Serra Baptista), revista n.º 177/11.0TBPCR.S1 – 2.ª Secção, no qual se julgou adequada, a compensar os danos não patrimoniais suportados pela vítima antes de morrer, a quantia de € 20 000, tendo em conta o atropelamento que sofreu, com culpa exclusiva do condutor do veículo automóvel ligeiro, com graves lesões corporais (que determinaram, como causa necessária, a sua morte), tendo a mesma, por efeito do embate, ficado prostrada e abandonada (o veículo prosseguiu a sua marcha) na berma da estrada, encoberta por fetos e vegetação, em estado consciente (gemia com dores e rezava), assim tendo permanecido durante cerca de meia hora, tendo-lhe sido prestados os primeiros socorros no local, durante cerca de 45 minutos até que foi transportada para o hospital, onde entrou com paragem cardiorrespiratória, sem responder a manobras de recuperação;

– acórdão de 09-09-2014 (Gabriel Catarino), revista n.º 121/10.1TBPTL.G1.S1 – 1.ª Secção, no qual, considerando que, à data do acidente, a vítima tinha 86 anos de idade, sofreu dores e veio a falecer; entendeu-se adequado fixar em € 20 000, a compensação pelas dores sofridas entre o momento do embate e o decesso da vítima.

3. Danos não patrimoniais sofridos por pessoas pertencentes às categorias indicadas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 496.º

a) Cônjuge/companheiro de facto e filhos, ou outros descendentes, da vítima

– acórdão de 07-01-2010 (Oliveira Rocha), revista n.º 1975/04.6TBSXL.S1 – 2.ª Secção, no qual, provado que a vítima (que faleceu em consequência de acidente de viação para o qual não contribuiu) mantinha com a sua mulher e os dois filhos do casal uma relação de grande

A equidade na indemnização dos danos não patrimoniais

afeto e amor, que estes tinham grande admiração pelas suas qualidades, sendo uma pessoa trabalhadora, dedicada, meiga e carinhosa para com a sua família, e que sofreram um desgosto profundo e duradouro com a sua perda, reputou-se justa e equitativa a quantia de € 20 000 fixada para cada um dos autores a título de danos não patrimoniais; considerou-se que o facto de os filhos do sinistrado serem maiores e viverem em total autonomia em relação aos seus progenitores em nada releva para efeitos da fixação da indemnização arbitrada;

– acórdão de 20-05-2010 (Ferreira de Sousa), revista n.º 467/1998.G1.S1 – 7.ª Secção, no qual, tendo em atenção que o decesso dos pais dos autores, vítimas de acidente de viação, ocorreu quando estes eram crianças, sendo definitivamente privados da presença, acompanhamento e apoio dos seus progenitores, considerou-se adequada e justa a indemnização arbitrada pela Relação de € 20 000, para cada um deles;

– acórdão de 07-07-2010 (Alberto Sobrinho), revista n.º 1207/08.8TBFAF.G1.S1 – 7.ª Secção, no qual, considerando que a vítima, com 53 anos, vivia com a sua mulher e os três filhos, em ambiente de cordialidade, dedicação e carinho, unidos por laços de afeição e amor, ajudando-se mutuamente, e que morte daquele deixou os autores consternados e tristes, em estado de choque e pânico, sofrendo de desgosto e abalo psicológico, entendeu-se razoável e equitativo o montante arbitrado pela Relação, de € 20 000 para cada um deles;

– acórdão de 12-10-2010 (João Camilo), revista n.º 2079/06.2TBBRR.L1.S1 – 6.ª Secção, no qual se considerou adequada a indemnização de € 25 000, a título de compensação pelo dano não patrimonial, sofrido pelo autor, com a morte do seu pai, na sequência de acidente de viação, considerando a mera culpa da lesante, bem como a situação económica do lesado (auferia um salário anual de € 37 037,60), a idade do pai do autor (41 anos) e o facto de o autor estar no início da adolescência, dedicando grande afeto e ternura ao pai, tendo a sua morte causado um desgosto indescritível ao autor, deixando-o inconsolável e a carecer de assistência médico-psicológica, que recebeu;

– acórdão de 25-11-2010 (Bettencourt de Faria), revista n.º 2102/06.0TBAMT.P1.S1 – 2.ª Secção, no qual se considerou que a quantia de € 25 000 fixada pelas instâncias, relativa ao dano não patrimonial do cônjuge da vítima mortal de acidente de viação, não só está em sintonia com o que vem sendo arbitrado pelos tribunais, como se insere na nova visão do legislador, que fixou [na Portaria n.º 377/2008, de 26 de maio], para a fase de negociação extrajudicial, valores semelhantes para essa indemnização: € 20 000 e € 25 000, conforme o casamento tivesse durado menos ou mais de 25 anos;

– acórdão de 22-02-2011 (Paulo Sá), revista n.º 25/06.2TBFLG.G1.S1 – 1.ª Secção, no qual, considerando que os autores perderam, em circunstâncias muito traumatizantes, um marido e pai, que faleceu na sequência de atropelamento e que integrava uma família alargada, onde reinava um ambiente de harmonia, respeito, união, carinho e amor, sendo certo que era a vítima o elemento fulcral dessa família, que dele dependia afetivamente, entendeu-se que a Relação fez uma ponderação adequada ao arbitrar a indemnização por danos morais devida à viúva em € 25 000 e a cada um dos dois filhos em € 20 000;

– acórdão de 31-05-2011 (Azevedo Ramos), revista n.º 1803/06.8TBVNG.G1.S1 – 6.ª Secção, no qual se considerou que, se a vítima de acidente de viação, que gozava de boa saúde e tinha gosto pela vida, faleceu com 32 anos, provando-se que formava um casal harmonioso e feliz com a sua mulher, a qual sofreu uma grande dor, dificilmente se recompondo do choque e desgosto que sofreu, e que acompanhava de perto o crescimento de cada um dos seus três filhos menores, sendo um pai carinhoso e presente, são razoáveis e equitativos os valores de € 25 000, pelo dano moral sofrido pela mulher, e de € 20 000, pelo dano moral sofrido por cada um dos filhos menores;

– acórdão de 12-07-2011 (Oliveira Vasconcelos), revista n.º 322/07.0TBARC.P1.S1 – 2.ª Secção, no qual, provado que, à data do acidente, a vítima tinha 29 anos e que: (i) a culpa na

produção do acidente foi imputada ao condutor de veículo desconhecido; (ii) os filhos do falecido tratavam o pai com carinho e afeição; (iii) o filho *F* tinha uma forte ligação ao pai, por quem nutria um forte apego e carinho, tendo em consequência da morte deste de receber apoio psicológico durante 1 ano, ainda chorando e sofrendo com a sua ausência; (iv) a filha *C* frequentemente interroga a sua mãe pela razão pela qual os pais das suas amigas as vão buscar ao infantário, e o seu não; (v) sendo certo que o falecido era um pai dedicado que acompanhava os seus filhos e mulher sempre que podia, vivendo com eles em plena harmonia, entendeu-se correto fixar em € 30 000 (ao invés dos € 25 000 fixados pela Relação) o montante indemnizatório pelos danos morais sofridos por *F* e *C*, filhos da vítima;

– acórdão de 13-09-2011 (João Camilo), revista n.º 218/07.5TBAVZ.C1.S1 – 6.ª Secção, no qual se considerou que, no cálculo dos danos não patrimoniais sofridos em consequência da morte do pai de *A* e marido de *B*, atendendo à idade da vítima (35 anos), à idade de 10 anos de *A*, ao facto de a vítima gozar de respeito, amizade e elevada consideração e estima dos colegas, vizinhos, familiares, amigos e demais pessoas que com ele lidavam e de constituir com *A* e *B* uma família unida por laços de carinho, afeto e amor, sendo uma pessoa saudável e trabalhadora, feliz, com grande alegria de viver, muito considerada e dedicada à família, tendo *A* e *B* sofrido a dor da morte daquela, e considerando que *A* tinha uma boa relação com o pai que, para si, era uma referência, tendo ficado afetada no seu rendimento escolar no ano letivo a seguir à sua morte, continuando ambas a sofrer com a falta do respetivo marido e pai, se mostra adequada a indemnização de € 25 000 para cada uma das autoras;

– acórdão de 27-09-2011 (Fonseca Ramos), revista n.º 425/04.2TBCTB.C1.S1 – 6.ª Secção, no qual, considerando que as autoras sentiram grande desgosto com o falecimento da mãe e dadas as repercussões psíquicas e físicas que sofreram – tendo a autora *M* ficado traumatizada, tendo por isso recebido apoio psicológico e psiquiátrico, e ficado durante quase três anos sem conduzir automóvel, e a autora *T* ficado, em consequência de choque que a morte da mãe lhe provocou e de fibromialgia de que padecia, impedida de trabalhar e fazer a sua vida normal durante cerca de seis meses, passando, em resultado da morte da mãe, a apresentar comportamento obsessivo, ideias paranóides e sentimentos de culpa –, se reputou equitativa a compensação de € 50 000, na proporção de ½ para cada uma;

– acórdão de 27-10-2011 (Granja da Fonseca), revista n.º 3301/07.3TBBCL.G1.S1 – 7.ª Secção, no qual se considerou que, das circunstâncias aludidas no artigo 494.º, é desprovida de sentido: (i) a ponderação da situação económica do lesante nos casos em que não é o património deste, mas a seguradora, a suportar o pagamento da indemnização e (ii) a circunstância dos filhos da vítima serem maiores – tendo à data do acidente 18 e 20 anos – pois a indemnização destina-se a reparar os danos pelo desgosto que a morte do pai lhes causou; tendo-se provado que: (i) a vítima tinha 43 anos à data sua morte; era saudável, alegre, sociável, trabalhador diligente e cumpridor; (ii) o falecido e os demandantes constituíam uma família harmoniosa e feliz, respeitando-se e amando-se reciprocamente; (iii) que os filhos sofreram um profundo e grave desgosto com a morte do pai, entendeu-se adequado arbitrar, pelos danos não patrimoniais sofridos com a morte do pai, a indemnização de € 20 000 para cada um dos filhos;

– acórdão de 10-01-2012 (Azevedo Ramos), revista n.º 4524/06.8TBBCL.L1.S1 – 6.ª Secção, relativo a um caso em que a vítima, falecida com 35 anos, em consequência de acidente de viação ocorrido a 17-03-2006, vivia com a sua mulher, de 34 anos, e a sua filha, de 8 anos, tendo-se provado que o falecido vivia estavelmente com a sua família e amava profundamente a sua mulher e a sua filha, que a filha teve de receber apoio psicológico para a ajudar a superar a morte do pai, que a viúva perdeu o carinho, o apoio e a companhia do marido, vendo ruir o seu casamento e o feliz projeto de vida em comum que o mesmo representava, ficando sozinha, com o encargo de providenciar pela educação, formação e assistência da filha, julgou-se equitativa a fixação da compensação pelo dano não patrimonial da viúva no valor de € 40 000 e o da filha em € 35 000;

A equidade na indemnização dos danos não patrimoniais

– acórdão de 10-01-2012 (Nuno Cameira), revista n.º 189/04.0TBMAI.P1.S1 – 6.^a Secção, no qual foram considerados equitativos e equilibrados os valores de € 25 000 para a viúva e € 20 000 para cada um dos dois filhos, estabelecidos para compensar os danos morais próprios sofridos com a morte do seu marido e pai, em virtude de um acidente de viação, perante elementos de facto demonstrativos da brutalidade desse sinistro e de que os laços afetivos entre a vítima, sua mulher e filhos, eram muito fortes e profundos, e por isso sério e duradouro o desgosto causado pela sua morte em virtude do acidente;

– acórdão de 31-01-2012 (Nuno Cameira), revista n.º 875/05.7TBILH.C1.S1 – 6.^a Secção, no qual, no que respeita às indemnizações arbitradas ao viúvo de uma vítima, falecida com 27 anos, e ao pai de uma segunda vítima, falecida com 20 anos, na sequência do mesmo acidente de viação, que o acórdão recorrido fixou em € 25 000 para cada um, considerando que são muito graves os danos morais, quer de um, quer de outro, e que as indemnizações atribuídas a este título pela Relação já se encontram no patamar mais elevado das que no STJ têm sido arbitradas em situações paralelas, não serão as mesmas aumentadas, como pretendido pelos recorrentes;

– acórdão de 16-02-2012 (Bettencourt de Faria), revista n.º 165/09.6TBALD.C1.S1 – 2.^a Secção, no qual se considerou que, estando em causa o cômputo da indemnização a arbitrar por danos não patrimoniais, para compensação da dor moral sofrida pela morte, em acidente de viação, do companheiro e pai, a realidade de uma união de facto e a sua abrupta interrupção, em decorrência de tal morte, é suficiente para considerar a existência de uma dor moral; tal dor não se pode considerar menor relativamente ao filho que não haja conhecido o pai; não existindo notícia de quaisquer factos negativos da união de facto, julgou-se equitativa a indemnização, fixada pela Relação, de € 20 000 a cada um dos autores (companheira e filho da vítima);

– acórdão de 01-03-2012 (João Bernardo), revista n.º 2167/04.0TBAMT.P1.S1 – 2.^a Secção, no qual se considerou que os montantes indemnizatórios, relativos ao sofrimento do cônjuge sobrevivente e dos filhos de alguém que morre, variam substancialmente em função da relação que aqueles tinham em concreto com o falecido, não obstante a ligação jurídica ser igual; tendo em atenção que, tanto o cônjuge sobrevivente como os filhos, tinham uma relação afetiva muito intensa com a, respetivamente, mulher e mãe, entendeu-se não existir razão para a minoração dos montantes indemnizatórios levada a cabo pela Relação, relativamente aos fixados em 1.^a instância, repondo-se, desta forma, os mesmos em € 20 000 para o marido e € 15 000 para cada filho;

– acórdão de 19-04-2012 (Álvaro Rodrigues), revista n.º 569/10.1TBVNG.P1.S1 – 2.^a Secção, no qual, num caso em que o lesado – até então saudável, bem constituído, trabalhador e desportista –, em decorrência de acidente de viação, sofreu lesões traumáticas crânio-encefálicas que lhe causaram necroses, veio a ser submetido a várias intervenções cirúrgicas, permaneceu em estado de coma durante seis meses, apresentou apenas alguns sinais de recuperação semanas antes da morte, sendo que a mulher do falecido (i) vivia com este numa família feliz, respeitando-se e amando-se reciprocamente, (ii) visitou-o, passando horas a fio no hospital, ao longo dos seis meses, e assistindo à sua agonia, mas encarando com esperança a sua recuperação e (iii) sofreu um profundo e grave desgosto com a morte do marido, considerou-se equitativa a quantia, fixada pelas instâncias, de € 60 000 pelo seu sofrimento com aquela morte; igualmente se considerou equitativa a indemnização de € 50 000, a cada filho, fixada pelas instâncias, pelo danos não patrimoniais por estes sofridos com a morte do pai se estes (i) respeitavam, admiravam e estimavam o pai e (ii) no período de seis meses entre o acidente e a morte, passaram horas a fio, no hospital, em sofrimento, sempre à espera e na esperança que este recuperasse;

– acórdão de 10-07-2012 (Bettencourt de Faria), revista n.º 7/09.2TJVNF.P1.S1 – 2.^a Secção, no qual se considerou não ser excessiva a indemnização de € 20 000, atribuída pela

perda de um familiar – pai ou marido –, em sequência de septicemia causada por esmagamento resultante de acidente ocorrido numa obra;

– acórdão de 30-10-2012 (Paulo Sá), revista n.º 830/08.5TBVCT.G1.S1 – 1.ª Secção, no qual, provado que a 1.ª autora, como consequência direta e necessária do decesso do seu marido, passou a sofrer de episódio depressivo, com humor triste, tensão interior, adinamia, sentimentos de incapacidade, dificuldade de concentração e alterações do sono, apresentando um quadro de mal-estar clinicamente significativo, com dificuldades de lidar com as situações do quotidiano, manifestando sentimentos de apreensão em relação ao seu futuro e em relação ao futuro dos seus filhos menores, com défices no funcionamento sócio profissional, a necessitar de medicação do foro psiquiátrico, e encontrando-se assente que a 2.ª autora sofreu um profundo desgosto com a morte do respetivo marido, considerou-se correto o valor de € 30 000 atribuído no acórdão recorrido a cada viúva; acresce que, provado que, em consequência da morte do seu pai, os dois autores menores passaram a sofrer de um quadro de ansiedade e depressão e, por esse motivo, a frequentar um centro hospitalar, onde são medicados, entendeu-se correto o valor de € 25 000 atribuído no acórdão recorrido a cada um dos menores;

– acórdão de 20-11-2012 (Helder Roque), revista n.º 2/07.6TBMC.G1.S1 – 1.ª Secção, no qual se considerou que, dependendo a fixação da indemnização, por dano não patrimonial próprio, do sofrimento com a morte do pai, não obstante a autora, com 25 anos, já viver fora da casa daquele há, pelo menos, dez anos, isto é, numa fase de autonomia pessoal da figura paterna, mostra-se adequado o quantitativo compensatório de € 15 000;

– acórdão de 28-11-2013 (Serra Baptista), revista n.º 177/11.0TBPCR.S1 – 2.ª Secção, no qual se considerou que a morte repentina de algum dos entes mais próximos e, por regra, queridos, causa, em princípio, não obstante a idade avançada dos mesmos, mais sofrimento e pesar, do que o decesso anunciado por via de doença grave e sem cura à vista, tendo-se julgado justa e equitativa a atribuição da indemnização pelo desgosto da morte da mãe, mulher ainda ativa, numa situação de atropelamento, acrescida de abandono de sinistrado, de € 20 000 para a filha, solteira, com 58 anos, que com a vítima convivía, e de € 15 000 para a outra filha, que vivia distante, ambas tendo sofrido com o evento;

– acórdão de 29-01-2014 (Alves Velho), revista n.º 49/05.7TBPRL.E1.S1 – 1.ª Secção, no qual, tendo-se provado que a morte, em consequência de queda de uma plataforma de trabalho em obra de construção, do cônjuge e pai das autoras, lhes causou grande sofrimento, que tinha 39 anos, era saudável, trabalhador e tinha um futuro promissor à frente, era o único suporte económico das autoras, a família e a vida do casal eram harmoniosas, a autora, cônjuge do falecido, entrou num processo de depressão pelo luto e teve de recorrer a tratamento médico especializado, deparando-se com dificuldades económicas para si e para as filhas, era um bom pai, amigo das filhas, carinhoso, dedicado e preocupado com a educação e desenvolvimento, considerou-se que a quantia – arbitrada no acórdão recorrido – de € 30 000, fixada a cada uma das autoras, se encontra próxima dos padrões utilizados noutras decisões do STJ e, consequentemente, da vinculação devida aos princípios de igualdade e proporcionalidade;

– acórdão de 03-04-2014 (Álvaro Rodrigues), revista n.º 436/07.6TBVRL.P1.S1 – 2.ª Secção, no qual se considerou justa e adequada a quantia de € 20 000, pedida pela filha da vítima, a título de danos não patrimoniais próprios decorrentes da perda do seu pai;

– acórdão de 29-04-2014 (Helder Roque), revista n.º 106/12.3TBVZL.S1 – 1.ª Secção, no qual se considerou que a reparação do dano moral próprio sofrido pelo autor, em consequência de acidente de viação que vitimou sua mãe, não deve ser superior à correspondente à perda do direito à vida da vítima; tendo-se provado que o desaparecimento da mãe lhe causou abalo, desgosto e angústia, que o acompanharão para o resto da vida, que sempre se encontrou estreitamente ligado à vítima, que acompanhou nos últimos oito meses de vida, quer acolhendo-a, em sua casa, após o acidente, quer acompanhando-a, na fase subsequente e terminal do internamento hospitalar, entendeu-se adequado fixar o quantitativo compensatório de € 25 000;

A equidade na indemnização dos danos não patrimoniais

– acórdão de 09-09-2014 (Gabriel Catarino), revista n.º 121/10.1TBPTL.G1.S1 – 1.ª Secção, no qual, considerando que a vítima tinha 86 anos e era dedicado à mulher, aos filhos e aos netos, gozava de boa saúde, sendo estimado e respeitado pelos familiares, vizinhos e amigos, e que a sua morte causou desgosto e angústia, designadamente, aos seus filhos, que por ele nutriam afeto, entendeu-se adequado fixar em € 10 000, a indemnização pelo sofrimento, de cada um dos filhos, pela morte do pai.

b) Pais da vítima ou outros ascendentes

– acórdão de 22-06-2010 (Alves Velho), revista n.º 3013/05.2TBFAF.G1.S1 – 1.ª Secção, no qual, tendo o filho dos autores, com 24 anos, morrido em resultado de lesões causadas por acidente de viação, provada a existência dos normais laços afetivos entre pais e filhos, decorrentes de um bom relacionamento, com o inerente sofrimento presente e futuro, se considerou que as verbas atribuídas pelas instâncias, no montante de € 20 000 a cada progenitor, se situam dentro dos parâmetros utilizados na prática do STJ em casos similares, tendo sido mantidas;

– acórdão de 30-09-2010 (Pires da Rosa), revista n.º 476/07.5TBVLC.P1.S1 – 7.ª Secção, no qual, provado que a morte da filha da autora, aos 13 anos, em consequência de atropelamento, provocou grande choque e desgosto à sua mãe, constituindo uma família unida por fortes laços de amor, amizade, ternura e um elevado espírito de entreajuda, resultando da sua morte profundo vazio, com sequelas para toda a vida, deixando-a em profunda dor e angústia, ainda hoje vivendo em depressão, reputou-se justa e adequada a quantia de € 30 000 destinada à compensação da autora;

– acórdão de 29-03-2012 (João Camilo), revista n.º 586/2002.L1.S1 – 6.ª Secção, no qual se considerou, quanto aos danos decorrentes do desgosto sofrido pelos autores com a morte da sua filha, falecida a 22-11-1999, com 28 anos, na sequência de acidente de viação ocorrido no mesmo dia, resultando dos factos provados a forte ligação da vítima com os seus pais, acompanhando a vítima aqueles e ajudando-os sempre que necessário, pretendendo ampará-los na velhice, tendo a morte daquela causado aos seus pais um profundo desgosto, sofrendo os mesmos pesadelos e insónias que persistem, o valor de € 25 000 para cada um, fixado no acórdão recorrido, peca por defeito, mostrando-se adequado fixar o valor de € 30 000 para compensar o dano sofrido por cada um dos autores com a morte da sua filha;

– acórdão de 17-05-2012 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 48/2002.L2.S1 – 7.ª Secção, no qual se considerou que não é de censurar o montante de € 20 000, atribuído como indemnização por danos não patrimoniais, quando, não se provando que o acidente fosse devido a culpa dos intervenientes, se provou que: (i) o filho único dos autores tinha 22 anos à data do acidente, (ii) veio a falecer; (iii) formava, com os pais, uma família feliz; (iv) era a principal razão e motivação das suas vidas; (v) e que a sua morte lhes causou um sofrimento intenso;

– acórdão de 31-05-2012 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 14143/07.6TBVNG.P1.S1 – 7.ª Secção, em que se entendeu que, tendo em conta as concretas circunstâncias do lesante, do lesado e do acidente, que causou a morte de um jovem de 19 anos, devido a culpa exclusiva e grave do condutor do veículo, que não estava legalmente habilitado a conduzir e que infringiu regras elementares de circulação, tais circunstâncias justificam a manutenção da indemnização pelos danos não patrimoniais de € 25.000 a cada um dos pais da vítima;

– acórdão de 05-06-2012 (Orlando Afonso), revista n.º 100/10.9YFLSB – 7.ª Secção, que considerou adequada a indemnização de € 40 000, a cada um dos progenitores, a título de danos não patrimoniais sofridos com a perda do filho, com 6 anos, uma vez que resultou provado o sofrimento dos mesmos, o amor que os unia à criança e o desgosto incomensurável por eles padecido;

– acórdão de 29-11-2012 (Granja da Fonseca), revista n.º 6205/06.3TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção, no qual se considerou adequadas as indemnizações de € 50 000 e de € 80 000, arbitradas nas instâncias, pelos danos não patrimoniais por sofridos, respetivamente, pelo pai e pela mãe de uma criança que, em decorrência de erro médico (i) sofreu, desde o nascimento (20-01-2004) até à morte (14-12-2007), de paralisia cerebral muito grave, que comprometeu toda a sua mobilidade em todos os segmentos do corpo (cabeça, tronco e membros); (ii) padeceu, durante toda a sua vida, de incapacidade permanente global (100%), tendo sido, por isso, sempre dependente de terceira pessoa durante toda a sua vida; (iii) não tinha algumas funções básicas, como sejam a sucção e a deglutição, alimentando-se por sonda; (iv) não chorava, não fechava completamente os olhos e tinha poucos movimentos, sendo estes descoordenados; (v) sofria de epilepsia; (vi) imediatamente a seguir ao parto, esteve internado nos cuidados intensivos, durante cerca de mês e meio; (vii) esteve frequentemente internado em hospitais, tendo sido sujeito a diversos e dolorosos tratamentos, incluindo várias intervenções cirúrgicas; (viii) teve necessidade de recorrer a estomatologista devido a sofrer de atrofia gengival, (ix) teve de fazer fisioterapia, três vezes por semana; (x) necessitou de ir com frequência a consultas de gastroenterologia e de neurologia e de aplicações de oxigénio; (xi) necessitou diária e constantemente de um aspirador de secreções e de um nebulizador pneumático; (xii) teve de manter permanentemente medicação diária e (xiii) necessitou de uma cadeira de transporte adequada à sua condição física, pelo que necessitou de viver numa casa com acessibilidades, de nível térreo, e considerando que, em resultado da situação exposta, os progenitores, que tinham grandes expectativas com a chegada deste primeiro filho, sendo grande o desejo de o ter, viveram um grande traumatismo emocional, desgosto, frustração, angústia e abalo moral, tendo a mãe deixado de trabalhar (situação que se manteve até ao falecimento do seu filho), o que causou seguramente na progenitora maior desgaste psíquico/moral por força da integral dedicação na prestação de cuidados ao seu filho, ao longo de quatro anos de penosa sobrevivência deste;

– acórdão de 07-02-2013 (Maria dos Prazeres Beleza), revista n.º 3557/07.1TVLSB.L1.S1 – 7.ª Secção, em que se considerou não ser excessivo, no caso da morte de uma jovem de 24 anos, em virtude de um acidente em que foi projetada pelo ar a uma distância significativa, atribuir a cada um dos pais a compensação de € 25 000;

– acórdão de 22-05-2013 (Serra Baptista), revista n.º 1785/06.6TBAVR.C1.S1 – 2.ª Secção, no qual se considerou que está dentro dos parâmetros fixados pelo STJ a indemnização de € 25 000, atribuídas pelas instâncias, a título de danos próprios sofridos pelos progenitores de uma menor, com 4 meses de idade, filha única daqueles, que faleceu em decorrência de acidente de viação de que o réu foi o exclusivo culpado, morte que provocou um imenso desespero e mágoa nos primeiros;

– acórdão de 12-09-2013 (Bettencourt de Faria), revista n.º 1/12.6TBTMR.C1.S1 – 2.ª Secção, no qual se considerou que a morte de um jovem de 19 anos, com uma boa ligação com os seus pais, justifica uma indemnização de € 70 000 a título de danos não patrimoniais, aos seus progenitores;

– acórdão de 29-10-2013 (Mário Mendes), revista n.º 1091/07.9TBMCN.P1.S1 – 1.ª Secção, no qual se julgou adequado o montante de € 25 000, arbitrado pelas instâncias a cada um dos autores pelos danos não patrimoniais próprios decorrentes da morte do seu filho de 11 anos, em consequência de um embate entre o velocípede que conduzia e um veículo automóvel, ocorrido por culpa exclusiva do condutor do automóvel, encontrando-se provados elementos factuais que permitam concluir por um manifesto sofrimento dos pais consequente à morte daquele, com quem mantinham relações familiares de profundo afeto;

– acórdão de 28-11-2013 (Serra Baptista), revista n.º 313/05.5TBALQ.L1.S1 – 2.ª Secção, no qual se julgou adequada uma indemnização de € 25 000 – ao invés dos € 30 000, arbitrado nas instâncias – para cada um dos pais da vítima, uma jovem, saudável, de 27 anos,

A equidade na indemnização dos danos não patrimoniais

levando em consideração que esta era solteira e mantinha com aqueles uma relação de proximidade e companheirismo, tendo a sua morte causado naqueles grande desgosto e abalo moral;

– acórdão de 13-02-2014 (Fernando Bento), incidente n.º 1749/06.0TBSTS.P1.S1 – 2.ª Secção, no qual se entendeu que se impõe uma diferenciação na compensação indemnizatória a atribuir à mãe e ao pai do falecido, posto que resultou provado que era com aquela que o menor vivia desde os 4 anos de idade, na sequência de separação dos progenitores; considerando que o bem da vida – quer para o seu titular direto, quer para aqueles terceiros para quem essa vida constitui, em si, um bem e cuja supressão lhe determina um dano não patrimonial não indiferente ao direito – tem vindo a ser objeto de crescente valorização, foram julgados ajustado os valores arbitrados nas instâncias de € 40 000 e € 25 000, respetivamente, para a mãe e para o pai da vítima.

c) Irmãos da vítima ou sobrinhos que os representem

– acórdão de 21-10-2010 (João Bernardo), revista n.º 3057/04.1TBBCL.G1.S1 – 2.ª Secção, relativo a um caso em que a vítima, falecida com 79 anos em consequência de atropelamento, não era casada, nem vivia em união de facto, e não tinha ascendentes ou descendentes, tendo-se provado que o irmão da vítima mantinha com esta uma relação afetiva mais intensa que o normal entre irmãos adultos e que o sobrinho da vítima mantinha com a mesma uma relação bem mais ténue, consideraram-se justas e equitativas as quantias de € 10 000 atribuída ao irmão da vítima e de € 5000 atribuída ao seu sobrinho.

Anexo II

Indemnização de danos não patrimoniais emergentes de lesão corporal de que proveio incapacidade permanente e dependência do auxílio de terceiros – jurisprudência das secções cíveis do STJ (2010 a 2014)

1. Danos não patrimoniais sofridos pela vítima

– acórdão de 20-01-2010 (Mário Cruz), revista n.º 60/2002.L1.S1 – 1.ª Secção, no qual, tendo-se provado que o autor tinha 15 anos, sofreu extensíssimas lesões em resultado de acidente, sofreu dores decorrentes de operações e tratamentos, esteve internado por largo tempo e limitadíssimo em termos físicos, sofreu gravíssimas sequelas nas suas componentes físicas e psíquicas, designadamente, perda de aptidões intelectuais, défice de atenção, absoluta inabilidade para algumas tarefas, dependência de terceiros para certas atividades, danos estéticos, ficou com uma incapacidade permanente de 55%, que o priva de fazer praticamente tudo quanto lhe dava prazer, e terá de continuar em tratamentos e de ser submetido a novas intervenções cirúrgicas, o que lhe cria forte angústia e sofrimento, se entendeu adequado fixar o montante da compensação em € 85 000; considerou-se que, quando os danos físicos e psíquicos atinjam pessoas cuja esperança de vida é muito elevada, sejam fortemente incapacitantes e dolorosos e perdurem ao longo da vida, como ocorreu no caso, se justifica que o montante compensatório a atribuir supere o que é vulgarmente atribuído pela perda do direito à vida (50 000 a € 60 000);

– acórdão de 01-07-2010 (Oliveira Rocha), revista n.º 106/07.5TBMCD.P1.S1 – 2.ª Secção, relativo a um caso em que o autor, com 53 anos, em resultado de acidente, ficou a padecer de uma incapacidade permanente parcial geral de 45%, que o tornou dependente do auxílio de terceira pessoa para o resto da vida; provado que sofreu traumatismo craniano grave com contusões hemorrágicas, fratura da base do crânio, fratura do occipital, fratura da omoplata esquerda, traumatismo torácico grave com fratura de costelas à esquerda com perfuração do pulmão e hemopneumotorax e perda dos dentes incisivos do maxilar inferior, ficou internado na unidade de cuidados intensivos e durante esse período registou enfisema e pneumonia, foi traqueostomizado, alimentava-se por sonda nasogástrica, não efetuava contacto verbal, apresenta-se tetraparético, incapaz para a marcha, ficou a sofrer de diminuição da força dos membros inferiores, passou a ser mais nervoso e agressivo, tem incontinência urinária esporádica, nunca mais teve ereções, deixou de poder trabalhar e de ter vida social, tem várias cicatrizes, uma delas na face, precisa de fisioterapia e de ser seguido em consultas de neurologia

e psiquiatria, esteve em coma durante um mês e meio, sentiu dores durante os tratamentos, antes do acidente era uma pessoa saudável, alegre e bem disposta, frequentava festas e arraiais, e agora apenas sai de casa para os tratamentos, isola-se no quarto, passando horas a gritar e a chorar, tem pesadelos frequentes com o acidente e a morte, apercebe-se que a sua família tem dificuldades e vive da ajuda de amigos e vizinhos, não tem projetos para o futuro e perdeu o gosto pela vida, considerou-se justo e equitativo fixar em € 50 000 (e não € 30 000, como fixado na Relação) a quantia destinada à reparação dos danos não patrimoniais;

– acórdão de 14-09-2010 (Sousa Leite), revista n.º 267/06.0TBVCD.P1.S1 – 6.ª Secção, relativo a um caso no qual, em consequência de acidente de viação ocorrido em 2003, a autora, com 36 anos, sofreu fratura dupla do membro inferior esquerdo, que ficou mais curto, foi submetida a sete intervenções cirúrgicas e igual número de internamentos hospitalares, manteve-se acamada no domicílio durante 1 ano e 5 meses, continuava em tratamento médico 3 anos após o acidente, necessitando, desde a data do sinistro, da ajuda de terceiros para a realização da higiene diária e para a confeção das refeições, movimenta-se com grande dificuldade e dores, com o recurso a duas canadianas, anda de forma claudicante, tendo o membro operado ficado desfeiado e cheio de cicatrizes, não pode fazer esforços, perdeu a alegria de viver, sentindo-se uma pessoa inútil, tem dificuldades no relacionamento conjugal e sente-se angustiada pela impossibilidade de cuidar de uma filha, à data do acidente com 5 meses, bem como pelo futuro de outra filha, que teve de abandonar o seu percurso escolar para tratar da mãe e da irmã; tendo em consideração a intensa gravidade das consequências e a circunstância de não ter a autora contribuído para a produção do acidente, o qual se ficou a dever a culpa exclusiva do segurado da ré, entendendo-se adequado computar o montante indemnizatório destinado ao ressarcimento de tais danos em € 100 000; entendeu-se que, embora este valor seja superior ao que vem sendo atribuído pelo STJ em relação à perda do direito à vida, a situação de incapacidade em que se encontra a autora assume maior gravidade e acutilância pela sua contínua perduração, quotidiana e reflexamente refletida como um fator de elevado desgaste no ânimo do respetivo lesado, atenta a sua situação irreversível, quanto a uma eventual evolução positiva, no sentido da diminuição das privações físicas, a cuja causa foi total e absolutamente alheia, comparativamente à natureza instantânea da supressão do bem correspondente à perda da vida;

– acórdão de 07-10-2010 (Lopes do Rego), revista n.º 839/07.6TBPFR.P1.S1 – 7.ª Secção, em que se considerou que não é excessiva uma indemnização de € 150 000, calculada como compensação dos danos não patrimoniais, decorrentes de lesões físicas graves e absolutamente incapacitantes, geradoras de uma incapacidade permanente geral de 80% e a incapacidade definitiva para qualquer trabalho, com absoluta dependência de terceiros para a realização das atividades diárias e necessidade de permanente assistência clínica, envolvendo degradação plena e irremediável do padrão de vida do lesado;

– acórdão de 02-03-2011 (Nuno Cameira), revista n.º 1639/03.8TBBNV.L1.S1 – 6.ª Secção, que se reporta às consequências das graves lesões sofridas por uma jovem de 19 anos, por força de queda e embate de uma árvore na viatura onde seguia, e em que se entendeu que, quando os diversos componentes do dano moral atinjam patamares de gravidade muito elevados, não deve recluir-se a atribuição duma compensação que exceda o limite máximo da valorização habitualmente atribuída pelo STJ ao dano da morte, que tem oscilado entre € 50 000 e € 70 000, dado que nada obriga a que essa fronteira nunca seja ultrapassada; considerou-se justo atribuir uma indemnização de € 400 000 por danos morais à lesada, que ficou com diversas e muito graves lesões, entre as quais se salienta a fratura de vértebras, com instalação irreversível de tetraplegia, sofrendo de diminuição acentuada da função respiratória e de incapacidade funcional permanente de 95%, com incapacidade total e permanente para o trabalho; a partir da data do sinistro e durante cerca de um ano, foi alimentada através de um tubo gástrico introduzido pelas narinas e, na sequência de gastrotomia a que foi submetida em resultado de fistula esofágica alta que sobreveio a intervenção cirúrgica, alimentada através de

uma sonda introduzida no corte cirúrgico, na zona do estômago; foi submetida a várias intervenções cirúrgicas e ficou com múltiplas e extensas cicatrizes deformantes; as lesões sofridas, os seus tratamentos e suas sequelas provocaram dores lancinantes; desloca-se em cadeira de rodas e necessita de assistência permanente de pessoa nos atos da vida diária, sendo que, para certos atos (como tomar banho e defecar) carece da ajuda de mais uma pessoa; perdeu todos os movimentos e sensibilidade do pescoço para baixo (com exceção dos ombros), designadamente nos órgãos sexuais, nos esfíncteres, no ânus, no reto, nos intestinos, no estômago, no aparelho urinário, no respiratório e nos membros inferiores e superiores; corre o risco sério de vir a sofrer graves lesões renais; tem a sua expectativa de vida encurtada; não pode ter relações sexuais, prazer sexual ou procriar; vive em permanente estado de amargura, desespero e angústia, inconformada com a sua situação, e perdeu a vontade de viver, pedindo muitas vezes que lhe ponham termo à vida;

– acórdão de 16-03-2011 (Helder Roque), revista n.º 1879/03.0TBACB.C1.S1 – 1.ª Secção, no qual, reportando-se ao caso de um menor de 10 anos de idade, lesado em consequência de um acidente de viação, em resultado do qual ficou tetraplégico, possuindo sequelas que o incapacitam, na totalidade, para o resto da sua vida, tendo ficado afetado de uma incapacidade permanente geral de 80%, à qual acresce, a título de dano futuro, o coeficiente de 10%, o que exige o apoio permanente de terceiro especializado para tratar de si, e o recurso a instituições especializadas para apoio e reabilitação, com um *quantum doloris*, fixável, num grau muito elevado, entendeu-se adequada a compensação, por danos não patrimoniais, no montante de € 120 000;

– acórdão de 24-03-2011 (Abílio Vasconcelos), revista n.º 36/07.0TBALB.C1.S1 – 2.ª Secção, no qual, tendo-se provado que o autor, com 28 anos, em consequência de acidente, ficou para sempre totalmente impossibilitado de exercer a sua atividade principal ou qualquer outra, encontra-se acamado e dependente, mantém incontinência urinária e fecal, não consegue responder mesmo a pequenas frases, não está na posse das suas capacidades cognitivas, precisa constantemente do apoio de terceira pessoa para satisfação das suas necessidades diárias, desloca-se em cadeira de rodas, o relatório pericial fixou no grau máximo o *quantum doloris* (grau 7), em grau 5 o dano estético (numa escala de 7), no grau máximo (5) o prejuízo de afirmação pessoal e sexual, considerou-se adequado fixar o montante indemnizatório em € 350 000 (e não em € 250 000, fixado pela Relação);

– acórdão de 12-05-2011 (Távora Vítor), revista n.º 122/2001.S1 – 7.ª Secção, relativo a atropelamento de peões por um veículo, no qual se provou que uma das sinistradas, com 33 anos, ficou com IPP de 80% e impossibilidade absoluta para o trabalho, sofreu dores intensas aquando do acidente e que se mantêm, ficou paraplégica, numa cadeira de rodas, em completa dependência de terceiros para sobreviver, considerou-se justo e equitativo arbitrar à autora a peticionada quantia de € 87 289,63, destinada à reparação dos danos não patrimoniais sofridos, considerando a medida da sua responsabilidade na produção do evento danoso, face ao trânsito em julgado da decisão da 1.ª instância, na parte em que fixou em 80% a responsabilidade do condutor do veículo no acidente;

– acórdão de 07-06-2011 (Azevedo Ramos), revista n.º 524/07.9TCGMR.G1.S1 – 6.ª Secção, no qual, tendo-se provado que o lesado tinha 23 anos e ficou a padecer, em resultado de acidente, de paraplegia Asia A, de nível sensitivo DA associada, e plexopatia branquial esquerda de predomínio distal, para sempre dependente de uma cadeira de rodas, não conseguindo manter-se sentado durante muito tempo e passando a maior parte do tempo na cama, não desenvolvendo qualquer atividade com os membros inferiores, nem com o membro superior esquerdo, tendo ficado impotente e necessitando para sempre da ajuda de uma terceira pessoa para se deslocar, realizar os cuidados mínimos e diários de saúde, higiene e conforto, para tomar banho, despir-se, vestir-se, mudar as fraldas, virar-se durante a noite, colocá-lo na cama para dormir, alimentar-se e satisfazer as suas necessidades básicas e fisiológicas,

considerou-se conforme à equidade atribuir a pedida quantia de € 250 000, como compensação pelos danos não patrimoniais;

– acórdão de 07-06-2011 (Fernandes do Vale), revista n.º 3515/05.0TBLRA.E1.S1 – 6.^a Secção, no qual, tendo-se provado que, em consequência de acidente de viação ocorrido no dia 25-09-2002, o autor, com 32 anos, sofreu, entre outras lesões, traumatismo vertebro-medular, com instalação de paraplegia, o que lhe causou uma IPP de 83%, com incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual, passando a ter de deslocar-se em cadeira de rodas e a sofrer de incontinência urinária, tendo ficado definitivamente impossibilitado de ter filhos senão por inseminação artificial, dada a disfunção sexual de que passou a padecer, profundamente deprimido e com tendência para o total isolamento e suicídio, atirando-se voluntariamente da cadeira de rodas abaixo, para além de graves anomalias no sistema urinário e de quase completa anulação da respetiva atividade sexual, o que o empurrou, definitivamente, para uma vida quase só vegetativa, entendeu-se adequado o montante de € 150 000, fixado como ressarcimento dos danos não patrimoniais sofridos pelo autor;

– acórdão de 12-01-2012 (Lopes do Rego), revista n.º 4867/07.3TBSTS.P1.S1 – 7.^a Secção, no qual, tendo em atenção que: (i) o autor em consequência de acidente ficou com sequelas que lhe determinaram uma incapacidade permanente de 80%; (ii) passou a ver-se permanentemente dependente de terceiras pessoas para o exercício da sua vida pessoal diária, posto que ficou sujeito à utilização da cadeira de rodas; (iii) foi intervencionado cirurgicamente três vezes com complexidade, seguindo-se-lhe uma revisão cirúrgica incluindo ao cérebro, tendo para o efeito sofrido sete internamentos; (iv) ficou com impotência funcional ao nível do membro superior esquerdo e incontinência urinária e fecal; (v) deixou de participar em atividades da vida diária e familiar, sendo que era uma pessoa ligada aos meios literários e do teatro; (vi) padeceu dores fortes no acidente e tratamentos num *quantum doloris* de grau 5, e um dano estético de grau 4, numa escala de 7; (vii) a frustração duma expectativa de vida com qualidade e saúde trouxeram-lhe depressão, ansiedade, sentimento de inutilidade e vontade de morrer; foi considerada adequada a indemnização fixada pelas instâncias a título de dano não patrimonial no valor de € 60 000;

– acórdão de 16-02-2012 (João Bernardo), revista n.º 1043/03.8TBMNC.P1.S1 – 2.^a Secção, no qual, considerando que o lesado tinha 51 anos e ficou, em consequência de acidente, 100% incapacitado para o trabalho, tendo ficado definitivamente dependente de terceira pessoa para o que constitui o mais elementar da vida, como movimentar-se – com necessidade de cadeira de rodas – comer, vestir-se, calçar-se, tratar da sua higiene e efetuar as necessidades fisiológicas e tendo ainda ficado com dificuldade em articular palavras e incontinente, entendeu-se adequado o montante de € 200 000 relativo à compensação pelos danos não patrimoniais (pretendendo o lesado, em sede de recurso, apenas € 150 000, foi-lhe concedida tal quantia, após redução operada em virtude da repartição do risco entre os dois veículos intervenientes no acidente);

– acórdão de 28-02-2012 (Martins de Sousa), revista n.º 4962/06.6TBBRG.G1.S1 – 1.^a Secção, no qual, tendo-se provado que, em resultado de atropelamento de que foi vítima, ocorrido a 18-12-2002, da exclusiva responsabilidade do segurado na ré, o lesado, com 5 anos, sofreu traumatismos vários, de consequências físicas muito graves, tendo de sujeitar-se a intervenções cirúrgicas e diversos tratamentos, suportando grandes dores e sofrimento que, de outra forma, o perseguem e massacram em tratamentos permanentes e diários de fisioterapia e reabilitação, de terapia da fala, terapia ocupacional ou de psicologia, tendo-lhe sido atribuída uma IPP de 65%, carecendo, além disso, de apoio de terceiros para satisfação da grande maioria das suas necessidades básicas e na sua atividade escolar necessitará de apoio específico, mostra-se justo e proporcionado o montante de € 130 000, arbitrado pela Relação a título de indemnização por danos não patrimoniais;

– acórdão de 24-04-2012 (Garcia Calejo), revista n.º 3075/05.2TBPBL.C1.S2 – 1.ª Secção, no qual, tendo-se provado que, em razão de acidente ocorrido a 13-01-2003, o autor, nascido a 30-08-1957, ficou impossibilitado de andar, movendo-se em cadeira de rodas, necessitando da ajuda de terceira pessoa para a prática dos atos normais do dia-a-dia, tem incontinência urinária e fecal, o que o obriga ao uso permanente de fraldas, sofrendo de frequentes infeções urinárias, tem uma incapacidade para o trabalho equivalente a 100%, apresenta muita dificuldade em falar, não sendo perceptível tudo o que diz, sofreu muitas dores e incómodos, por decorrência das lesões e do seu tratamento, situação que se mantém e manterá no futuro, tem dificuldades em dormir, após o acidente, não mais manteve relações sexuais; sente-se triste e frustrado, sabe que sua esposa também sofre, o que aumenta o seu sofrimento, tem consciência da sua total dependência em relação aos que o rodeiam, apresentando-se por vezes apático e chorando muitas vezes, sendo que antes do acidente era saudável e feliz, ponderando estes elementos, na ausência de culpa do lesado no evento, mostra-se equilibrado o montante de € 115 000, fixado pela Relação a título de indemnização por danos não patrimoniais;

– acórdão de 15-10-2013 (Maria Clara Sottomayor), revista n.º 981/07.3TBVVD.G1.S1 – 1.ª Secção, no qual, tendo em conta que a autora, em consequência de acidente de viação da exclusiva responsabilidade do condutor do veículo segurado na ré, ficou com uma incapacidade permanente de 70%, perdeu a autonomia, a autorrealização, como mulher, como mãe e como profissional, bem como uma série de alegrias quotidianas ligadas à mobilidade, ao poder de iniciativa e à sensação de liberdade, tendo de aceitar a dependência em relação a outrem para a satisfação das necessidades básicas de higiene e alimentação, sofreu um dano existencial na sua vida de relação e tem que viver com uma dor na alma, foi considerada justa a atribuição de uma compensação por danos não patrimoniais de € 150 000;

– acórdão de 15-10-2013 (Paulo Sá), revista n.º 947/10.6TBVCT.G1.S1 – 1.ª Secção, no qual, encontrando-se provado que, em consequência de atropelamento ocorrido a 02-05-2007, causado por culpa do condutor do veículo atropelante, a autora, com 81 anos de idade, devido às lesões sofridas e às sequelas correspondentes, ficou afetada de uma incapacidade permanente de 100%, tendo perdido a qualidade de vida, a sua independência, a capacidade pessoal e a possibilidade de fruir a vida, além de ter sofrido várias experiências traumáticas, como o susto causado pelo acidente, o receio pela sua vida, dores muito intensas, que ainda mantém e que a vão atormentar ao longo de toda a sua vida, as intervenções cirúrgicas, exames, tratamentos e internamentos hospitalares, a imobilização e a parcial consciência, a total incapacidade para respirar, alimentar-se, mover-se ou realizar qualquer tarefa, tendo ficado perturbada com estas experiências e com a perceção das suas limitações, não conseguindo exprimir esses sentimentos, justifica-se uma indemnização por danos não patrimoniais muito elevada, ao nível dos valores que se têm vindo a atribuir pela perda do direito à vida, não os excedendo, atenta a idade da lesada e a menor consciência da dimensão da totalidade do dano sofrido, mostrando-se adequado fixar tal valor em € 60 000;

– acórdão de 02-12-2013 (Alves Velho), revista n.º 386/2001.P1.S1 – 1.ª Secção, no qual, considerando que a autora, vítima de um acidente de viação da exclusiva responsabilidade da ré, era uma pessoa ainda relativamente jovem (com 49 anos), foi submetida a treze atos cirúrgicos e prolongados tratamentos – que se mantêm –, viu-se definitivamente atirada para uma cama ou cadeira de rodas, dependente de terceiras pessoas para a realização dos atos de locomoção e higiene, estando afetada nos mais elementares atos da vida pessoal inerentes à dignidade humana ao ponto de ter chegado a preferir a morte, entendeu-se adequado o valor de € 200 000;

– acórdão de 26-06-2014 (Tavares de Paiva), revista n.º 1987/05.2TBOVR.C1.S1 – 2.ª Secção, em que se considerou adequado o valor de € 55 000, a título de indemnização por danos não patrimoniais, considerando que o autor, com 55 anos, em consequência de acidente, ficou afetado de um grau de incapacidade de 63 pontos, a padecer das sequelas definitivas que constituem limitações funcionais com repercussões na independência e autonomia, tornando-o

A equidade na indemnização dos danos não patrimoniais

dependente de terceira pessoa para os atos mais simples do quotidiano, nomeadamente para se alimentar, se lavar, cuidar da sua higiene pessoal, tomar medicação, vestir-se e deslocar-se ao longo de toda a vida;

– acórdão de 09-07-2014 (Alves Velho), revista n.º 686/05.0TBPNI.L1.S1 – 1.ª Secção, no qual, encontrando-se provado que, em consequência de acidente de viação, a lesada, com 16 anos, ficou paraplégica, com uma IPP geral de 70%, sem sensibilidade abaixo da zona da lesão vertebral com uma paraplegia flácida sensitivo-motriz e esfíncteriana, fazendo infeções urinárias, ficou internada vários meses, foi submetida a intervenções cirúrgicas, padece de um *quantum doloris* de grau 6, numa escala de 7, e dano estético, padece de ausência de controlo de esfíncteres, ficou na dependência de cadeira de rodas, ajudas médicas fisiátricas e medicamentosas, bem como do apoio de terceira pessoa, necessita de fisioterapia e hidroterapia para não agravar o seu estado, entendeu-se que o montante de € 200 000, a título de compensação pelos danos não patrimoniais, se encontra próximo dos padrões utilizados noutras decisões do STJ, as quais apresentam grande afinidade com a situação em causa, pelo que se manteve tal montante;

– acórdão de 30-10-2014 (Fernando Bento), revista n.º 2313/08.4TVLSB.L1.S1 – 2.ª Secção, no qual, provado que (i) o autor contava 36 anos à data dos factos, (ii) ficou paraplégico da cintura para baixo e para sempre dependente de cadeira de rodas, do auxílio de terceira pessoa para as atividades da vida diária, de medicamentos, material e acompanhamento médico, (iii), ficou impotente, (iv) tem uma IPP de 75,5% e uma repercussão permanente nas atividades lúdicas e desportivas, avaliada em 6 numa escala de 7, (v) sofreu o acidente no local de trabalho e no decurso do trabalho (vi) e que a conduta é imputável ao lesante a título de dolo eventual, é ajustada a fixação da indemnização devida a título de danos não patrimoniais em € 470 000;

2. Danos não patrimoniais sofridos por pessoas com direito a indemnização

– acórdão de 14-09-2010 (Sousa Leite), revista n.º 267/06.0TBVCD.P1.S1 – 6.ª Secção, o qual, numa situação em que mãe da autora, em consequência de lesões que sofreu, passou a necessitar da ajuda de terceiros para a realização da higiene diária e para a confeção das refeições, movimentando-se com grande dificuldade e encontrando-se impossibilitada de cuidar da irmã da autora, com 5 meses, provou-se que a autora, com 16 anos, teve de abandonar o seu percurso escolar para tratar da mãe e da irmã, tendo interrompido a frequência do 8.º ano de escolaridade obrigatória, e que ainda não completou, a fim de efetuar todo o trabalho doméstico do agregado familiar, nomeadamente, lavar, vestir, confeccionar e dar as refeições diárias à mãe e à irmã; daquela, necessariamente contínua e, na situação em causa, imprescindível, atuação assistencial da autora, que teve como consequência a quebra do percurso escolar da mesma, com evidentes reflexos na sua futura inserção profissional, resultou, também, e necessariamente, a absoluta privação para a autora da possibilidade de distração e convívio com outros jovens; considerou-se que as aludidas privações, que atingiram, quer o desenvolvimento das capacidades educacionais da autora, sob o ponto de vista escolar, quer a fruição plena da sua juventude em termos análogos àqueles de que desfruta a generalidade dos menores da sua idade, constituem danos não patrimoniais passíveis de ressarcimento, tendo-se entendido ajustado fixar a indemnização devida em € 50 000;

– acórdão de 02-03-2011 (Nuno Cameira), revista n.º 1639/03.8TBBNV.L1.S1 – 6.ª Secção, que se reporta às consequências que as graves lesões sofridas por uma jovem de 19 anos, de entre as quais se salienta a fratura de vértebras com instalação irreversível de tetraplegia, por força de queda e embate de uma árvore na viatura onde seguia, causaram a seus pais que, desde a data da alta, lhe têm prestado assistência, passando ambos a carecer de apoio médico regular, designadamente psiquiátrico, em consequência das lesões sofridas pela filha; a mãe, concretamente, passou a ter acompanhamento médico e medicamentoso constante, por causa do seu estado de depressão ansiosa, tendo dificuldade em dormir e constantes pesadelos, agravados pelo facto de ter de se levantar, de 3 em 3 horas, para mudar a filha de posição, sob

pena de agravamento das escaras que a mesma tem no corpo; sofre de inquietação permanente, desconcentração, desconforto emocional e físico, desinteresse pelo relacionamento social, fadiga persistente mesmo sem esforço físico, desatenção para consigo própria e enorme ansiedade; tem dificuldade em pensar, refletir e tomar decisões; sofre de distúrbios psicossomáticos, como perturbações gástricas, dores no corpo, febre, cefaleias intensas, cansaço e perda de energia; também o pai sofre de distúrbios, embora de forma menos intensa, ambos vivendo em estado de permanente tristeza profunda, melancolia, desconforto emocional e físico; considerou-se adequado atribuir uma indemnização de € 80 000 ao pai e de € 130 000 à mãe da jovem sinistrada;

– acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.º 6/2014, do Plenário das Secções Cíveis do STJ, datado de 09-01-2014 – publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 98 (2014-05-22) –, no qual, tratando-se de um caso em que o marido da autora sofreu, em resultado de acidente de viação, graves lesões, passando a precisar da ajuda permanente de uma terceira pessoa, designadamente para se vestir, tomar banho, barbear e sair de casa, e tendo a autora, após a alta hospitalar, passado a cuidar dele e a viver exclusivamente em função do mesmo, sentindo-se triste e conflagrada por ver que o marido, que era pessoa alegre e bem disposta, dinâmica e trabalhadora, ficou um homem triste e desanimado, sentindo-se amargurada, sem esperança de que a situação melhorasse, se entendeu não se mostrar exagerado o montante indemnizatório de € 15 000 arbitrado à autora na sentença recorrida, proferida pela 1.ª instância;

– acórdão de 09-10-2014 (Granja da Fonseca), revista n.º 498/12.TBTVN.C1.S1 – 7.ª Secção, no qual se entendeu que, ao passo que o sentimento de perda pela morte de alguém se tende a desvanecer com o decurso do tempo, o sentimento de perda de uma mulher em relação ao marido que, em consequência de acidente de viação, ficou paraplégico, perdurará enquanto um ou outro viverem, pelo que a comparação deste último dano com o dano morte não oferece segurança jurídica; tendo ficado provado que o marido da autora (i) não cuida de si autonomamente, (ii) carece de ajuda para se movimentar em casa em cadeira de rodas, (iii) ficou impotente e (iv) não pode dar qualquer apoio na aquisição de alimentos, na realização de limpezas ou na orientação do filho menor de ambos, considerou-se adequado a fixar a indemnização devida àquela em € 40 000 (como se fixou na 1.ª instância) e não em € 25 000 (como se fixou na Relação).

Índice

Resumo.....	v
Abstract.....	vii
1. Introdução.....	1
1.1. A equidade e seu valor jurídico-legal	1
1.2. Apresentação do estudo e seus objetivos.....	5
2. Determinação da indenização por danos não patrimoniais	9
2.1. O dano não patrimonial e respetiva indemnizabilidade	9
2.1.1. A indemnizabilidade do dano não patrimonial	9
2.1.2. Novos danos não patrimoniais indemnizáveis	14
2.2. Titularidade do direito à indenização por danos não patrimoniais	19
2.3. O juízo de equidade na quantificação indemnizatória por danos não patrimoniais.....	29
2.3.1. Função da indenização por danos não patrimoniais	29
2.3.2. Critérios de cálculo da indenização	31
2.3.3. Âmbito da intervenção dos tribunais de recurso	51
3. Indemnização de danos não patrimoniais em caso de lesão corporal	53
3.1. Pesquisa de critérios de quantificação na jurisprudência – objetivos e método adotado	53
3.2. Indemnização de danos não patrimoniais emergentes de lesão corporal de que proveio a morte – análise de jurisprudência	55
3.2.1. Dano da morte	55
3.2.2. Danos não patrimoniais sofridos pela vítima.....	59
3.2.3. Danos não patrimoniais sofridos por pessoas pertencentes às categorias indicadas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 496.º	61

3.3. Indemnização de danos não patrimoniais emergentes lesão corporal de que proveio incapacidade permanente e dependência do auxílio de terceiros – análise de jurisprudência	65
3.3.1. Danos não patrimoniais sofridos pela vítima	65
3.3.2. Danos não patrimoniais sofridos por pessoas com direito a indemnização	69
4. Conclusão	73
Bibliografia	75
Anexo I	81
Anexo II	95
Índice	103